

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

ROGEL ESTEVES DE OLIVEIRA

**METACONHECIMENTO
E CETICISMO DE SEGUNDA ORDEM**

Porto Alegre

2010

Rogel Esteves de Oliveira

**METACONHECIMENTO
E CETICISMO DE SEGUNDA ORDEM**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Gonçalves de Almeida

**PORTO ALEGRE
2010**

TERMO DE APROVAÇÃO

ROGEL ESTEVES DE OLIVEIRA

METACONHECIMENTO E CETICISMO DE SEGUNDA ORDEM

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Gonçalves de Almeida
Programa de Pós-Graduação em Filosofia, PUCRS

Banca Examinadora: Prof. Dr. Alexandre Meyer Luz
Programa de Pós-Graduação em Filosofia, UFSC

Prof. Dr. Emerson Carlos Valcarenghi
Programa de Pós-Graduação em Filosofia, UFPI

Prof. Dr. Eduardo Luft
Programa de Pós-Graduação em Filosofia, PUCRS

Prof. Dr. Felipe de Matos Müller
Programa de Pós-Graduação em Filosofia, PUCRS

Agradecimentos

- Ao meu orientador, Prof. Cláudio de Almeida, por me ensinar competência e paixão pela Epistemologia, e por confiar desde o início em mim;
- Ao Prof. Peter Klein, pela generosa e fértil acolhida na Rutgers University;
- A Mike, Debbie e Kristiana Bruni, pela longa (6 meses!) e maravilhosa hospedagem em seu lar, em New Jersey;
- Aos meus pais, Orlando e Ilza, e familiares em geral, pelo amor incondicional, generoso e fortalecedor;
- À minha amada esposa Angélica, pelo grande amor e companhia compartilhados nestes mais de 10 anos juntos;
- À CAPES, pela bolsa integral de estudos e a de doutorado ‘sanduíche’;
- Aos professores, colegas e funcionários do PPG em Filosofia, e à PUCRS, pelo excelente ambiente intelectual e de amizade;
- A Deus, a quem, em última instância, devo tudo. A Ele toda a glória.

“O temor do SENHOR é o princípio do saber”

BÍBLIA SAGRADA, Provérbios, Cap. 1, verso 7

Resumo

Este ensaio trata do metaconhecimento, ou do “saber que sabe”. Mais especificamente, ele trata do metaconhecimento de proposições contingentes sobre o mundo exterior, embora possa ser aplicado sem problemas a outras classes de proposições contingentes (sobre o passado, outras mentes, etc.). Partindo de uma pressuposição *falibilista*, *internalista* em justificação e de uma análise *tradicional* do conhecimento acrescida da teoria dos *derrotadores*, o problema investigado é o de se as pessoas ‘comuns’ *realmente* têm (e como) o metaconhecimento daquelas proposições, como nos parece que têm. Para isto, será necessário, ainda, pressupor que o ceticismo de *primeira* ordem é *falso*; do contrário, o metaconhecimento seria trivialmente impossível. Ao examinar vários modos supostamente *suficientes* de se obter metaconhecimento – alguns dos quais, usualmente oferecidos pelos seus defensores -, vamos mostrar que são todos problemáticos, errados ou duvidosos. Não vamos, contudo, *provar* que o metaconhecimento é *impossível* ou *não existe*. Por conta disto, a tese proposta será a de um *ceticismo de segunda ordem pirrônico*, ou seja, vamos propor – em estado de *aporia* ou perplexidade - a *suspensão de juízo* sobre a possibilidade e existência do metaconhecimento, assim como a necessidade de continuar a investigação.

Palavras-chave: metaconhecimento; saber que sabe; tese KK; ceticismo de segunda ordem; pirronismo.

Abstract

This essay is on metaknowledge or “knowing that one knows”. More exactly, it is on metaknowledge of contingent propositions concerning the external world, although it could be applied without problem to other classes of contingent propositions (concerning the past, other minds, etc.). Assuming Fallibilism, Internalism in Justification and the *traditional* analysis of knowledge *plus* the defeasibility theory, our problem will be whether ordinary people really have (and how) metaknowledge of those propositions, as it appears they do. It will be necessary, too, to assume that *first-order* skepticism is *false*; otherwise, metaknowledge would be trivially impossible. As we examine several (allegedly) *sufficient* ways of obtaining metaknowledge – some of which usually offered by its proponents – we will show that they are all problematic, wrong or questionable. We will not *prove*, however, that metaknowledge is *impossible* or *does not exist*. Therefore, our thesis will be a *Pyrrhonian second-order skepticism*, that is, we will propose – in a state of *aporia* or perplexity – the suspension of judgment about the possibility and existence of metaknowledge, as well as the necessity of continuing the research.

Keywords: metaknowledge; knowing that one knows; KK thesis; second-order skepticism; Pyrrhonism.

SUMÁRIO

Resumo.....	6
Abstract.....	7
Introdução.....	10
Capítulo 1	
O Cenário do Metaconhecimento.....	12
1.1. Crença e Verdade.....	14
1.2. Justificação: Falibilismo e Internalismo.....	18
1.2.1. Falibilismo.....	19
1.2.2. Internalismo.....	22
1.3. O Problema de Gettier e a Quarta Condição: a teoria dos derrotadores.....	27
1.3.1. O Problema de Gettier.....	27
1.3.2. A Quarta Condição: a teoria dos derrotadores.....	31
1.3.2.1. Algumas Complexidades sobre os Derrotadores.....	33
1.3.2.2. Os Derrotadores Enganosos e as Soluções de Klein e Barker.....	35
1.4. Conclusão da Análise do Conhecimento e as Condições do Metaconhecimento....	38
Apêndice: Sobre os Tipos de Ceticismo.....	39
Capítulo 2	
Metaconhecimento por Confusão de Linguagem.....	43
2.1. A Relação entre 1ª e 3ª Pessoas, os Tipos de Avaliação e os Níveis de Conhecimento.....	43
2.2. O Paradoxo de Moore e a “Falácia Mooreana”.....	50
Capítulo 3	
Metaconhecimento Extrafácil?.....	59
3.1. A “Pura” Tese KK: Hintikka e a lição de Pailthorp.....	61
3.2. As Teses Qualificadas de KK.....	69

3.3. As Teses JJ e JK.....	75
3.3.1. São JK e JJ suficientes para KK?.....	77
3.3.2. São JK e JJ verdadeiras?.....	81

Capítulo 4

Metaconhecimento Argumentativo, Circularidade e Derrotadores.....	90
4.1. O Argumento da Avaliação Epistemológica (AAE) Facilitado.....	90
4.1.1. O Problema do Critério e a Solução Particularista Padrão.....	94
4.1.2. O Argumento do Histórico, “Bootstrapping” e a Circularidade Epistêmica.....	97
4.1.3. Princípios Epistêmicos Sintéticos A Priori e Derrotadores.....	104
4.2. Argumentos Mais Simples.....	113
Conclusão.....	116
Referências Bibliográficas.....	119

INTRODUÇÃO

As pessoas parecem *saber* muitas coisas. Em especial, as pessoas parecem saber muitas proposições *contingentes* sobre o mundo físico, o passado, outras mentes e o futuro, por exemplo. Que as pessoas *realmente têm* tal conhecimento, entretanto, é algo posto em xeque, de variadas formas, pelo *ceticismo*.

As pessoas também parecem *saber que sabem* muitas coisas. Em especial, as pessoas parecem saber que sabem muitas proposições *contingentes* sobre o mundo físico, o passado, outras mentes e o futuro, por exemplo. Que as pessoas *realmente têm* tal metaconhecimento, entretanto, é algo posto em xeque, em mais de uma forma, pelo *ceticismo de segunda ordem* (CSO).

O presente ensaio versa sobre o *segundo* tipo de conhecimento – o *metaconhecimento* ou o *saber que sabe*. Mais especificamente, ele versa sobre o (suposto) metaconhecimento de proposições *contingentes* sobre o mundo físico ou “exterior”, ainda que o problema que se proporá, bem como sua resposta, pudessem se aplicar igualmente àquelas outras classes de proposições mencionadas acima. Convém restringir, entretanto, nossa investigação. Deste modo, P^1 será sempre uma proposição pertencente àquela classe de proposições empíricas. E uma *crença* em P , de modo geral, será uma *crença perceptual*, isto é, adquirida pela experiência sensorial.

Qual é o nosso problema, então? O problema é basicamente um: “As pessoas têm metaconhecimento de proposições do tipo- P ? Como?”. Por “pessoas” se quer dizer as pessoas *em geral*, as pessoas ‘comuns’. Isto não quer dizer, no entanto, que tais pessoas não precisem ter certa sofisticação de pensamento. Em primeiro lugar, elas precisam ter crenças de *segunda ordem*: crenças sobre crenças, crenças sobre o conhecimento. Caso contrário, o metaconhecimento não seria possível. Veremos também que certos autores assumidos neste ensaio pressupõem que os sujeitos epistêmicos podem (e devem) ter crenças sobre suas experiências sensíveis, por

¹ Tentaremos no decorrer de todo este ensaio manter a seguinte consistência na notação: a letra “P” (sem itálico) será usada para *expressar* uma proposição qualquer, podendo ser substituída por alguma *sentença declarativa* (“P”, portanto, é um “esquema” de sentença). Por outro lado, “*P*” (com itálico) será usada para *nomear* a proposição correspondente, devendo ser substituída por um *nome* da proposição, normalmente em uma destas formas: “A proposição ‘Existem automóveis’ é evidente para S”, ou “A proposição *Existem automóveis* é evidente para S”, ou ainda, “Que existem automóveis é evidente para S”.

exemplo. Não coloquemos obstáculos a isto. Cabe salientar, ainda, mais um ponto em nosso problema. Embora fale de “pessoas”, vamos nos concentrar em apenas *um sujeito*, S, desajudado, que não conta com outros sujeitos para lhe darem testemunho, por exemplo, no sentido de que “Tu sabes *P*”. S, assim, deve contar com seus próprios recursos. Por conta disto, o metaconhecimento investigado neste ensaio é o “pessoal”, não o “interpessoal”.

O nosso problema nos impõe que o ceticismo *de primeira ordem seja falso*. Caso contrário, seria *trivial* nossa investigação. Com efeito, se S não tem conhecimento de primeira ordem de *P*, então, como veremos no capítulo 1, S não tem metaconhecimento de *P* igualmente. Sendo assim, vamos supor que o cético (de primeira ordem) esteja errado, e que S *tenha conhecimento* (de primeira ordem) de proposições tipo-*P*. Isto torna mais interessante nossa investigação: seria o caso que S tenha conhecimento sobre o mundo físico, mas não saiba disto? Ou seja, não saiba que sabe *P*?

Nossa resposta ou tese será bem específica: manteremos a postura de um cético (de segunda ordem) *pirrônico*, ou seja, após investigar vários modos (supostamente) *suficientes* de se adquirir metaconhecimento e considerá-los *inviáveis, errados ou duvidosos* – deixando-nos num estado de *aporia*, de perplexidade! -, defenderemos uma *suspensão de juízo* sobre se S tem ou não metaconhecimento. Neste sentido, nosso CSO não é exatamente o *iterative skepticism* tratado por Klein (1981) ou o *metaepistemological skepticism* discutido por Feldman (1981) - que categoricamente afirmam a *não possibilidade* do saber que sabe -, embora seja bastante relacionado com estes. Ao invés de defender que S *não pode* saber que sabe, diremos que a investigação *precisa continuar*, devendo nós suspender o juízo sobre a questão (cf. SEXTO EMPÍRICO, 1996).²

O CSO, ainda, como entendido neste ensaio, torna-se possível e - para alguns - *inteligível* somente se certos pressupostos sobre o conhecimento são aceitos – por exemplo, a análise “tradicional” do conhecimento proposicional acrescida de alguma cláusula “anti-Gettier”, o Falibilismo e o Internalismo em justificação, para citar os principais. Felizmente ou não (!), grande parte dos epistemólogos trabalha com tais pressupostos. É para tais pressupostos que nos voltaremos primeiro. Eles formarão nosso ‘cenário’.

² Ver, no capítulo primeiro, o Apêndice “Sobre os tipos de Ceticismo”.

Capítulo 1 – O CENÁRIO DO METACONHECIMENTO

Para tratarmos do metaconcehimento, é necessário situá-lo no seu devido contexto teórico, apresentando as pressuposições e condições que lhe são pertinentes. Em outras palavras, é necessário ‘armar seu cenário’. O que se segue é uma ‘armação’ cuidadosa deste cenário.

Metaconhecimento deve ser entendido como uma forma de *conhecimento proposicional*. O conhecimento *proposicional* é o conhecimento referido pela expressão “saber *que*”, seguida de alguma sentença declarativa expressando uma ou mais proposições³ (cf. FELDMAN, 2003, p. 9). Por exemplo: “Carlos *sabe que* Maria está em casa”. É, portanto, o conhecimento de *fatos*, de que tal e tal é o caso. Lehrer o caracteriza como a posse ou o reconhecimento de “informação correta” (2000, p. 6). Deve ser contrastado, por exemplo, com o “saber *como*”, ou seja, o conhecimento de habilidades, o qual parece ser *irredutível* ao proposicional (cf. FELDMAN, 2003, p. 12) e para o estudo do qual não pretendemos trazer contribuição alguma.

Não são todos os epistemólogos que concordam que a noção de *conhecimento proposicional* – doravante, referido apenas como “conhecimento” *simpliciter* - possa ser completamente “analisada”, ou seja, desmembrada em noções mais primitivas que comporiam juntamente, de modo não-circular, o conceito de conhecimento. Um notório exemplo atual é Williamson (2000). Para ele, não há como analisar a noção de conhecimento sem recorrer de alguma forma à própria noção, ou seja, sem cair em *circularidade*, o que mostraria, segundo ele, que o conceito de conhecimento deve ser tratado ele próprio como uma noção *primitiva* (ibid., p. 2-5 e 27-33).

A maior parte dos epistemólogos, entretanto, não compartilha deste juízo, e procura estabelecer as “condições necessárias e suficientes” do conhecimento, recorrendo a noções mais primitivas. Basta olhar obras como as de Klein (1981, p. 150), Lehrer (2000, Cap. 1), Chisholm (1989, p. 98), Bonjour (2002, Cap. 3), Feldman (2003, p. 37), Nozick (1981, p. 179), entre outras para notar que, embora não concordem

³ Não nos interessa neste ensaio de Epistemologia as discussões e polêmicas em torno do *status metafísico* das proposições. É largamente sabido que Quine (1986) rejeitava tal noção. Aqui elas serão entendidas como aquele *conteúdo* possível de uma crença (e de uma sentença declarativa) e que é passível de valor de verdade.

inteiramente entre si, seus autores pressupõem que a noção de conhecimento pode e deve ser analisada, ainda que com dificuldades.

O lugar clássico para começar com uma análise do conhecimento, sem dúvida, é a famosa passagem de Platão, no *Teeteto*: “conhecimento é opinião verdadeira acompanhada de explicação racional” (1988, p. 85; 201d). Aqui, juntamente com outra passagem do *Menon*,⁴ tem-se o âmago do que veio a se tornar a “análise tradicional” do conhecimento, e que tem servido de base para muitas outras análises (cf. FELDMAN, op. cit., p. 15s; e CHISHOLM, op. cit., p. 90). A lição tríplice de Sócrates para Teeteto, inesquecível para todos os epistemólogos – no sentido de que todos são de alguma forma influenciados por ela –, é a de que (i) o conhecimento é uma forma de *crença* (“opinião”), um caso particular dela; (ii) o conhecimento é *verdadeiro* por definição, pois ninguém pode saber algo falso; e (iii) o conhecimento é o resultado de uma união *não-acidental* (sem “sorte”) entre crença e verdade, por isso a necessidade de *razões* que “expliquem” ou *justifiquem* a crença.

A análise tradicional, inspirada nesta lição socrática, em uma de suas versões mais conhecidas acabou preferindo um termo da ética, a saber, “justificação”, para se referir à terceira cláusula acima (cf. FUMERTON, 1995, p. 8,9). Desse modo, a definição “clássica” de conhecimento como “*crença verdadeira justificada*” não vem exatamente de Platão, mas claramente é baseada nele, permitindo a alguém como Chisholm atribuí-la sem problemas a ele (1989, p. 90). Numa formulação em que se destaca cada uma das “condições necessárias e (juntamente) suficientes” do conhecimento, a análise tradicional ficaria assim (cf. FELDMAN, 2003, p. 15):

- S sabe que P = def. (i) S crê que P;
(ii) P é verdadeira;
(iii) S está justificado em crer que P.

Uma formulação *alternativa* da mesma análise tradicional é usada por Chisholm, com algumas alterações na primeira e terceira condições:

“S sabe que P é verdadeira = def. S aceita P; P é verdadeira; e P é evidente para S” (1989, p. 90).⁵

⁴ Encontrada em *Menon*, 98.

⁵ Fizemos pequena alteração na ordem apresentada pelo autor.

De modo geral, usaremos a primeira formulação como base de nossa discussão, embora a segunda também venha a ser utilizada frequentemente. De qualquer modo, uma explicação mais detalhada das três condições acima, principalmente da terceira, deverá ser realizada.

1.1. Crença e Verdade

Autores como Lehrer (2000, p. 12-15) fazem uma distinção sutil entre *crença* e *aceitação*, preferindo esta última noção como condição necessária do conhecimento. Acompanharemos grande parte dos epistemólogos ao mantermos a preferência pela *crença* e ao ignorarmos na prática qualquer diferença entre as duas noções, podendo uma até ser usada para esclarecer a outra, como nesta definição de Feldman: “Crer algo é aceitá-lo como verdadeiro” (2003, p. 16). Deste modo – aproveitando a definição de Feldman e a tornando mais exata -, vamos definir a crença como uma atitude de *aceitação da verdade de uma proposição* (daí dizer-se que é uma “atitude proposicional”). É bom observar, também, que a crença é uma “atitude doxástica” possível (de “*doxa*”, “opinião” em grego) diante de uma proposição, mas *não a única*. Outras duas atitudes doxásticas possíveis – presumivelmente, todas mutuamente excludentes - são: a *rejeição* da verdade da proposição e a *suspensão de juízo* quanto à sua verdade (ibid.). Para o conhecimento, entretanto, a crença é a que interessa.

A crença acontece em graus? Nosso entendimento (e pressuposto) é que sim. As pessoas creem (ou aceitam) proposições com graus variados de convicção e força (cf. FELDMAN, 2003, p. 13). Nem toda crença é acompanhada de “certeza psicológica” (parece pouco realista pensar o contrário!). E *nisto* estamos de acordo com os chamados “bayesianos”, com sua defesa dos *graus de crença* ou, como eles chamam, das “*credences*” (cf. STREVENS, 2006, p. 7-10). Reconhecer os graus de crença, entretanto, não nos compromete com toda a “parafernália” bayesiana.⁶ O importante a assinalar é que não trabalhamos aqui com uma noção de “crença forte” - como Stalnaker

⁶ A “parafernália” bayesiana consiste em defender que as *credences* se comportam como “probabilidades subjetivas”, obedecendo ao Cálculo das Probabilidades. Elas seriam medidas numericamente desde zero (descrença absoluta) até 1 (certeza) e aferidas pelo comportamento de “aposta” do sujeito (cf. STREVENS, op. cit.; e POLLOCK; CRUZ, 1999, p. 93). Também não devemos pensar que a defesa dos *graus de crença* seja *ipso facto* uma negação das três atitudes doxásticas possíveis – aceitação, rejeição e suspensão de juízo das proposições -, como pretendem os bayesianos, que desejam que uma abordagem *quantitativa* substitua a abordagem *qualitativa*. Para uma posição compatibilista entre as abordagens quantitativa e qualitativa, ver Levi (1967).

(sintomaticamente) chama (2006, p. 179) -, a qual iguala *crença com certeza psicológica*.⁷ Isto vai ter certa relevância quando abordarmos uma questão envolvendo o chamado “paradoxo de Moore”, no próximo capítulo.

Quanto à condição da *verdade*, não se pretende, aqui, num ensaio de Epistemologia, discutir questões *metafísicas* sobre a “natureza” desta importante noção, embora algumas observações pertinentes devam ser feitas. Haack (2002, Cap. 7) tem uma útil e conhecida exposição crítica sobre as várias teorias da verdade (correspondência, coerência, redundância, etc.), algumas delas, aponta a autora, com mais *implicações epistemológicas* que outras, havendo até aquelas “virtualmente sem nenhuma ‘carne’ epistemológica sobre si”, como as da “redundância” (ibid., p. 133). Assim, aqueles trabalhos que pretendem ser “puramente” epistemológicos, sem quererem, portanto, se comprometer com questões metafísicas, talvez sejam tentados a esposar, mesmo que tacitamente, uma teoria “mínima” da verdade. As teorias da redundância, ou “*disquotational theories*”, se prestam bem para isto. Segundo elas, o predicado “verdadeiro” é *redundante* – “‘é verdadeiro que p’ *significa o mesmo que* ‘p’”, explica Haack (ibid., p. 177; itálicos da autora), ao comentar posição de F. P. Ramsey.⁸ Lehrer, por exemplo, parece preferir justamente tal concepção, ao discutir a noção da verdade, embora reconheça os problemas envolvendo os paradoxos de autorreferência (2000, p. 29-31). Além de apresentar uma teoria geral da verdade segundo esta concepção, a saber,

“(AT) É verdade que p se e somente se p”,

Lehrer a aplica para o caso específico da crença, ou, como ele prefere, da “aceitação”:

“(G) O que S aceita, que p, é verdadeiro se e somente se S aceita que p e p”
(ibid., p. 30, 31).

No fim, entretanto, Lehrer reconhece que uma “teoria mínima da correspondência” pode ser esposada, segundo a qual “a aceitação de S de que p é

⁷ Para Stalnaker (2006, p. 179), esta noção de “crença forte”, que iguala a crença com “certeza subjetiva”, permite o seguinte princípio: “Se S crê que P, então S crê que *sabe* que P” (ou “ $Bp \rightarrow BKp$ ”). O próprio Stalnaker, entretanto, apenas “assume” tal noção para sua lógica, sem com isto dizer que é a única noção possível para a crença. Para nós, ela é pouco realista. Há muitos que creem que (P) *Existe vida fora do planeta Terra*, mas sem ter *certeza* (psicológica) disto, e sem crer que *sabem* isto. Negar que elas creem que (P) só porque elas não têm certeza que (P) é assumir o que se deve provar.

⁸ Quando aplicadas a *sentenças*, tais teorias usam a famosa frase de Tarski (1972[1944], p. 14) como exemplo: “A sentença ‘A neve é branca’ é verdadeira se e somente se a neve é branca”. A função do predicado “verdadeiro”, portanto, segundo tais teorias, seria apenas a de anular o efeito de *citação* das aspas. Por isso o nome de “*disquotational theories*” (cf. QUINE, 1986, p. 12).

verdadeira se e somente se a aceitação de S de que p *corresponde ao fato* de que p” (ibid., p. 31; itálicos nossos). Esta observação final é ainda mais significativa pelo fato de ser Lehrer um conhecido “coerentista” quanto à *justificação* epistêmica (cf. ibid., p. 123ss), e talvez fosse natural supor que um coerentista quanto à *justificação* também o fosse quanto à *verdade*.⁹

Outros epistemólogos, como Bonjour (1999, 2002), Feldman (2003), Fumerton (1995), entre outros, não temem tomar partido mais definido sobre a matéria, e reconhecem que a teoria da *correspondência* (geralmente com alguma forma de *realismo*, ou seja, *independência* do fato de que P em relação à *crença* de que P) é a que melhor se sustenta filosoficamente e perante o senso comum, além de ter “o peso principal da opinião filosófica” (BONJOUR, 2002, p. 38). É verdade que a “teoria da verdade mais natural para virtualmente todos os fundacionistas [i.e., os que sustentam que existem “crenças básicas”, como os três epistemólogos acima], internalistas e externalistas igualmente, é uma teoria de correspondência da verdade” (FUMERTON, op. cit., p. 131). Vimos, entretanto, que mesmo coerentistas como Lehrer e Davidson (ver nota anterior) também podem abraçá-la.

Tais epistemólogos, *qua epistemólogos*, nem sempre “chegam” à teoria da correspondência após longa discussão sobre o tema, à maneira de um Alston (1996), mas, ao contrário, a *assumem* como o melhor *ponto de partida* para as discussões que se seguem. É o caso, por exemplo, de Feldman, que, após brevemente observar que “[a]s pessoas dizem muitas coisas complicadas e nebulosas sobre a verdade, mas a idéia fundamental é muito simples” (ibid., p. 17), expõe diretamente o que ele chama de “ponto central da teoria da correspondência”:

Uma proposição é verdadeira se e somente se ela corresponde aos fatos (sse o mundo é da maneira que a proposição diz que ele é). Uma proposição é falsa sse ela não corresponde aos fatos. (ibid.)

Em seguida, o autor acrescenta, como uma “conseqüência” do que foi dito acima: “Se uma proposição é verdadeira ou falsa não depende de modo algum do que alguém crê sobre ela” (ibid.). Aqui está o elemento de “realismo” geralmente associado

⁹ O próprio Davidson, que escreveu um famoso e influente artigo em defesa de uma teoria *coerentista* da verdade (e justificação) (2000 [1989]), não deixa de esposar também uma teoria da *correspondência*. Diz ele que sua teoria coerentista “não está em competição com uma teoria da correspondência, mas depende para sua defesa de um argumento que pretende mostrar que coerência produz correspondência” (ibid., p. 154).

à teoria da correspondência, embora alguém como Fumerton chame a atenção para o fato de que um proponente da teoria da correspondência e “realista *com respeito à verdade*” poderia muito bem ser, ao mesmo tempo, um “idealista” no sentido de Berkeley, ou seja, alguém para quem só existem fatos *mentais* (op. cit., p. 133,134; itálicos do autor). E ele justifica:

[D]esde que se pense que o que faz algo verdadeiro [*the truth-maker*] e o pensamento feito verdadeiro [*the thought made true*] sejam distintos e se pense que é a relação de correspondência que se mantém entre os dois que constitui a verdade, este idealista pode ser um proponente paradigmático de uma teoria da correspondência da verdade (ibid., p. 133).

BonJour é ainda mais enfático ao “assumir” o que ele chama de “concepção realista da verdade”:

Eu assumirei a exatidão [*correctness*] da concepção realista da verdade como *correspondência* ou *acordo* com a região ou pedaço apropriado de uma realidade *independente da mente* (onde o tipo relevante de independência da mente é somente em relação ao específico ato cognitivo em questão, permitindo assim a possibilidade de que crenças sobre assuntos mentais também possam ser verdadeiras neste sentido (1999, p. 117; itálicos nossos).

Em seguida, ele declara: “Minha própria convicção é a de que não há alternativa a esta concepção de verdade que seja ao final das contas mesmo inteligível [...]” (ibid.).

BonJour reconhece, em outro lugar, que tal teoria da correspondência, assumida como ponto de partida para o trabalho epistemológico, “coloca de lado uma resposta historicamente importante” ao problema do *ceticismo*, a saber, a teoria coerentista da verdade, associada ao idealismo (2002, p. 50, nota 10). Para ele, entretanto, uma tal teoria é mais uma “fuga” que uma resposta, pois tenta dar “uma resposta *metafísica* para um problema *epistemológico*” (ibid., p. 51; itálicos do autor).

Não pretendemos aqui entrar no mérito deste juízo de BonJour sobre a teoria da coerência da verdade e o idealismo, mas simplesmente assinalar que nosso pressuposto será o mesmo de BonJour, Feldman e Fumerton (entre outros) em assumir a teoria da correspondência da verdade, como formulada por eles. A formulação de Lehrer talvez seja a mais “enxuta” – o que poderia ser uma virtude –, mesmo quando concede uma forma de teoria de correspondência, mas não deixa claro o suficiente o item *realista* da

verdade, a independência do fato de que P da crença de que P. Este é um item importante epistemologicamente.

1.2. Justificação: Falibilismo e Internalismo

O terceiro elemento da definição socrática e da análise tradicional é a *justificação epistêmica*, como visto anteriormente. As discussões epistemológicas, de fato, se concentram nesta noção, em detrimento das duas primeiras acima (ver, p.ex., CHISHOLM, 1989).

Podemos dizer tanto que um *sujeito S* está “justificado” em crer (ou negar, ou suspender o juízo) que P quanto que a *crença* mesma (ou negação, ou suspensão de juízo) de S de que P é “justificada” – se existe qualquer diferença conceitual entre as duas formulações, será desconsiderada por nós. O importante mesmo é a qualificação “epistêmica” que deverá acompanhar – normalmente, tacitamente – todas as ocorrências do termo “justificação” neste ensaio. A justificação *epistêmica* se diferencia de outras formas de justificação (moral, pragmática, religiosa, etc.) pelo fato de ser dirigida para um *fim epistêmico* peculiar. Nas palavras de William James, citadas por Chisholm, temos uma formulação clássica deste fim epistêmico, que na verdade é duplo: “Há dois modos de olhar o nosso dever em matéria de opinião... Nós *devemos conhecer a verdade; e nós devemos evitar o erro* – estes são nossos primeiros e grandes mandamentos como pretensos conhecedores” (ibid., p. 13; itálicos do autor). Abstraindo do forte linguajar “moral” aplicado por James, uma questão que poderia ser colocada é a do *peso relativo* de cada um destes sub-propósitos: “é mais razoável tentar alcançar a verdade ou tentar evitar o erro?” – pergunta Chisholm (ibid.). Esta é uma questão difícil que não será respondida diretamente, embora indiretamente terá uma resposta, quando se abordar, abaixo, o “Falibilismo”.

O duplo propósito epistêmico de alcançar a verdade e evitar o erro pode ser reformulado, de modo a receber novas caracterizações, mas tais “variações” devem manter este núcleo comum, que, nas palavras de Foley, está fundamentalmente relacionado à “precisão” e “abrangência” das crenças:

Fins puramente epistêmicos dizem respeito somente à precisão [*accuracy*] e abrangência [*comprehensiveness*] de nossos atuais sistemas de crenças. Assim, o fim de agora crer naquelas proposições que são verdadeiras e agora não crer naquelas proposições que são falsas é um fim puramente epistêmico. Pode haver outros fins

puramente epistêmicos também, mas todos eles podem ser considerados como variações sobre este (1993, p. 19).

Mas *quando um sujeito (ou uma crença dele) pode ser considerado “justificado”, neste sentido relacionado com o fim epistêmico?* Esta é uma questão central, vital, que exige pelo menos *dois tipos* de resposta – um relacionado à *força*, outro relacionado à *perspectiva* da justificação. Para o primeiro tipo de resposta há virtualmente um consenso entre os epistemólogos atuais, mas para o segundo tipo de resposta os epistemólogos se dividem.

1.2.1. Falibilismo

Primeiramente, quanto à *força*, há de se decidir se, para um sujeito S estar *justificado* epistemicamente em crer que P, ele deve *infallivelmente* alcançar a verdade, em sua eventual crença de que P, ou se basta haver algum tipo de *probabilidade* de que ele alcance a verdade em sua crença. Mais especificamente, a questão é se a *propriedade J* (qualquer que ela seja) que torna uma crença e seu sujeito “justificados” *simpliciter* – para efeitos de conhecimento¹⁰ -, deve ser tal que ela *garanta logicamente* a verdade da crença, evitando o erro, ou se, *menos* que isto, tal propriedade justificadora deve apenas tornar fortemente *provável* (em algum sentido a ser esclarecido) que a crença seja verdadeira.

Embora o fundador da Epistemologia Moderna, Descartes, optasse por “evitar de dar crédito às coisas que não são totalmente seguras e incontestáveis”, de modo a também afirmar que “o menor indício de dúvida que eu nelas encontrar será suficiente para impelir-me a repelir todas” (2000, p. 250), praticamente ninguém mais compartilha de sua posição atualmente.¹¹ Descartes parece requerer justamente a *infallibilidade*, a ausência de risco, a *certeza absoluta* – tanto *psicológica* (ausência total de dúvida)

¹⁰ Num certo sentido, “justificação” acontece em *graus*: alguém pode estar *mais* justificado em crer que P do que em crer que Q, por exemplo. Mas para efeitos de *conhecimento*, reconhece-se que há um ponto a partir do qual alguém pode ser considerado “justificado” *simpliciter*. Chisholm denomina tal ponto ou grau de “o evidente” (1989, p. 11).

¹¹ Unger (1975) desenvolve um argumento (cético) para provar que “saber” exige “certeza absoluta”. Entretanto, seu sentido para “certeza absoluta” parece ser mais *psicológico* que *epistêmico* ou *lógico* (cf. Klein, 1981, p. 131). Lewis (1996) explicitamente defende um “infallibilismo”, mas na verdade sua teoria é uma forma de “contextualismo”, onde apenas as “possibilidades relevantes” contrárias à proposição crida devem ser eliminadas. Klein (1981, p. 115ss) defende a “certeza *epistêmica* (ou *evidencial*) absoluta”, porém não no sentido de que a evidência deva *implicar logicamente* a verdade da proposição, mas no sentido de que ela não pode ser “derrotada” (“*defeated*”), sendo esta uma condição à parte da justificação, como veremos adiante.

quanto *lógica* (evidência que garante a verdade).¹² Mas se isto é necessário para se estar justificado e, por conseguinte, para se ter conhecimento, poucas crenças poderão ser consideradas justificadas e candidatas a conhecimento (cf. BONJOUR, 2002, p.42). Todas as crenças sobre o mundo físico, “externo” à mente do sujeito, ou sobre o passado, por exemplo, não possuem nenhuma *garantia* de verdade. Todas têm a *possibilidade lógica* de serem falsas – mesmo levando em conta as presumivelmente “fortes evidências” perceptuais e de memória que as “justificam” -, como as próprias hipóteses do “sonho” e do “Deus enganador” ou “gênio maligno” de Descartes atestam (op. cit., p. 251, 253 e 255). Com efeito – para usar a segunda hipótese -, é *logicamente possível* que todas as experiências sensoriais e as de memória que temos sejam produto de um poderoso ser, um “Deus enganador”, que manipula nossa mente, e que não haja qualquer mundo físico externo à mente ou qualquer evento do passado daqueles que pensamos lembrar. Embora se possa julgar que isto seja muito “improvável” ou até “bizarro”, o *ponto em questão* é que todas as “justificações” que temos para tais crenças sobre o mundo físico e sobre o passado *são compatíveis* com um cenário totalmente diverso do que cremos. Nossa justificação *J* para uma crença perceptual numa proposição *P* empírica *não* é tal que:

(INF) *Necessariamente*, se *J* é o caso *então* *P* é o caso. (Tese infalibilista)

A justificação que usualmente temos não é assim tão forte. E *não precisa* ser! – de acordo com a “esmagadora maioria” dos epistemólogos atuais (BONJOUR, op. cit., p. 42). “O que é exigido, ao contrário, são apenas razões ou justificação *razoavelmente fortes*, fortes o suficiente para tornar bastante *provável* [“*likely*”] que a proposição em questão seja verdadeira, mas não necessariamente forte o suficiente para *garantir* sua verdade” (ibid.). É uma *difícil* questão, é verdade – talvez sem resposta, segundo BonJour (ibid.) -, *quão provável* deve ser a proposição crida para que esteja justificada, assim como que *tipo de probabilidade* é relevante epistemicamente (cf. FUMERTON, 1995, p. 190-218; e POLLOCK; CRUZ, 1999, p. 92-111). O que é importante destacar neste momento, entretanto, é que tal postura *falibilista* – com todas as dúvidas que levanta - parece ser a única viável diante da “realidade humana”, onde a *possibilidade*

¹² Estamos usando a expressão “certeza *lógica*” de um modo distinto não só da expressão “certeza *psicológica*”, mas também da expressão “certeza *epistêmica*” (ou *evidencial*) de Klein (ver nota anterior). Somente a primeira noção exige que a evidência para *P* *acarrete logicamente* a verdade de *P*. Ver Klein (1981, p. 127ss) para a distinção entre certeza “psicológica” e “epistêmica”. Quanto a se Descartes historicamente esposou a certeza *lógica*, não é o caso discutir aqui, já que o que importa epistemologicamente é a noção em si desta certeza. Convencionou-se chamá-la “cartesiana” (cf. BONJOUR, 2002, p. 27 e 41; e FELDMAN, 2003, p. 52).

do erro está sempre presente. Exigir que a *possibilidade* do erro não exista é requerer *demais* para nós, humanos. Devemos preferir o Falibilismo.

Uma palavra de cautela, entretanto, se faz necessária. Dizer que não é necessário eliminar a *possibilidade do erro* para que estejamos *justificados* não implica que o *conhecimento* possa ser *falso*. Uma das condições do conhecimento, vista acima, é a *verdade*, portanto “conhecimento falso” é uma contradição de termos. Já com a *justificação* se tem algo diferente, pois não há qualquer exigência de que uma crença justificada não possa ser *falsa* - embora alguém como Almeder (1992) estranhe esta idéia. Por isso, o Falibilismo faz algumas sutis – mas importantes – distinções. Para isto, faremos uso de uma noção tipicamente “internalista” – *evidência* –, assumindo o que se apresentará mais abaixo ao se abordar o Internalismo em justificação. Eis duas teses falibilistas:

(FAL1) É possível, para S, estar justificado em crer que P, baseado em sua evidência *E*, ainda que *E não implique logicamente* (ou não *garanta*) *P*.
(Falibilismo da Evidência) (cf. FELDMAN, 1981, p. 266).

(FAL2) É possível, para S, estar justificado em crer que P, ainda que $\sim P$ seja o caso. (Falibilismo da Justificação)¹³

(FAL1) e (FAL2) são teses distintas, embora nem sempre se note a diferença. Uma exceção é Almeder (op. cit.), que aceita a primeira, mas não a segunda. Mas Almeder também é exceção neste seu juízo, como ele mesmo nota.¹⁴ Neste ensaio, aceitaremos *ambas* as teses. (FAL1) simplesmente diz que a evidência *E* que justifica S não precisa *implicar logicamente* a proposição *P* – não precisa haver nenhuma *dedução* de *E* para *P*. Já (FAL2) diz que a noção mesma de *justificação não implica logicamente* a verdade de *P*, ou seja, alguém pode estar *justificado* em crer em uma *falsidade* – não há contradição de termos aqui. (FAL1) não implica necessariamente (FAL2), embora o oposto seja o caso. Quando introduzimos a noção de *conhecimento*, entretanto, algumas mudanças ocorrem. A afirmação

(X1) É possível, para S, saber que P, ainda que $\sim P$ seja o caso

¹³ Feldman o chama de “Princípio da Falsidade Justificada” (2003, p. 28). As duas nomenclaturas são nossas.

¹⁴ Fogelin (1994) também recusa (FAL2) para *um* dos dois sentidos de “justificação” que ele defende, embora seu sentido *duplo* de justificação acabe se tornando confuso. Para uma defesa de (FAL2), ver adiante a seção “O Problema de Gettier”.

é *necessariamente falsa*. Tem-se uma contradição de termos, já que conhecimento *implica necessariamente* a verdade, como visto acima. Por outro lado, o Falibilismo permite que se faça a seguinte afirmação, que poderia causar certa confusão, embora sua compreensão seja importante (cf. FELDMAN, 2003, p. 124,25):

(FAL3) Ainda que S sabe que P, *P poderia* ser falsa e, portanto, S *poderia* estar errado sobre P (Falibilismo ‘Lógico’ do Conhecimento)

Tal afirmação não pode ser confundida com uma outra, *necessariamente falsa*:

(X2) Ainda que S sabe que P, *P é* falsa e, portanto, S *está* errado.

Ou seja, *possibilidade lógica de erro* não pode ser confundida com *erro efetivo, real*. O Falibilismo aceita a primeira, mas reconhece que o segundo contradiz a noção do conhecimento.

1.2.2. Internalismo

A questão da *perspectiva* da justificação nos remete para a controvérsia Internalismo *versus* Externalismo, em Epistemologia. Embora haja vários modos de tentar definir as duas posições na controvérsia (cf. FUMERTON, 1988), o modo empregado por Bonjour (2002, p. 221-238) baseado na “perspectiva” parece ser bastante elucidativo, além de se adequar aos objetivos deste ensaio, sendo, portanto, o adotado aqui. Foley (1993), igualmente, trabalha fortemente com a noção de “perspectiva de julgamento” da “racionalidade”, podendo nos ajudar.

Colocado de modo esquemático, o Internalismo em justificação (doravante, simplesmente “Internalismo”; idem para “Externalismo”) está ligado à *perspectiva de primeira pessoa*; o Externalismo, à perspectiva de *terceira pessoa*. Mais especificamente, o Internalismo entende a justificação epistêmica como algo que deve ser *acessível* ao sujeito S a partir de seu *próprio ponto de vista*, a partir de sua *própria perspectiva*, de como *ele mesmo* “vê” as coisas - daí a perspectiva de “primeira pessoa” (BONJOUR, op. cit., p. 222). Chisholm acrescentaria: acessível por mera “reflexão” do sujeito (1989, p. 7 e 76). É significativo, neste sentido, que Descartes (*op. cit.*), que inaugurou a Epistemologia Moderna, tenha justamente formulado seu trabalho epistemológico *literalmente* na primeira pessoa! Mas isto não significa, obviamente, que toda investigação epistemológica só possa ser realizada com o investigador falando de si mesmo (!). Foley tentou deixar bastante claro como nós podemos julgar - e de fato às vezes julgamos - a racionalidade das decisões de um sujeito qualquer S a partir da

perspectiva do *próprio* S: “Nós tentamos projetar a nós mesmos na [sua] perspectiva [...] e nós avaliamos [sua] decisão a partir dela” (op. cit., p. 9).¹⁵ Ora, o Internalismo exige que *esta* perspectiva seja a relevante nas questões de justificação. (Falaremos mais do Internalismo adiante).

O Externalismo, de certo modo, é simplesmente a negação desta exigência. Para ele, basta que a propriedade justificadora – qualquer que ela seja – *ocorra*, sem que necessite ser “acessível” à perspectiva do próprio S, ao modo como ele vê ou entende as coisas. Normalmente, *não* será acessível a S, e muito menos acessível por “reflexão”, como queria Chisholm. Este é o caso, por exemplo, do “confiabilismo” de Goldman (2000 [1979], 1986), caso paradigmático do Externalismo, para o qual uma crença é justificada quando formada por um “processo confiável”. A “*confiabilidade* consiste na *tendência* de um processo em produzir crenças que são verdadeiras ao invés de falsas”, explica o autor, onde “tendência” pode ser entendida tanto como “frequência efetiva” quanto como “propensão”, uma noção contrafactual (2000 [1979], p. 345,6; *itálicos* nossos). S *não* precisa ter informação alguma da confiabilidade do processo e, na maioria dos casos, dificilmente o teria. O que importa, entretanto, é que o processo usado por ele *seja* confiável. Neste sentido, tal propriedade justificadora é “externa” a S, à sua perspectiva. Um avaliador *externo*, suficientemente competente, terá acesso à propriedade que justifica S – daí a perspectiva de “terceira pessoa” -, mas não necessariamente o próprio S.

Não precisamos discutir aqui os prós e contras de cada posição, embora seja interessante notar que as conhecidas críticas de BonJour (1985)¹⁶ e Cohen (1984)¹⁷ quanto às conseqüências contraintuitivas de uma “justificação” que não leva absolutamente em conta a perspectiva do sujeito obrigou Goldman a reformar sua posição, reconhecendo uma “justificação fraca” que contempla (de certo modo) aquela

¹⁵ O que não quer dizer que concordamos com o *subjetivismo* extremado de Foley (cf. FUMERTON, 1995, p. 195-7). Abordaremos novamente no capítulo seguinte esta tensão (e fonte de possível confusão) entre a perspectiva da *primeira* pessoa (relevante para a justificação) e o trabalho em *terceira* pessoa do epistemólogo, quando este evita se *identificar* com o próprio sujeito S que está sendo investigado.

¹⁶ Trata-se dos famosos (e hipotéticos) contraexemplos envolvendo “clarividência”, onde os “clarividentes” satisfazem os critérios do confiabilismo, mas do ponto de vista *subjetivo* mantêm crenças “irracionais” (cf. BONJOUR, 1985, p. 37-45). O alvo principal da crítica de BonJour, de fato, era Armstrong (1973), mas ela se aplica igualmente a Goldman.

¹⁷ Os contraexemplos de Cohen (op. cit., p. 283,4) envolvem a hipótese de um mundo onde o “gênio maligno” cartesiano *engana* tanto o sujeito A quanto o B. O primeiro segue “responsavelmente” suas evidências; o segundo é completamente “irresponsável” com suas evidências. Para o confiabilismo, no entanto, eles têm crenças *igualmente* não justificadas (porque formadas por processos não “confiáveis”). O confiabilismo não consegue dar conta da óbvia diferença entre eles.

perspectiva (1988). Por outro lado, os próprios internalistas reconhecem as sérias objeções levantadas contra sua posição (cf. BONJOUR, 2002, p. 224-6), assim como o fato de que não há um modo “simples e direto” de respondê-las (ibid., p. 226). Apesar de toda esta disputa, porém, não precisamos – como já dissemos - enumerar os “prós e contras” de cada posição e tentar “provar” qual a “correta”. Simplificamos, com efeito, a matéria ao assumirmos que a *perspectiva de primeira pessoa* do sujeito cognoscente seja a *relevante* para efeitos de justificação e conhecimento. O Internalismo, portanto, será nosso grande *pressuposto*, o que não quer dizer que objeções de ambos os lados não sejam abordadas de um modo ou de outro neste ensaio, conforme estejam relacionadas com o tema principal do CSO. Nenhuma discussão direta e sistemática, entretanto, sobre a controvérsia será realizada.¹⁸ Os externalistas poderão até, se quiserem, ser tentados a encarar a presente obra sobre CSO como mais uma “conseqüência indesejável” e “inaceitável” da “pressuposição internalista”, como uma espécie de refutação por “redução a absurdo”. Pensem como pensarem, as questões de “primeira pessoa” continuam e continuarão se impondo como legítimas por si mesmas, e não será evitando formulá-las que se alterarão seus resultados “indesejáveis” (cf. BONJOUR, 2002, p. 235,6). Além do mais, o modo como o externalismo “resolve” ou até “desfaz” problemas epistemológicos como o CSO de modo algum satisfaz alguém que busca respostas a partir da perspectiva do sujeito (cf. FUMERTON, 1995, p. 173-180).

Ao unir a exigência de que aquilo que justifica S – a propriedade justificadora - deve ser acessível à *própria perspectiva* de S com a exigência anterior de que tal propriedade deve estar ligada ao *fim epistêmico* de alcançar a verdade e evitar o erro, o Internalismo fornece uma resposta *característica* à questão da justificação epistêmica: o que justifica epistemicamente S em crer que P devem ser as *razões* ou *evidências* que o *próprio S possui* de que P é verdadeira (ver CHISHOLM, 1989; BONJOUR, 2002; FELDMAN, 2003) – uma resposta tão antiga quanto Platão, como vimos. É consenso entre os internalistas que “razões” ou “evidências” incluem (também) *outras crenças* de S. Deste modo, S *pode* estar “inferencialmente” justificado em crer que P baseado em sua *crença* (justificada) de que Q, por exemplo - satisfeitas também outras condições¹⁹ -

¹⁸ Para uma interessante e rica discussão, porém, sobre a controvérsia, por dois autores que são, cada um, expoentes de uma das posições, ver BonJour; Sosa (2003).

¹⁹ A proposição Q teria de tornar (suficientemente) “provável” – em algum sentido epistemologicamente relevante a ser definido – a proposição P. Em outras palavras, Q teria de ser uma “forte razão” para se

ou, como pensam os “coerentistas”, baseado em seu “sistema de crenças (ou aceitações)” como um *todo* (cf. LEHRER, 2000, p. 126). Um outro consenso de *grande parte* dos internalistas - conhecidos como “fundacionistas” -, é o entendimento de que a *experiência* (sensorial, de memória, etc.) também conta como “evidência”, sendo na verdade uma das “bases” de toda justificação.²⁰ Assim, crenças justificadas *diretamente* pela experiência seriam “básicas”, “fundacionais”, porque não necessitariam ser justificadas por *outras crenças*, ao mesmo tempo em que sustentariam todas as demais (cf. BONJOUR, 2002, p. 193-219). A discordância, é claro, vem por conta dos “coerentistas”, para quem “nada pode contar como uma razão para manter uma crença exceto uma outra crença”, nas conhecidas palavras de Davidson (2000 [1989], p. 156).

Para as discussões que se seguirão sobre o metaconhecimento, porém, (novamente) não vamos precisar fazer toda uma argumentação envolvendo os *prós e contras* da tese fundacionista concernente ao *status* justificador da experiência, para com isto tentar chegar à posição “correta”. Isto inclusive nos levaria a digressões sobre se a experiência tem ou não “conteúdo conceitual ou proposicional”, e o que aconteceria para a tese fundacionista em cada um destes casos, já que as conhecidas críticas de Davidson (op. cit.) e Sellars (1963) ao fundacionismo justamente remetem a esta difícil questão.²¹ Podemos aqui mais uma vez simplesmente *pressupor* a tese fundacionista concernente ao papel justificador da experiência. E aceitaremos duas versões alternativas. Primeiro, a que defende o “papel justificador” da experiência relacionado às crenças de S *sobre os seus próprios estados mentais*, como o entendia o próprio Descartes (op. cit.) e como o entendem Chisholm (1989, p. 18-25) e BonJour (2002, p. 211-16), entre outros. A outra versão, de Feldman (2003, p. 70-75), entre outros, que entende o papel da experiência (sensorial) como justificando *diretamente* as crenças *sobre os objetos físicos do mundo exterior* também será ‘tolerada’ aqui – como um modo alternativo -, ainda que ela pareça *subestimar* um passo importante do argumento

crer em *P*. Fumerton (e BonJour) diria que S deve estar *justificado em crer* que *Q* torna provável *P* (1995, p. 36 e 67).

²⁰ A outra “base” seria a “intuição racional” ou “*insight a priori*” de verdades “autoevidentes” (cf. BONJOUR, op. cit., p. 77-104). Não vamos nos ocupar dela aqui.

²¹ Para um artigo elucidativo sobre o problema do “conteúdo conceitual ou proposicional” da experiência e sua relação com a tese fundacionista, ver Steup (2001). Ver também a excelente passagem de BonJour (2002, p. 199-202 e 211-16). Estes dois autores apresentam diferentes defesas da tese fundacionista. O primeiro, a partir de uma posição de que a experiência sensorial *tem* conteúdo *proposicional*. O segundo assumindo que a experiência sensorial *não tem* conteúdo proposicional ou conceitual algum.

cético (de *primeira* ordem) relacionado à *racionalidade* das crenças sobre o mundo exterior.²²

Tendo estabelecido, ou melhor, pressuposto, que o que justifica epistemicamente um sujeito S em crer numa proposição são *suas razões* ou *evidências* para crer que a proposição seja verdadeira, e que “razões” ou “evidências” incluem tanto *outras crenças* de S quanto a *experiência* (sensorial, de memória, etc.) que ele tem, precisamos ainda esclarecer algumas últimas noções. Primeiramente, a noção de “evidência *total*” ou “evidência *ultima facie*” de S.²³ A “evidência total” de S para crer que P é o “saldo final”, a “soma algébrica” (digamos assim!) de todas as evidências *positivas* e *negativas* (neste caso, “contraevidências”) que S possui a respeito de P, e é ela que efetivamente determina se S está justificado ou não em crer que P. Afinal, S pode até ter forte evidência “inicial” (isto é, uma certa porção de evidência) para crer que P – a chamada “evidência *prima facie*” para P -, mas ele pode também ter, ao mesmo tempo, *contraevidência* tão forte ou *mais* para crer que ~P! Neste caso, sua evidência *total* não será para crer que P, e, portanto, S *não* estará justificado em crer que P. Ou sua evidência *total* será para ele *suspender juízo* sobre P ou para crer que ~P, dependendo do caso (ver FELDMAN, 2003, p. 45).

Klein chama de “*override*” aquela contraevidência de S que acaba efetivamente “cancelando” ou “anulando” o efeito da evidência *inicial* (ou *prima-facie*) de S (1981, p. 50). O “*override*” deve ser cuidadosamente distinguido do que ele chama de “*defeater*”, o qual frustra ou “derrota” a *justificação* (final) produzida pela evidência *total* (*ultima-facie*) de S, e ao qual S *não tem acesso* epistêmico algum (ibid., p. 140). Ou seja, enquanto o *override* é uma contraevidência que S *possui*, o *defeater* é uma “contraevidência” que S *não possui* – ambos, porém, acabam de algum modo frustrando sua justificação. (Sobre os *defeaters* falaremos na próxima seção). Para evitar confusões nas nomenclaturas – algo nem sempre cuidado nas discussões epistemológicas e livros -, chamaremos o *defeater* de Klein de “derrotador”. O que ele chama de “*override*” será referido pela expressão “anulador (da evidência)” ou, alternativamente, “contraevidência (anuladora)”. De modo geral, reservaremos os termos “evidência” e

²² Ver o Apêndice deste capítulo, intitulado “Sobre os tipos de Ceticismo”.

²³ A expressão “evidência ou justificação *ultima facie*” (assim como “*prima facie*”) é *ambígua* e pode ser usada de modo diferente do adotado neste ensaio. Aqui, entretanto, “evidência *ultima facie*” corresponderá à evidência *total*, que *justifica efetivamente* S em crer que P, embora possa ser “derrotada” por alguma informação *não* possuída por S (ver logo mais a explicação de “justificação derrotada”). A evidência “*prima facie*” não justifica necessariamente S em crer que P, pois pode ser anulada por alguma contraevidência que S *possui*.

“contraevidência” para razões, informações, etc. que *S possui* (a menos que indicado o contrário), e, portanto, evitaremos chamar um *derrotador* de “contraevidência” de *S*, embora o tenhamos feito acima, usando aspas.

Uma outra distinção importante é aquela entre justificação “proposicional” e “doxástica”, introduzida por Firth (1978). Klein (op. cit., p. 166), Feldman (2003, p. 46) e, sobretudo, Alston (2005, p. 81-92) explicam muito bem a diferença, embora os dois últimos não usem aqueles nomes. A justificação *proposicional* é aquela que se limita a indicar que o sujeito *S possui* evidência suficiente para crer racionalmente em *P*, ainda que *S* nem mesmo creia em *P*. A justificação *doxástica*, por sua vez, indica que *S* não somente *possui* evidência suficiente para crer racionalmente em *P*, mas ainda que ele crê em *P baseado naquela evidência* (onde “baseado” indica alguma “causação” psicológica). Afinal, *S* poderia *possuir* razões muito boas para crer racionalmente em *P* e ainda assim crer em *P* pelas *razões erradas!* Ele teria neste caso justificação *proposicional*, mas não *doxástica*. Ora, este ensaio assume que a justificação epistêmica exigida do sujeito cognoscente é a *doxástica*, que *inclui*, de qualquer maneira, a proposicional. Por isso, quando se falar que *S* “crê justificadamente” em *P*, estará sempre implícita a justificação doxástica.

A justificação de *S*, rigorosamente falando, sempre é relativa ao *tempo*, ainda que o tempo não esteja explicitado. Assim, a evidência total de *S* pode justificá-lo em crer que *P no tempo t*, mas ela pode se alterar de tal modo, devido à aquisição ou perda de informação por *S*, que no tempo *t+1* *S* não mais esteja justificado em crer que *P*. De modo geral, a passagem do tempo *t* para o tempo *t+1* acontece somente quando há alguma alteração epistemologicamente relevante para *S*, de modo que a dimensão do tempo *t* e do intervalo entre *t* e *t+1* é relativa. Não raro, a referência ao tempo será apenas implícita.

1.3. O problema de Gettier e a quarta condição: a teoria dos “derrotadores”

1.3.1. O problema de Gettier

A análise tradicional de que o conhecimento é simplesmente *crença verdadeira justificada* foi definitivamente desafiada por Gettier (1963) num pequeno artigo de menos de três páginas. Nele, Gettier apresenta dois contraexemplos destinados a mostrar que as três condições vistas acima não são *suficientes* para produzir

conhecimento. Nos dois contraexemplos, envolvendo crenças de um certo “Smith” a respeito de um certo “Jones”, Gettier basicamente apresenta a mesma estrutura: Smith está *justificado* (tem forte evidência) em crer numa proposição *P* (simples ou composta) que, sem ele o desconfiar, é de fato *falsa*, por exemplo:

(*P*) Jones é o homem que vai conseguir a vaga de trabalho, e Jones tem dez moedas em seu bolso (ibid.).

Baseado nesta proposição *P*, Smith corretamente *deduz* uma proposição *Q*:

(*Q*) O homem que vai conseguir a vaga de trabalho tem dez moedas em seu bolso.

Ele passa então a crer em *Q* baseado em sua dedução. Presumivelmente, Smith está plenamente *justificado* em crer que *Q*, já que ele infere *Q* por *dedução* de uma outra proposição que também é *justificada* para ele, ou seja, *P*. Ora, *P* é *falsa*, porque a vaga de trabalho vai ser de fato do próprio *Smith*, e não de Jones. *Coincidentemente*, porém, *Smith*, sem o saber, *também* tem dez moedas em seu bolso! Portanto, a proposição *Q* – “O homem que vai conseguir a vaga de trabalho tem dez moedas em seu bolso” – é realmente *verdadeira!* Por conseguinte, a crença de *Smith* em *Q* é uma *crença justificada verdadeira!* É evidente, porém, que *Smith não sabe* que *Q*, pois *Smith* estava pensando em *Jones*, e não em si próprio quando veio a crer que *Q*! Para *Smith*, é um *puro acaso* ou *sorte* que sua crença justificada acabou se revelando *verdadeira!* A conclusão, portanto, a que Gettier nos leva é a de que *conhecimento* não pode ser a *mesma coisa* que *crença verdadeira justificada*. Estas três condições juntas, ainda que talvez sejam *necessárias* para o conhecimento, não são certamente *suficientes* para ele.

Apesar das críticas aos seus contraexemplos, vários outros surgiram inspirados em Gettier, formando uma família de contraexemplos do “tipo-Gettier”. Shope (1983) cuidadosamente coligiu dezenas deles, bem como as críticas e tentativas de solucioná-los. Uma crítica óbvia a Gettier é negar que proposições *falsas* possam ser *justificadas*, como tem insistido Almeder (1974, 1992). Esta é uma “solução” defeituosa, entretanto, por dois motivos. Primeiro, exigir que alguém só esteja justificado em crer que *P* quando *P* for *verdadeira* leva a conseqüências “implausíveis” (cf. FELDMAN, 2003, p. 29). Afinal, o sujeito *S* pode ter *fortíssimas razões ou evidências* (não dedutivas) para crer que *P*, não obstante a *falsidade* de *P*, e seria contraintuitivo afirmar que, apesar de suas “fortíssimas” razões, *S* não está “justificado” em crer que *P*. Ainda mais – como

argumenta Feldman (ibid.) -, por *melhores* e mais *fortes* que sejam as razões ou evidências (não dedutivas) de S para crer que P, sempre será possível imaginar situações em que P seja *falsa*, apesar daquela evidência. Se nestas situações hipotéticas de falsidade de P o sujeito S não está justificado em crer que P, apesar de sua forte evidência, *não* poderia ele igualmente estar justificado em crer que P, *com a mesma evidência*, nas situações quando P é *verdadeira*. Afinal, nas duas situações S possui a *mesma evidência* para crer na *mesma proposição*! Na *perspectiva de S*, inclusive, as duas situações pareceriam ser a *mesma* situação! Assim, ou S teria de estar justificado nas *duas* situações ou em *nenhuma* delas – sobretudo quando, segundo o *internalismo* adotado acima, o que conta para a justificação é justamente a *perspectiva de S*, a evidência que S possui para crer que P. Assim, se mantida a “solução” acima, o resultado só poderá ser um *ceticismo forte* (de primeira ordem) sempre que a evidência for *não-dedutiva*, o que abarca a maior parte de nossas evidências.

O segundo motivo para pensar que não é uma boa solução aos contraexemplos de Gettier negar que proposições falsas possam ser justificadas é que nem todos os contraexemplos do tipo-Gettier incluem *inferência* a partir de alguma proposição *falsa*. O famoso caso das “fachadas de celeiro” de Goldman (1976) mostra bem isto. Henry dirige seu carro por uma estrada no campo, de dia, apontando e dizendo para seu filho: “Isto é uma vaca”, “Isto é um trator”, “Isto é um celeiro”. Henry tem uma faculdade visual perfeita, os objetos estão numa distância suficiente para se ter uma clara visão deles, e o carro anda devagar para se ter tempo de observar cuidadosamente tudo, de modo que Henry não tem qualquer dúvida sobre a identidade dos referidos objetos (ibid., p. 772). O último objeto apontado por Henry de fato é um celeiro. Entretanto, Henry não sabe que a região por onde ele passa de carro está repleta de “fachadas de celeiro”, ou seja, fachadas cuidadosamente montadas para parecerem celeiros de verdade quando vistas da estrada, mas que de fato não possuem qualquer parede em sua parte traseira ou qualquer “interior”. São *falsos* “celeiros”, mas indistinguíveis de um verdadeiro quando vistos de onde Henry dirige seu carro. Henry apontou para o primeiro “celeiro” que viu quando entrou na região, um que *de fato* era um celeiro. Entretanto, ele facilmente teria se enganado se visse uma das “fachadas de celeiro” (ibid., p.773). O que se tem aqui, então? Certamente, Henry tem uma *crença verdadeira* que é plenamente *justificada*, pois ele possui *evidência* visual clara que o que ele tem à sua frente é um celeiro, ele *crê* nisto, e o objeto, de fato, *é* um celeiro. Além do mais,

não há a ocorrência de nenhuma *inferência* a partir de alguma proposição *falsa*, na evidência de Henry. Entretanto, concordaríamos com Goldman quando ele diz que “nós estaríamos fortemente inclinados a retirar a afirmação de que Henry *sabe* que o objeto é um celeiro” (ibid.; itálico do autor). Afinal, por puro *acaso* Henry acabou apontando para um celeiro genuíno, mas poderia igualmente ter apontado para um dos vários pseudo-celeiros presentes na região, crendo *erradamente* que era um celeiro. A crença justificada de Henry, portanto, é *casualmente* verdadeira – e isto parece ser incompatível com o *conhecimento*.

Exemplos como o de Goldman, acima, ou a variação de Feldman (1974) sobre o conhecido caso de “Nogot e o Ford”²⁴, de Lehrer (1965), entre outros possíveis, mostram que contraexemplos do tipo-Gettier são possíveis sem qualquer inferência a partir de proposições *falsas*. Por este motivo, também não resolve estipular que, embora proposições *falsas* possam ser *justificadas*, elas não podem, por sua vez, *justificar* outras proposições; ou então estipular que, embora proposições falsas até possam *justificar* outras proposições, *para efeitos de conhecimento* elas não podem estar presentes na evidência do sujeito. Tais estipulações, inclusive, gerariam certas conseqüências indesejáveis, como mostram Feldman (2003, p. 31-33) e Lehrer (2000, p. 155-57).

O problema que Gettier trouxe à análise do conhecimento tem sido tratado de *vários* modos, ainda que as respectivas “soluções” sejam objeto de crítica e ceticismo, a ponto de alguém como Williamson (2000) duvidar que o conhecimento possa ser satisfatoriamente “analisado”, como assinalado anteriormente. É possível classificar estas várias “soluções” conforme a atitude de seus proponentes diante da análise tradicional. Por um lado, há os que *abandonaram* a análise tradicional, especialmente a condição relativa à *justificação*, buscando modos alternativos de analisar o conhecimento. É o que fizeram, por exemplo, Nozick (1981) e o Goldman da “teoria causal” (1967). Outros *mantiveram apenas formalmente* as condições da análise

²⁴ O sr. Nogot diz a Smith, seu colega de escritório, que possui um Ford, ele dirige um carro Ford, e até mostra o certificado do carro a Smith. A partir destas evidências, Smith passa a crer *verdadeiramente* que (n) há alguém no escritório que diz que possui um Ford, dirige um Ford e até mostrou o certificado do Ford. A partir de (n), Smith infere e crê justificadamente que (h) alguém no escritório é proprietário de um Ford. Nogot, entretanto, é um caloteiro, e *não* é proprietário do Ford. Coincidentemente, porém, o sr. Havit, outro colega de Smith, é proprietário de um Ford. Portanto, a crença de Smith em (h), além de *justificada*, é *verdadeira*. Mais que isto, *não* há inferência a partir de uma proposição *falsa*, por exemplo, a proposição de que *Nogot é proprietário de um Ford*. Entretanto, é claro que Smith não sabe (h) (cf. FELDMAN, 1974). O exemplo foi levemente alterado posteriormente, com uma Ferrari no lugar do Ford, e o ambiente de sala de aula no lugar de escritório (cf. LEHRER, 2000, p. 155,6).

tradicional, *reinterpretando* drasticamente seu significado, especialmente o da *justificação*, como o fez Goldman (1979) com seu “confiabilismo”, já exposto mais acima, e, de certo modo, Plantinga (1993), com sua teoria da “função própria”, embora ele use o termo “*warrant*” no lugar de “*justification*”. Tanto uns quanto outros, porém, abandonaram o *internalismo* – a perspectiva de primeira pessoa -, presente na análise tradicional, trocando-o por alguma forma de *externalismo*. Por isso, não são opções disponíveis para nós, neste ensaio. Em harmonia com o internalismo estão os que *mantêm substancialmente* as três condições da análise tradicional, ao mesmo tempo em que postulam *mais uma* cláusula, uma “quarta condição” necessária, que, juntamente com as outras três, formaria também um grupo de condições *suficientes* para o conhecimento. É este o caso, por exemplo, de Klein (1981), Chisholm (1989), Lehrer (2000) e Feldman (2003), entre outros. Seguiremos tais autores, com efeito, nesta obra.

1.3.2. A quarta condição: a teoria dos “derrotadores”

Entre os representantes do último grupo mencionado – o dos internalistas defensores de uma “quarta condição” –, a teoria mais importante é, sem dúvida, a chamada “*defeasibility theory*”, a “teoria da *derrotabilidade*”, ou, como também chamaremos aqui, a “teoria dos *derrotadores*”. Embora Chisholm (1964, 1966) tenha introduzido a noção de “derrotadores” na Epistemologia, a teoria foi propriamente desenvolvida por autores como Klein (1971, 1981), Lehrer e Paxson Jr. (1969), Hilpinen (1971), Swain (1978 [1974], 1981), e Barker (1976), entre outros. Swain (1981) é um caso interessante, não seguido aqui, de alguém que une a teoria dos derrotadores com o *confiabilismo*, uma teoria externalista. Lehrer, por sua vez, acabou desenvolvendo a teoria em consonância com seu “coerentismo”, como se vê em (2000). Nós seguiremos *basicamente* a versão de Klein (1981), porém algumas complexidades de sua teoria poderão ser contornadas pela versão mais “intuitiva” de Barker (op. cit.), apesar das limitações que Klein com precisão soube apontar nela (1981, p. 151-66).²⁵ É importante que se note, entretanto, que nem todos os defensores internalistas de uma “quarta condição” veem a teoria dos derrotadores como sendo correta ou promissora.

²⁵ Vamos ignorar, de fato, o complicador que as chamadas “falsidades benignas” trouxeram, mais recentemente, para a teoria dos derrotadores. Klein faz uma exposição recente das falsidades benignas em (2008).

Este é o caso, por exemplo, de Feldman (2003), para quem o conteúdo da quarta condição continua sendo algo a ser melhor esclarecido (ibid., p. 33-37).

A *teoria dos derrotadores* basicamente defende que o conhecimento é “crença verdadeira justificada *não derrotada*”,²⁶ como o diz o próprio título do artigo de Lehrer e Paxson (*op. cit.*). Mas o que vem a ser o “*não derrotada*” da definição? Rigorosamente falando, o que pode ser “derrotado” ou não é a *justificação*. Uma justificação *derrotada* é uma justificação “defeituosa” (“*defective*”) em algum sentido a ser esclarecido (cf. KLEIN, 1981, p. 138). E quando uma justificação é derrotada ou defeituosa? Em linhas gerais, a justificação de um sujeito S para crer que P é *derrotada* ou *defeituosa* quando existe alguma informação *d*, *não acessada por S*, que, *se* somada à evidência total *E* de S, faria com que S não mais estivesse justificado em crer que P. Ou seja, enquanto *E* justifica S em crer que P, a conjunção *d & E* não mais justifica S em crer que P (ibid.). A informação *d*, portanto, “frustra” ou “derrota” a justificação que S tinha – daí chamá-la de “derrotador”. É importante notar que o derrotador *d* deve ser alguma informação *verdadeira*, além de *não pertencer* à evidência *atual* de S. E isto significa, para Klein, que S *não sabe, não crê, e nem está justificado* em crer nesta informação “derrotadora” (ibid., p. 139,40).²⁷ S pode, inclusive, nunca vir a saber de sua existência! Neste sentido, o derrotador *d* é “externo” à perspectiva de S. Aliás, se *d* pertencesse à evidência de S (no tempo *t*), ele já não seria um “derrotador” (no sentido de Klein), mas uma “contraevidência anuladora” (o *override* de Klein), e S nem mesmo estaria *justificado* em crer que P (no tempo *t*). Nada impede, é claro, que no tempo *t+1* S *venha a saber* que sua justificação *em t* *tinha* um derrotador, e que de fato sua justificação era derrotada ou defeituosa.

Exposta em suas linhas básicas, a teoria dos derrotadores pode explicar por que os contraexemplos do tipo-Gettier, expostos acima, falham em ser instâncias de conhecimento. Em todos os casos, há uma proposição verdadeira *D*, desconhecida do sujeito, que “derrota” sua justificação. Vejamos o caso de Smith e Jones. Smith estava justificado em crer que P:

²⁶ A rigor, o correto epistemologicamente seria dizer “crença verdadeira *não-derrotadamente* justificada”, já que, como ficará esclarecido a seguir, é a *justificação* que pode ou não ser derrotada. A expressão, entretanto, fica estranha no português. Uma outra opção, também usada na literatura de língua inglesa, seria dizer “crença verdadeira *não defeituosamente* justificada”. Entretanto, nem sempre “*defeated*” e “*defective*”, assim como seus derivados, são intercambiáveis.

²⁷ Klein usa, na verdade, os termos “*grounded*” e “*pseudogrounded*”, definidos anteriormente por ele (*op. cit.*, p. 139,40). Preferimos simplificar o vocabulário, porém, dizendo *basicamente* a mesma coisa com termos mais comuns.

(*P*) Jones é o homem que vai conseguir a vaga de trabalho, e Jones tem dez moedas em seu bolso (ibid.).

Baseado nesta proposição *P*, Smith corretamente deduz a proposição *Q*:

(*Q*) O homem que vai conseguir a vaga de trabalho tem dez moedas em seu bolso.

Smith passa a crer, então, em *Q*, como resultado da dedução. Sua crença em *Q*, portanto, é *justificada*, além de também ser *verdadeira*, pois, como vimos anteriormente, o próprio Smith vai conseguir a vaga de trabalho e ele tem dez moedas em seu bolso, embora ele não saiba nenhum dos dois fatos. Por que Smith *não sabe* que *Q*? Dizer, como Unger (1968), que ele não sabe que *Q simplesmente porque* sua crença justificada é verdadeira *por sorte* ou “*acidente*” é correto, mas vago, pouco preciso. A teoria dos derrotadores dá uma resposta mais exata: há uma proposição ou informação verdadeira *D*, não acessada por Smith, que *derrota* sua justificação, a saber:

(*D*) Smith, e não Jones, é o homem que vai conseguir a vaga de trabalho.

Afinal, a proposição verdadeira *D*, se somada à evidência de Smith, não mais permitiria que ele cresse justificadamente na primeira parte de *P*, ou seja, que *Jones é o homem que vai conseguir a vaga de trabalho* e, portanto, não mais permitiria que ele cresse justificadamente em *Q*, deduzida de *P*. O derrotador *D*, na verdade, revela que a justificação de Smith era *defeituosa*.

No caso de Henry, acima, o derrotador seria a proposição verdadeira *D'*:

(*D'*) Há “fachadas de celeiro” espalhadas pela região que são indistinguíveis de um celeiro verdadeiro quando vistos da estrada.

Se somada à evidência perceptual *E* de Henry, *D'* faria com que Henry não mais estivesse justificado em crer que o objeto à sua frente era de fato um celeiro. O mesmo acontece com o caso de Nogot e o Ford, descrito numa nota acima.

1.3.2.1. Algumas complexidades sobre os derrotadores

Klein (1981), com muita propriedade, apontou algumas complexidades importantes em torno dos derrotadores, embora em uma caracterização *geral* elas sejam passadas por alto. Primeiramente, Klein chama a atenção para o fato de que um

derrotador d pode “quebrar” qualquer ponto ou “elo” da “cadeia de razões” de S para P , derrotando sua justificação, e não necessariamente a razão *imediatamente anterior* a P (ibid., p. 143,4). Assim, se S está justificado em crer que P graças à sua evidência E_n , e está justificado em crer que E_n graças à sua evidência E_{n-1} , e assim por diante – admitindo que sua evidência seja *linear*, terminando em uma crença “básica” E_1 , por exemplo -, o derrotador d da justificação de S para P *não precisa* ser tal que a conjunção $d \& E_n$ não mais “confirme” ou torne provável P . O derrotador pode se unir a *algum outro* “elo” anterior E_i da cadeia de razões de tal forma que a conjunção $d \& E_i$ não mais torne provável E_{i+1} . Isto bastaria para derrotar toda a justificação de S para P , já que a justificação para P dependeria de toda a cadeia de razões (ibid.). No exemplo de “Smith e Jones”, na verdade, pode-se constatar este fato, como mostrado acima.

Um segundo e importante complicador envolvendo os derrotadores, segundo Klein, é o fato de que uma proposição verdadeira D_1 , não acessada por S , pode não ser *diretamente* ou “efetivamente” um derrotador da evidência de S para P , mas apenas quando *combinada* com alguma outra proposição G pertencente ao corpo evidencial de S , isto é, que S crê ou está justificado em crer. Neste caso, o “efetivo” derrotador é, na verdade, a conjunção $D_1 \& G$, a qual derrota sua evidência E_i e, conseqüentemente, sua justificação (ibid., p. 144-6). Ou, ainda, D_1 pode ser um derrotador indireto da justificação de S para P porque D_1 torna provável (ou somente “plausível”) outra proposição D_2 , e esta, por sua vez, derrota (sozinha) a justificação para P (em algum ponto da cadeia de razões de S). Em qualquer um dos casos, D_1 é apenas um “derrotador iniciador” (“*initiating defeater*”), e $D_1 \& G$ e D_2 são, na realidade, os “derrotadores efetivos” – distingue Klein (ibid.). Claro, em muitos casos o derrotador iniciador e o efetivo serão idênticos, mas isto não acontece sempre. É necessário que se note – adverte ainda Klein - que com esta distinção outro fato importante ocorre: embora o “derrotador iniciador” deva ser alguma proposição *verdadeira* – do contrário, o processo todo nem começaria -, o “derrotador efetivo” *pode ser falso*. A falsidade, por si só, não enfraquece ou anula o poder do derrotador efetivo de derrotar a justificação (ibid., p. 146). Entretanto, ela explicaria a origem dos chamados “*misleading defeaters*”, ou “derrotadores enganosos”, que têm sido a principal causa da crítica à teoria dos derrotadores, e dos quais se falará abaixo (ibid., p. 148; cf. SWAIN, 1998).

1.3.2.2. Os derrotadores enganosos e as soluções de Klein e Barker

Lehrer e Paxson (1969), proponentes da teoria desde seus primórdios, já apontavam que há algo de errado com o modo como os derrotadores da justificação estão definidos acima. Sua crítica foi de fato subestimada por Klein em (1971, nota 12; cf., porém, Idem, 1981, p. 227, nota 34). O problema com a definição de derrotador feita acima é que ela é “forte” ou “restritiva” demais, fazendo com que casos *legítimos* de conhecimento acabem tendo sua justificação *derrotada*. O exemplo clássico, trazido por Lehrer e Paxson (*op. cit.*), é o de “Tom Grabit”. Um professor, o Dr. Lehrer, vê Tom Grabit remover um livro da biblioteca da escola, escondendo-o sob o casaco. Como o Dr. Lehrer conhece Tom e pôde ter uma visão clara do fato, ele passa a crer (justificadamente) que Tom Grabit removeu um livro da biblioteca. E Tom *de fato* removeu o livro. Tudo indica, portanto, que o Dr. Lehrer *sabe* que (P) *Tom Grabit removeu um livro da biblioteca*. Entretanto, ao ficar ciente do fato, a mãe de Tom, que é demente e uma mentirosa patológica, afirma - sem o conhecimento do Dr. Lehrer - que Tom estava a quilômetros de distância da biblioteca naquele dia e hora, e que de fato era seu irmão *gêmeo* John – que na realidade é apenas uma ficção sua -, que estava na biblioteca naquele dia. Ora, a informação de que

(D) a mãe de Tom disse que Tom tem um irmão gêmeo, John, e que era John, e não Tom, que estava na biblioteca naquele dia

é um claro *derrotador* da justificação do Dr. Lehrer, de acordo com a definição feita acima. Afinal, a proposição *D* é *verdadeira* – a mãe de Tom *disse* tal coisa -, não é acessível à evidência atual do Dr. Lehrer, e é tal que, unida à evidência perceptual *E* do Dr. Lehrer, faria com que ele não mais estivesse justificado em crer que *P*. Portanto, o Dr. Lehrer *não* saberia que Tom removeu o livro, de acordo com a teoria dos derrotadores formulada até agora. Obviamente, há algo errado aqui. O fato de a mãe de Tom ter contado uma história fictícia, sem o mínimo conhecimento do Dr. Lehrer, não revela que a justificação do Dr. Lehrer fosse *defeituosa* em algum sentido, e muito menos muda nosso juízo de que o Dr. Lehrer *sabe* que Tom removeu o livro da biblioteca. A proposição *D*, neste exemplo, não pode ser um derrotador *genuíno* da justificação do Dr. Lehrer para crer que *P*. Apesar de verdadeira, não acessada pelo Dr. Lehrer, e de ser tal que *D* & *E* não mais justifica crer em *P*, ela é um derrotador *enganoso*.

Para dar conta dos casos em que “derrotadores enganosos” frustram casos *legítimos* de conhecimento, Klein (1981) terá de definir precisamente quando um derrotador é “enganoso”, para então *desqualificá-lo* na definição de “justificação derrotada”. Deste modo, o conhecimento poderia, mais acertadamente, ser definido como *crença verdadeira justificada não derrotada* (ou *crença verdadeira não-derrotadamente/defeituosamente justificada*),²⁸ como a teoria dos derrotadores sugere. Klein procurará fazer isto, como veremos agora.

Primeiramente, Klein (ibid., p. 146-8) nota que, nos casos em que um derrotador *indevidamente* derrota uma justificação (isto é, nos casos *legítimos* de conhecimento), o derrotador *iniciador não é idêntico* ao derrotador *efetivo*. Mais que isto, nestes casos o derrotador iniciador torna “plausível” alguma proposição *falsa* que é *essencial* ao derrotador *efetivo* (podendo ela própria ser o derrotador efetivo), mas *antes* de usar qualquer proposição falsa do *próprio* sujeito (ibid., p. 148). Nestes casos, diz Klein, o derrotador *iniciador* é um “derrotador enganoso”. Eis a definição final do autor (onde “cadeia-D” significa uma cadeia possível de proposições desde o derrotador iniciador até o efetivo, e “E” significa a evidência total do sujeito):

[U]m derrotador iniciador, d_1 , é *enganoso* se e somente se há alguma proposição falsa, F , em *cada* cadeia-D entre d_1 e um derrotador efetivo, d_n , e F ocorre em um elo na cadeia-D anterior a qualquer elo em que uma proposição falsa de E ocorre. Todos os derrotadores iniciadores que não são enganosos são derrotadores iniciadores *genuínos*. (ibid.; itálicos do autor).

A exigência de que alguma proposição falsa F deva aparecer em *cada* cadeia-D possível marca a *essencialidade* de F , ou seja, o derrotador iniciador *não* conseguiria tornar plausível o derrotador efetivo sem F , embora mais adiante Klein esclareça que a proposição falsa F não precise ser a *mesma* em cada cadeia-D (ibid., p. 156).

Vejamos como isto funciona no caso de “Tom Grabit”, visto acima. A proposição *verdadeira* D , ou seja,

(D) A mãe de Tom disse que Tom tem um irmão gêmeo, John, e que era John, e não Tom, que estava na biblioteca naquele dia,

²⁸ Ver nota 26 acima.

não é realmente o derrotador *efetivo* da justificação do Dr. Lehrer - aponta primeiramente Klein -, mas apenas o derrotador *iniciador* (ibid., p.155). O derrotador *efetivo*, na verdade, é a proposição *falsa* que *D* torna *plausível*, a saber,

(*F*) Tom tem um irmão gêmeo, John, e era John, e não Tom, que estava na biblioteca naquele dia.

A proposição *F*, além de *falsa*, é *essencial* para que *D* tenha seu poder derrotador sobre a justificação do Dr. Lehrer – *D* não derrotaria a justificação do Dr. Lehrer sem *F*. Além disto, não há qualquer proposição *falsa* do *próprio* Dr. Lehrer entre *D* e *F*. Ou seja, o derrotador iniciador torna *plausível F sem* a ajuda de alguma proposição *falsa* na *evidência* do Dr. Lehrer. Por isso, *D* é um *derrotador iniciador enganoso*, não genuíno. A justificação do Dr. Lehrer, portanto, *não* é realmente *derrotada* ou *defeituosa*, e ele *tem* conhecimento.

O modo como Klein define “derrotador enganoso”, embora aparentemente eficaz e exato, é relativamente *complexo*. Uma forma mais simples e “intuitiva”, não obstante sua pouca *exatidão* - apontada corretamente por Klein (ibid., p. 151-66) - é a de Barker (1976). A idéia de Barker é simples: um derrotador *D* é *enganoso* quando existe alguma proposição verdadeira *R* que “restaura” a justificação “*original*” do sujeito, derrotada por *D* (ibid.). Ou seja, se *S* crê justificadamente em *P* baseado em sua evidência *E*, a proposição verdadeira *D* é um derrotador *enganoso* porque, embora *D & E* não mais justifica crer em *P*, existe uma proposição verdadeira *R* tal que *R cancela D* e *S* pode novamente crer justificadamente em *P* baseado (simplesmente) em *E*. No caso de “Tom Grabit”, a proposição verdadeira *R* que restaura a justificação *original* é algo como (*R*) *A mãe de Tom é demente e está mentindo sobre a existência de um irmão gêmeo de Tom. R faz com que o poder derrotador de D (“A mãe de Tom disse que...”)* seja *cancelado*, e a justificação *original* do Dr. Lehrer, baseada em sua evidência perceptual *E*, é plenamente restaurada.

A “pouca exatidão” da teoria de Barker vem por conta de que ele não especifica claramente *quando R* simplesmente *cancela D*, restaurando a justificação *original*, e *quando R* é tal que, juntamente com *D & E*, fornece *nova* justificação para crer que *P* (cf. KLEIN, 1981, p 154,5). Ou seja, nos *dois* casos *R* é tal que *R&D&E* justifica *P*, mas em um deles *R* simplesmente anula o poder de *D*, restaurando plenamente a justificação *original* baseada em *E somente*, e no outro *R* fornece *nova* justificação, porque *E* foi “permanentemente destruída” por *D*, não podendo mais justificar sozinha a crença em

P. Embora às vezes seja possível distinguir um caso do outro intuitivamente, “Barker não fornece uma resposta” exata referente a esta distinção (ibid.).

Assim, enquanto a teoria de Barker é mais simples e intuitiva, a de Klein é mais exata, mas (inconvenientemente) complexa. A solução é ficar ‘oficialmente’ com a teoria de Klein, mas fazer uso da de Barker sempre que possível, ou seja, sempre que a situação seja clara o suficiente para aplicar sua teoria dos derrotadores enganosos – ainda mais que Klein em momento algum diz que a teoria de Barker esteja *errada*, mas simplesmente que não é suficientemente exata. Klein, inclusive, enxerga sua própria teoria como fornecendo uma resposta clara à questão, não respondida por Barker, de *quando* exatamente uma proposição verdadeira *R restaura* a justificação *original* do sujeito *S* (ibid., p. 155,6).

Feitas estas observações, podemos agora finalmente apresentar a “quarta condição” do conhecimento, como formulada por Klein:

(iv*) “Todo derrotador iniciador da justificação de *P* [baseada em] *E*, para *S*, é um derrotador iniciador enganoso” (ibid., p. 150),

embora ele pudesse ter dito, alternativamente:

(iv**) Não há qualquer derrotador (iniciador) *genuíno* da justificação de *S* para *P* baseada em *E*,

como vamos preferir.

1.4. Conclusão da Análise do Conhecimento e as condições do Metaconhecimento

Nossa exposição até aqui permite que estabeleçamos os seguintes pontos. Por um lado, a “análise tradicional” do conhecimento *pode* ser mantida, *se complementada* com uma *quarta condição* anti-Gettier, como a fornecida pela teoria da derrotabilidade, e se ‘atenuada’ pelo *Falibilismo*, como definidos acima. Por outro lado, nosso compromisso com o *Internalismo*, a perspectiva de “primeira-pessoa”, implica que tal análise tradicional (devidamente complementada) *deve* ser aceita, já que é justamente ela que privilegia as “razões” e “evidências” *do sujeito*. Deste modo, a ‘nova’ análise que resulta é a seguinte: *S sabe P se e somente se*:

- (i) *P* é verdadeira;
- (ii) *S* crê que *P*;

- (iii) S está justificado em crer que P; e
- (iv) A justificação de S para crer que P não é *derrotada ou defeituosa* (ou seja, não há qualquer derrotador *genuíno* da justificação de S para P).

Cumpramos notar que, com a condição (iv), a condição (i), sobre a *verdade* de P, torna-se, de fato, *redundante*, pois se P fosse *falsa*, $\sim P$ seria um derrotador genuíno da justificação de S para P, segundo a versão de Klein. Nós vamos manter, entretanto, a condição (i), pois isto facilitará nossas futuras discussões, além de se conformar ao uso corrente.

Segue-se, por fim, das condições acima, que *S sabe que S sabe P* (ou que S tem metaconhecimento de P) *se e somente se*:

- (i') S sabe P;
- (ii') S crê que S sabe P;
- (iii') S está justificado em crer que S sabe P; e
- (iv') A justificação de S para crer que S sabe P não é derrotada ou defeituosa.

Estamos com o cenário pronto, enfim, para proceder à nossa investigação sobre a possibilidade e existência do metaconhecimento. É o que faremos a seguir.

APÊNDICE: Sobre os tipos de Ceticismo

Embora *assumamos*, neste ensaio, o conhecimento de P, por S, e, por conseguinte, a *falsidade* do ceticismo de *primeira ordem*,²⁹ convém esclarecer as várias posições céticas que de um modo ou outro ameaçam o conhecimento de primeira ordem. Quanto ao ceticismo de *segunda ordem* (CSO), ele pode apresentar, para várias daquelas posições (se não para todas), tipos análogos. De fato, o CSO proposto como tese final deste ensaio é de um tipo *pirrônico*, numa atitude semelhante ao encontrado no pirronismo de primeira ordem.

“O ceticismo”, com efeito, é *mais de um*. Além da divisão tradicional entre ceticismo “global” e “local” – um relacionado a “toda verdade”; o outro, a certas *classes*

²⁹ Ver Introdução.

de proposições (cf. FUMERTON, 1995, p. 30; STROUD, 2000, p. 139)³⁰ -, podemos classificá-los quanto a se seu foco de ataque é pura e simplesmente o *conhecimento* ou se, mais especificamente, é a *racionalidade* das crenças. No primeiro caso, o cético nega que haja ou que seja mesmo possível o *conhecimento* enquanto tal (global ou local), geralmente por exigir alguma forma (irrealizável) de *certeza*; mas a racionalidade das crenças não é questionada (cf. UNGER, 1975; v. tb. FELDMAN, 2003, p. 114-19). No segundo caso, o cético nega que as crenças sejam mesmo *racionais* ou *justificadas epistemicamente* (global ou localmente), como é o caso paradigmático de Hume (1974) (v. tb. STROUD, op. cit.; FELDMAN, op. cit., p. 130-152) - o que também implicaria, para nós, que não se tem conhecimento, já que, segundo nossos pressupostos expostos anteriormente (e compartilhados por muitos epistemólogos), a justificação epistêmica da crença é *condição necessária* para o saber. Reconhecidamente, este segundo tipo de ceticismo é o mais devastador – ninguém quer abrir mão da racionalidade de suas crenças! Não por menos, Fumerton chama o primeiro tipo de “ceticismo *fraco*” e o segundo de “ceticismo *forte*” (op. cit., p. 29-30). M. Williams considera o primeiro tipo de ceticismo “pouco interessante” e até mesmo “notoriamente desinteressante”, enquanto que o segundo é “o mais interessante” e “o mais importante filosoficamente” (1999, p. 4,7-8).

O ceticismo, ainda - segundo outra classificação -, pode ser do tipo que faz uso essencial de *hipóteses (ou possibilidades) alternativas*, os chamados “cenários céticos”. Estes são “mundos possíveis” *indistinguíveis*, da perspectiva do sujeito, do mundo real, embora totalmente diversos deste. Alston (2005, p. 214) chama este tipo de ceticismo de “cartesiano” – afinal, a hipótese do “gênio maligno” de Descartes (2000) é o exemplo paradigmático de hipótese alternativa!³¹ Embora, historicamente, tal ceticismo seja do

³⁰ “O cético global faz uma alegação sobre nosso acesso epistêmico a *toda* verdade. [Ou] mantém que não se tem conhecimento de nada [...] [ou] que não se tem crenças epistemicamente racionais sobre nada. O ceticismo local é ceticismo [...] com respeito a uma dada classe de proposições. Assim, nós podemos ser um cético com respeito a proposições sobre o mundo físico, o passado, outras mentes, o futuro, entidades teóricas em Física, a existência de Deus, ou qualquer outra subclasse de proposições” (FUMERTON, op. cit., p. 30; itálico do autor). Para Stroud, “[o] ceticismo é mais esclarecedor [*illuminating*] quando restrito a certas áreas particulares do conhecimento” (op. cit., p. 139).

³¹ Klein (2003, p. 77) parece sugerir uma *identidade* entre o “ceticismo cartesiano”, como definido acima, e o chamado “ceticismo *acadêmico*”, ao usar as duas expressões intercambiavelmente. Vamos sugerir logo mais, entretanto, que o “ceticismo cartesiano” deve ser um *tipo particular* de “ceticismo acadêmico”, como este é definido por Sexto Empírico (1996). O próprio Klein, de fato, reconhece implicitamente um sentido mais *lato* de “ceticismo acadêmico” que *incluiria* (mas sem se identificar com) o “cartesiano”, ao contrastar o ceticismo *acadêmico* com o *pirrônico* e ao dizer que a “alegação central [do ceticismo *acadêmico*] é que nós não temos (de fato, não podemos ter) conhecimento ou qualquer tipo de crença

tipo “fraco”, ligado à exigência de *certeza e impossibilidade de erro*, sua versão “forte”, ligada à *justificação* da crença, tem dado muito trabalho nas últimas décadas, levando inclusive à discussão em torno da validade do “princípio do fecho” (*closure principle*), ou seja, se a implicação lógica (ou dedução) transmite ou não justificação (e conhecimento) (cf. DRETSKE, 1970; KLEIN, 1981, 2004; ALMEIDA, 2007a; entre outros).³²

O “ceticismo humeano”, por outro lado, não faz uso *essencial* de cenários céticos, ainda que estes tenham sua utilidade (cf. ALSTON, op. cit., p. 215; FUMERTON, op. cit., p. 29-41). O que o “ceticismo humeano” faz, segundo um padrão exposto elucidativamente por Ayer (1956, cap. 2, seção ix), é mostrar que a crença em proposições de uma determinada *classe* não pode ser *justificada* nem *diretamente* (por “acesso direto”), nem *inferencialmente* - quer por *dedução*, quer por *indução* - a partir de sua suposta *base epistêmica*. De fato, este tipo de ceticismo defende que há uma “inferência ilegítima”, nas palavras de Ayer, ou uma lacuna, entre a proposição crida e sua suposta base evidencial, ainda que o *status* epistêmico desta *base em si* não seja questionado:

O que é respectivamente colocado em questão é nosso direito [*right*] em fazer a transição de experiências sensoriais para objetos físicos, do mundo do senso comum para as entidades da ciência, do comportamento manifesto [*overt*] de outras pessoas para os seus pensamentos e sentimentos interiores, do presente para o passado. Estes são problemas distintos, mas o padrão do argumento cético é o mesmo em todos os casos. (ibid.).

É com este tipo de ceticismo que Fumerton (1995) e BonJour (2002), por exemplo, se preocupam. Stroud (op. cit., p. 99-121) chama ainda nossa atenção para o fato de que, para este tipo de ceticismo, é essencial que se investigue a justificação das crenças em *todo* um “domínio” ou *classe* de proposições “*em geral*”. Este cético, com efeito, não questiona simplesmente a justificação da crença em *uma* proposição em *particular* sobre o mundo físico, por exemplo, mas a justificação evidencial da crença em *toda e qualquer* proposição sobre o mundo físico – ainda que se tome uma

justificada” (KLEIN, op. cit., p. 77). Ora, não é apenas o ceticismo do tipo *cartesiano* (i.e., que usa “cenários céticos”) que defende tal alegação, como reconheceria Klein.

³² Basicamente, este ceticismo cartesiano “forte” funciona assim: seja *H* uma hipótese alternativa cética para *P* tal que $\sim H$ se segue logicamente de *P*. Se *S* está justificado em crer que *P*, então (pelo princípio do fecho) *S* também está justificado em crer que $\sim H$ (ainda mais se *S* sabe da implicação!). Mas – aponta o cético - *S* não tem evidência para crer que $\sim H$ e, por conseguinte, não está justificado em crer que $\sim H$. Segue-se, portanto, por modo *tollens*, que *S* não está justificado em crer que *P*! (cf. KLEIN, 2003, p. 77).

proposição, *P*, como *representante* da classe. Deste modo, tal cético não está sendo respondido quando, ao questionar sobre a *base* evidencial das proposições sobre o *mundo físico*, lhe dão *outra* proposição sobre o *mundo físico* como resposta – “Há realmente uma árvore em minha frente, porque fulano de tal, que está aqui ao meu lado, me confirma isto!”³³

O ceticismo, enfim – segundo uma última classificação -, pode ser do tipo *categorico*, que *afirma* que *não há* ou, ainda, que *não pode haver* conhecimento (ou crença racional); ou pode ser do tipo que proponha a *suspensão do juízo* sobre a questão – nem afirmando, nem negando o conhecimento -, diante de evidências contrárias com o mesmo peso, que nos deixam numa situação de *aporia*, ou seja, “perplexos”, “desconcertados”, “confusos” (cf. MATES, 1996, p. 30).³⁴ No primeiro caso, segundo Sexto Empírico (1996, p. 89), temos o cético “acadêmico” - seja na versão “cartesiana” ou “humeana”, diria anacronicamente Sexto Empírico. No segundo, temos o “pirrônico” (ibid.; cf. tb. KLEIN, 2003). Para o pirrônico, as questões “parecem” ser tais, que não resta outra opção que não seja suspender o juízo e *continuar a investigar...*

³³ O modo como Fumerton (1995) responde a este tipo de ceticismo pode ser visto na seção 4.1.3 do cap. 4.

³⁴ Mates usa os seguintes termos, em inglês, para caracterizar o significado de *aporia*: “*being at a loss, baffled, perplexed, puzzled, stumped, stymied*” (op. cit., p. 30). Não é meramente o estado de “dúvida”, explica Mates (ibid.).

CAPÍTULO 2 – METACONHECIMENTO POR CONFUSÃO DE LINGUAGEM

A linguagem do metaconhecimento pode ser muito *escorregadia e enganadora*. Isto nem sempre é reconhecido, e menos ainda explicitado.³⁵ Como se verá, diferentes relações estão em jogo e se combinam para criar um complexo quadro que, se não atentado devidamente, pode produzir equívocos e confusões desnecessárias. Por isso, alguns esclarecimentos importantes devem ser feitos quanto à *linguagem* empregada para expressar o metaconhecimento, em especial o uso alternativo das 1ª e 3ª pessoas. (Neste sentido, este capítulo é eminentemente “metafilosófico”, mas com implicações diretas para nosso *objeto* em questão: o metaconhecimento). Com isto, evitaremos não somente as *confusões*, mas também - o que seria ainda *pior*, na perspectiva deste ensaio - as *atribuições falaciosas de metaconhecimento*. “Metaconhecimento por confusão” (do epistemólogo) não é metaconhecimento!

2.1. A relação entre 1ª e 3ª pessoas, os tipos de avaliação e os níveis de conhecimento

Ora, as seguintes perguntas, intimamente relacionadas entre si, podem ser levantadas para iniciar nossa discussão:

(1) “Eu sei que P” (crida, com sucesso, por S) é caso de conhecimento de *primeira* ou *segunda* ordem?

(2) “Eu sei que P” (crida, com sucesso, por S) corresponde a “S sabe que P” ou a “S sabe que sabe que P”?

Alguém poderia responder as questões (1) e (2) do seguinte modo, começando pela (2): “‘Eu sei que P’ (por S) corresponde a ‘S sabe que P’, do mesmo modo que ‘Eu

³⁵ Não encontramos na literatura uma exposição *sistemática* sobre os diferentes modos de expressar o metaconhecimento (i.e., na 1ª ou 3ª pessoas), como eles se relacionam entre si, e os equívocos que podem gerar. Alston (1980) tem um importante artigo sobre “confusões de nível na Epistemologia”, mas o que ele trata lá não é exatamente o mesmo que tratamos neste capítulo, ainda que haja relação. Lá, as confusões se dão porque *exigências* de *segunda* ordem (de justificação ou conhecimento) são incorretamente tomadas como exigências de *primeira* ordem. Aqui, as confusões se dão porque as *linguagens* da *primeira* e da *terceira* pessoas se relacionam de modo *distinto* com os níveis de conhecimento, e porque a linguagem na *primeira* pessoa pode gerar certos “paradoxos” com *supostas* implicações para o metaconhecimento.

sei que sei que P (por S) corresponderia a ‘S sabe que sabe que P’, etc. Não foi o próprio Hintikka (1962, p. 104) quem esclareceu que ‘Eu sei que P’ é da forma ‘K_sp’ e ‘Eu sei que eu sei que P’ da forma ‘K_sK_sp’? Ora, se é assim, então ‘Eu sei que P’ (criada, com sucesso, por S) é caso de conhecimento de *primeira ordem*, já que ‘S sabe que P’, ou ‘K_sp’, atribui conhecimento de *primeira ordem* para S”.

Entretanto, outra pessoa, talvez mais ‘perspicaz’, poderia responder as perguntas (1) e (2) de um modo diferente, começando pela (1): “Se quando S crê (simplesmente) ‘P’, sua crença se constitui, quando bem sucedida, em conhecimento de *primeira ordem*, então quando S crê ‘Eu sei que P’, esta crença se constitui, quando bem sucedida, em conhecimento de *segunda ordem*. Assim, ‘Eu sei que P’ (por S) corresponde a ‘S sabe que sabe que P’, já que esta última expressão atribui conhecimento de *segunda ordem* para S”.

Para notar como estamos entrando em terreno confuso, é importante observar não somente que temos duas respostas (ou grupo de respostas) *diferentes* para as duas perguntas, mas que *ambas* as respostas têm certa *plausibilidade* e *razão*. A primeira delas, que poderia parecer menos ‘perspicaz’ – pois relacionaria de modo aparentemente ‘simplista’ e ‘rápido’ o mesmo número de ocorrências do verbo “saber” em cada lado da relação, ou seja, “Eu *sei* que P” (por S) com “S *sabe* que P”-, esta resposta, dizíamos, não só tem o peso de alguém como Hintikka, mas, mais importante ainda, está certa em relacionar “Eu sei que P” (por S) com “S sabe que P” pelo fato de ambas expressões serem *equivalentes* (para não dizer, ainda, que se trata da mesma *proposição*). De fato, se “Eu sei que P” (por S) é *verdadeira*, então “S sabe que P” também é *verdadeira*, e se “S sabe que P” é verdadeira, então “Eu sei que P” (por S) também é verdadeira (a menos que se esteja trabalhando com alguma teoria *contextualista*, o que não é nosso caso nem o da maioria dos epistemólogos)³⁶. Por outro lado, não deixa de estar certo o raciocínio da segunda resposta. Se quando S crê (simplesmente) que P, e sua crença é “bem sucedida” – no sentido de que *satisfaz as condições de conhecimento* – se diz acertadamente que S tem conhecimento de *primeira ordem* ou “S sabe que P”, *então*, quando S crê “Eu sei que P” e sua crença é “bem sucedida” – isto é, *satisfaz as*

³⁶ As teorias contextualistas, como a de DeRose (1992, 2002) e Cohen (1988, 2005), afirmam que o valor de verdade de uma atribuição de conhecimento é “sensível” ao *contexto de atribuidor*. Assim, “S sabe que P” pode ter seu valor de verdade *mudado* dependendo de quem “fala” ou atribui conhecimento a S, lembrando que o próprio S pode ser um dos atribuidores. De fato, DeRose (1992) deixa claro que, em cada contexto de atribuição, “S sabe que P” muda de *sentido*, ou seja, tem suas *condições de verdade* alteradas. Os contextualistas, porém, não são majoritários na Epistemologia.

condições de conhecimento – deve-se dizer que S tem conhecimento de *segunda ordem* ou “S sabe que sabe que P”. Como resolver este impasse, evitando futuras confusões?

Ora, as confusões podem se dar porque os diferentes *níveis* de conhecimento (1ª ordem, 2ª ordem, etc.) se combinam com as diferentes *pessoas* de atribuição (1ª ou 3ª pessoas) e ainda com as diferentes *avaliações* da crença (seu valor de verdade ou *status* epistêmico), produzindo um quadro complexo. Este último aspecto – as diferentes *avaliações* da crença – é extremamente importante, porque revela que as expressões “crer *com sucesso* que...” e “a crença de S é *bem sucedida*”, dos parágrafos anteriores, são de fato *ambíguas*, como o leitor deve ter já notado. Com efeito, o que se quer dizer com (3), abaixo?

(3) “Eu sei que P” é crida *com sucesso* por S (ou a crença de S “Eu sei que P” é *bem sucedida*).

Pode-se, aqui, estar visando somente o *valor de verdade* da crença de S, ou seja:

(3a) A crença de S “Eu sei que P” é *verdadeira*, isto é, S *sabe* que P,

ou pode se estar visando o *status epistêmico* de sua crença, ou seja, que ela é caso de *conhecimento*:³⁷

(3b) A crença de S “Eu sei que P” é *conhecimento*, isto é, S *sabe que sabe* que P.

As duas avaliações são legítimas, mas apontam para *níveis distintos* de conhecimento de S, com as respectivas formulações na *terceira pessoa*, como pode se notar. De modo análogo, as mesmas avaliações poderiam ser feitas com a crença mais simples de S de que P (ou, alternativamente, de que *P* é o caso):

(4a) A crença de S “*P* é o caso” é *verdadeira*, isto é, *P* é o caso.

(4b) A crença de S “*P* é o caso” é *conhecimento*, isto é, S *sabe* que P.

E, finalmente, o mesmo poderia ocorrer com a crença mais ‘complexa’ de S de que *sabe que sabe* que P, dependendo do tipo de avaliação que façamos:

(5a) A crença de S “Eu sei que sei que P” é *verdadeira*, isto é, S *sabe que sabe* que P.

³⁷ Outras avaliações, ainda, poderiam ser feitas, mas elas não interessam propriamente aqui. Poderíamos avaliar o *status epistêmico* da crença de S quanto a se ela é *justificada* ou não, ainda que não resultasse em *conhecimento*. Também, se S não somente *crê*, mas também *diz* “Eu sei que P”, sua *asserção* pode ser avaliada como *justificada* ou *autorizada* (*warranted*, em inglês) ou não (ver Williamson (2000, cap. 11) e DeRose (2002)).

(5b) A crença de S “Eu sei que sei que P” é *conhecimento*, isto é, S *sabe que sabe que sabe* que P.

Isto leva ao seguinte quadro, relacionando as *pessoas*, os tipos de *avaliação* da crença e os *níveis* de conhecimento:

1ª PESSOA O Sujeito S crê:	3ª PESSOA O Avaliador julga o <i>Valor de Verdade</i> da crença de S:	3ª PESSOA O Avaliador julga o <i>Status Epistêmico</i> da crença de S
P	<ul style="list-style-type: none"> • A crença em P de S é <i>verdadeira</i>, ou seja, P; • (S sabe ou não que P) 	<ul style="list-style-type: none"> • A crença em P de S é <i>conhecimento</i>; • S sabe que P; • S tem conhecimento de <i>primeira ordem</i>;
Eu sei que P	<ul style="list-style-type: none"> • A crença de S “Eu sei que P” é <i>verdadeira</i>; • S sabe que P; • S tem conhecimento de <i>primeira ordem</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> • A crença de S “Eu sei que P” é <i>conhecimento</i>; • S sabe que sabe que P; • S tem conhecimento de <i>segunda ordem</i> (o que implica que também tem de <i>primeira ordem</i>).
Eu sei que sei que P	<ul style="list-style-type: none"> • A crença de S “Eu sei que sei que P” é <i>verdadeira</i>; • S sabe que sabe que P; • S tem conhecimento de <i>segunda ordem</i> (o que implica que também tem de <i>primeira ordem</i>). 	<ul style="list-style-type: none"> • A crença de S “Eu sei que sei que P” é <i>conhecimento</i>; • S sabe que sabe que sabe que P; • S tem conhecimento de <i>terceira ordem</i> (o que implica que também tem de <i>segunda e primeira ordens</i>).

Diante disto, todo cuidado é necessário para não se cair em confusão e erros. Assim, quando se tem:

(6) “Eu *sei* que P” (crida por S),

deve-se ter cautela para não tomar a *verdade* desta (meta)crença de S – o que indica conhecimento de *primeira ordem* de S, ou seja, S *sabe que P* -, com o *status epistêmico* de *conhecimento* desta sua (meta)crença - S *sabe que sabe que P*, o que indicaria conhecimento de *segunda ordem* ou *metaconhecimento* de S. Por isso, em nossa investigação *cética* sobre se as pessoas têm ou não metaconhecimento, a questão que

nos preocupa não é *meramente* se as pessoas creem ou não que sabem, nem ainda se estão *corretas* quando creem que sabem – “S crê que sabe que P e ele realmente *sabe* que P!” -, o que indicaria apenas conhecimento de *primeira ordem* das pessoas, mas se quando as pessoas creem que sabem, elas *sabem* que sabem. S poderia crer *corretamente* que sabe que P e ainda assim não ter *metaconhecimento*, do mesmo modo que pode crer *corretamente* que P e ainda assim não ter *conhecimento* de P. A diferença está, já vimos com Platão, entre acertar por acidente ou por conhecimento.

A tabela acima contemplou apenas os casos *positivos*, quer de *verdade* quer de *conhecimento*, para os diferentes níveis de crença de S. Seria importante, entretanto, observar as diferentes possibilidades, positivas e negativas, de (6), que é o caso que mais nos interessa. Com efeito, se temos novamente:

(6) “Eu sei que P” (cida por S)

e perguntarmos se estamos diante de um caso de conhecimento de *primeira* ou *segunda* ordem, três possíveis respostas ocorrem:

- (i) A (meta)crença de S “Eu sei que P” é *falsa*, e assim S não tem conhecimento de *primeira ordem* (“S não sabe que P”), nem, por conseguinte, conhecimento de *segunda ordem* (“S não sabe que sabe que P”);³⁸
- (ii) A (meta)crença de S “Eu sei que P” é *verdadeira*, e portanto S tem conhecimento de *primeira ordem* (“S sabe que P”), mas sua (meta)crença não é caso de *conhecimento*, e portanto S não tem conhecimento de *segunda ordem* (S não sabe que sabe que P”);
- (iii) A (meta)crença de S “Eu sei que P” é *verdadeira*, e portanto S tem conhecimento de *primeira ordem* (“S sabe que P”), e sua (meta)crença também é caso de *conhecimento*, portanto S tem conhecimento de *segunda ordem* (“S sabe que sabe que P”).

É interessante observar que, enquanto o *senso comum* afirma (iii) para muitos valores de “P”, o *cético acadêmico* de *primeira ordem* afirma (i) para esses mesmos valores, e o *cético acadêmico* de *segunda ordem* se contenta em afirmar (ii). Já o *cético pirrônico* suspenderia o juízo sobre (i), (ii) e (iii).

³⁸ Obviamente, se S não sabe que P, ele não poderia *saber que sabe* que P. Não se pode *saber* uma proposição *falsa*. Assim, a inexistência de conhecimento de *primeira ordem* implica a inexistência de conhecimento de *segunda ordem*.

Também é interessante notar que quando alguém como Chisholm (1982, p. 50) afirma (e crê), num capítulo sobre “Saber que sabe”:

(7) “Nós sabemos que nós sabemos que a Terra existe há centenas de anos passados”,³⁹

sua crença, de acordo com o quadro apresentado acima, indica, *se verdadeira*, que estamos diante de um caso de *conhecimento de segunda ordem (saber que sabe)*, como queria Chisholm. Mas se, além disto, for o caso que sua crença não é uma mera ‘opinião acidentalmente verdadeira’ – e estamos certos de que Chisholm não gostaria que o fosse! -, sendo, ao invés, caso de *conhecimento*, Chisholm de fato tem um conhecimento de *terceira ordem*, com a respectiva *justificação de terceira ordem*. E isto nos chama a atenção para a seguinte distinção: uma coisa é *ter* conhecimento de segunda ordem, outra é *defender*, na primeira pessoa, o conhecimento de segunda ordem.⁴⁰ Para se *ter* conhecimento de segunda ordem, basta que se creia, na primeira pessoa:

(6) “Eu sei que P”

e que tal metacrença, é claro, satisfaça as condições do conhecimento - entre elas, que tenha *justificação de segunda ordem*. Mas quando alguém quer *defender*, na primeira pessoa, o conhecimento de segunda ordem, esse alguém expressará a crença:

(8) “Eu sei que eu sei que P”,

como o faz Chisholm, com a expectativa de que sua crença seja *verdadeira*, caso em que haveria, realmente, o conhecimento de *segunda ordem*. Mas para tal *defesa*, a crença se baseará em *evidências de terceira ordem*, sendo de fato (a crença) uma ‘candidata’ a *conhecimento de terceira ordem*. E isto *pode* gerar certa confusão, se não se tomar certos cuidados. Entre eles, não se deve confundir a *defesa em si*, ou seja, a *evidência de terceira ordem*, por um lado, com a *verdade* do que é defendido, i.e., a existência ou não do *conhecimento de segunda ordem*, por outro. Assim – devemos reconhecer -, ainda que a *defesa*, na primeira pessoa, seja *errada* ou *insuficiente* ou *não-adequada*, etc., isto não significaria, *necessariamente*, que não haja o *conhecimento de*

³⁹ A mudança da primeira pessoa *singular* para a primeira pessoa *plural* é irrelevante para os propósitos desta seção. De fato, a mesma tabela acima poderia ser construída substituindo-se “Eu sei” por “Nós sabemos”, e considerando o sujeito S como um sujeito *coletivo*.

⁴⁰ Alston (1980) também faz uma distinção análoga entre *ter* justificação e *mostrar* que se está justificado. A segunda exigiria um *nível acima* da primeira.

segunda ordem defendido.⁴¹ Um outro cuidado a tomar ocorre nos casos em que o sujeito epistêmico S, que se (auto)atribui conhecimento e até metaconhecimento, é o *próprio epistemólogo* – como é o caso de Chisholm. Talvez haja razões e suposições que, *enquanto epistemólogo*, ele possa legitimamente usar e fazer, mas que, *enquanto sujeito epistêmico*, ele não o possa.⁴² Assim, tem-se nestes casos um forte *potencial* de engano e confusão.

Felizmente, entretanto, não precisamos analisar a *meta-metacrença* de alguém que, como Chisholm, *defende*, na primeira pessoa, o conhecimento de segunda ordem: “Eu sei que eu sei que P”. Basta que analisemos a metacrença de alguém que crê “Eu sei que P” para verificar se (e como) ele *tem* conhecimento de segunda ordem. Assim, a crença em (6) é a crença que realmente nos interessa, como já havíamos indicado anteriormente. Também é prudente que o epistemólogo faça seu trabalho na *terceira pessoa* e analise os casos em que o sujeito epistêmico S, que crê “Eu sei que P”, *não é ele próprio*. (Um excelente exemplo disto é encontrado em Feldman (1981)). Assim, ficam bem separados e distintos o *epistemólogo* e o *sujeito epistêmico*, as razões e suposições do primeiro e as razões e suposições do segundo, sem que haja um intercâmbio indevido entre elas. E é importante destacar que esta última observação é consistente com a tal *perspectiva da primeira pessoa em justificação*, que é a marca do *Internalismo*, segundo nossos pressupostos do capítulo anterior. A perspectiva da primeira pessoa é a perspectiva *do sujeito epistêmico S*. É *esta* perspectiva que deve ser cuidadosamente *investigada pelo epistemólogo* ao discutir a justificação, e este *pode e deve* se colocar no lugar do sujeito S para ter a perspectiva de S. Para isto, será útil transcrever de vez em quando, *na primeira pessoa*, os possíveis argumentos do próprio S e como S vê cada situação. Isto, entretanto, não é a mesma coisa que *identificar* as duas pessoas – epistemólogo e sujeito epistêmico -, nem tampouco é a mesma coisa que

⁴¹ Certamente, *pode* haver casos em que uma *má defesa* (no nível epistêmico imediatamente acima) indicaria ou implicaria a *inexistência* (ou *perda*) do conhecimento *defendido* (no nível imediatamente abaixo) – talvez o caso em que S identifica *incorretamente* qual seja sua evidência seja um exemplo (ver, porém, FELDMAN, 1981). Mas há outros casos em que isto não ocorre. S pode ter *conhecimento* (de primeira ordem) de que P baseado em *E*, e *defender* que *sabe P* (segunda ordem) baseado também em *E* – como de fato pretende Chisholm (1982). Se tal defesa (de segunda ordem) é errada – como acreditamos que o seja (ver próximo capítulo) -, então S teria uma defesa *errada* (de segunda ordem) que *não* comprometeria seu conhecimento de primeira ordem. O mesmo ocorreria nos níveis mais altos.

⁴² O caso mais flagrante e óbvio talvez seja o do epistemólogo que *supõe a verdade* de *P* e passa a analisar e defender o seu suposto *conhecimento* de *P* a partir da premissa de que as condições do conhecimento foram todas satisfeitas. Ora, o epistemólogo, *enquanto sujeito epistêmico*, não pode fazer uso desta suposição (da verdade de *P*) entre suas razões, pois ele, *enquanto sujeito*, nada sabe disto. Assim, ele não poderia argumentar deste modo: “Eu *sei* que P, porque afinal (i) eu creio que P, (ii) eu tenho justificação para *P*, (iii) não estou gettierizado e... *por suposição*, (iv) *P* é verdadeiro”!

afirmar que o trabalho epistemológico deva ser feito *todo na primeira pessoa, a la Descartes* (op. cit.). Deste modo, é essencial entender a diferença entre o que chamaremos de “abordagem de terceira pessoa (ou ‘objetiva’) do epistemólogo”, que é a postura de distanciamento entre ele e S, por um lado, e o que está sendo chamado de “perspectiva de primeira pessoa em justificação”.

Ora, se a crença de S “Eu sei que P” for caso de conhecimento, o epistemólogo poderá dizer propriamente, na terceira pessoa, “S sabe que (S) sabe que P” ou “S tem conhecimento de segunda ordem”, ou, ainda, “S tem metaconhecimento”. O termo “metaconhecimento”, é bom lembrar, está sendo reservado ao conhecimento de *segunda ordem*, a menos que indicado o contrário ou o contexto revele que está sendo utilizado num *sentido lato* (i.e., incluindo níveis mais altos). O conhecimento de *terceira ordem* de S – que não é o nosso objeto de estudo – será (raramente) referido por “meta-metaconhecimento”. E também é bom lembrar que tanto o termo “metaconhecimento” como a expressão “conhecimento de segunda ordem” (assim como os de nível mais alto) estão sendo usados para referir exclusivamente ao metaconhecimento *pessoal*, não ao metaconhecimento *interpessoal* – “S₁ sabe que S₂ sabe que P”.

As observações desta seção, como um todo, coincidem com o que diz Feldman, numa breve observação parentética:

A sentença “S sabe que S sabe que P” deve ser interpretada como atribuindo a S conhecimento de uma proposição de autoconhecimento [*self-knowledge proposition*]. Por “proposição de autoconhecimento” eu quero dizer uma proposição que alguém poderia expressar dizendo “Eu sei que P”. Observações análogas se aplicam a “S crê que S sabe que P” e “S está justificado em crer que S sabe que P” (1981, p. 269-70).

2.2. O Paradoxo de Moore e a “falácia mooreana”:

O uso da primeira pessoa e sua relação com o metaconhecimento exige também mais um cuidado. Moore (1942, 1944, 1962, 1993) nos chamou a atenção para a “absurdidade” das sentenças com a forma:

(9) “P, mas eu não creio que P”,

(10) “P, mas eu creio que não-P” e

(11) “P, mas eu não sei que P”,⁴³

embora o próprio Moore não tenha atentado para a significativa diferença entre as formas (9) e (10), apontada, entretanto, por J. Williams (1979). O interessante sobre tais “sentenças mooreanas” – todas na *primeira pessoa do presente do indicativo* – é que elas *não* são (logicamente) *contraditórias*, ou, como faz questão de enfatizar Almeida (2009), elas expressam proposições *contingentes*, que podem ser verdadeiras ou falsas (uma contradição é *necessariamente falsa*). Assim, seja S o sujeito referido pelo pronome “eu”: é perfeitamente possível que chova mas que S não creia que chova; é perfeitamente possível que chova mas que S creia que não chova; e é perfeitamente possível que chova mas que S não saiba que chova. No entanto, quando o *próprio* S afirma qualquer uma destas sentenças – por exemplo, “Chove, mas eu não creio que chove” –, parece algo absurdo. Por quê? Este é o “Paradoxo de Moore”, e uma resposta a ele não é consensual (cf. GREEN; WILLIAMS, 2007, p. 13).⁴⁴

Moore (op. cit.) e Wittgenstein (1953, 1980a, 1980b)⁴⁵ viram o problema destas sentenças (ou proposições) exclusivamente na sua *asserção*. Para eles, o conteúdo delas como que ‘contradiz’ alguma *implicação* do *ato de asserção*. Moore, por exemplo, a respeito da forma (11) “P, mas eu não sei que P”, dizia que “[a]o asserir *p* positivamente, você *implica*, embora você não assira, que você sabe que *p*” (1962, p. 277; *itálico* do autor). E isto seria contradito pelo que é asserido na segunda parte da sentença: “mas eu não sei que P”. Abordagens semelhantes possuem Williamson (2000) e DeRose (2002), entre outros, os quais defendem que ao *afirmar* que P, o sujeito *se representa* como *sabendo* que P. Mas, como J. Williams (1994) e, mais recentemente, Almeida (2001, 2007b, 2009) fazem questão de assinalar, o problema das sentenças ou proposições mooreanas, particularmente as das formas (9) e (10), já começa com a própria *crença* nelas. E o problema da *asserção* deve ser *derivado* do problema da *crença*. Segundo eles, resulta ser *irracional* para S *crer* na proposição expressa pela sentença “Chove, mas eu não creio que chove”, assim como na proposição expressa por “Chove, mas creio que não chove”. Almeida (2009), a partir de algumas premissas epistêmicas elementares e a aplicação da lógica proposicional clássica, *demonstra* que S

⁴³ Os exemplos de Moore são, respectivamente: “Fui ao cinema na terça-feira passada, mas eu não creio que eu fui” (1942, p. 543); “Eu creio que ele saiu, mas ele não saiu” (Idem, 1944, p. 204); e “Os cães latem, mas eu não sei que eles latem” (Idem, 1962, p. 277). Almeida (2007b, 2009) fornece também outras formas, não mencionadas acima.

⁴⁴ Green e Williams (op. cit, p. 36) contaram *dezoito* diferentes “tentativas” de explicar o paradoxo!

⁴⁵ Wittgenstein trata do “paradoxo de Moore”, expressão cunhada por ele, na seção X da segunda parte das *Investigações* (1953), bem como nos parágrafos 478-90 de (1980a) e parágrafos 280-90 de (1980b).

acaba sendo *incoerente* quando crê em proposições mooreanas com a forma (9) ou (10).⁴⁶ Por conta disto, a crença nelas é *irracional*, e, portanto, nunca pode ser caso de *conhecimento* para o próprio sujeito S referido nestas proposições. O problema da crença (e conhecimento), no entanto, não existe para os *outros* sujeitos epistêmicos não referidos nas proposições mooreanas. Assim, nada tem de *irracional ou incoerente*, a princípio, S₂ crer: “Chove, mas S₁ não crê que chove”. Por outro lado, é irracional o próprio S₁ crer, reflexivamente, nesta proposição.

Das sentenças ou proposições mooreanas, as que realmente nos interessam aqui são as das formas (11) e, ainda, (12), pelas razões que serão logo fornecidas:

(11) “P, mas eu não sei que P” e

(12) “Eu sei que P, mas eu não sei que eu sei que P”.

Embora não tenha sido *demonstrado* que *crenças* em proposições com estas formas sejam *irracionais* e (portanto) *absurdas*,⁴⁷ vamos admitir que há algo de *estranho* e de *aparente absurdo* nestas formas, pelo menos quando de sua *asserção*. Por que tais formas são importantes neste contexto de metaconhecimento ou CSO? Por conta de algumas *supostas* implicações para o metaconhecimento. Vejamos cada uma destas formas, começando pela segunda, ou seja, (12).

Danto (1967, p. 33) corretamente alertou que há uma “imensa tentação” em querer explicar a aparente absurdidade de (12) “Eu sei que P, mas eu não sei que eu sei que P” recorrendo a certas *características do conhecimento* como tal. Mais exatamente, a tentação é querer explicar a aparente absurdidade de (12) dizendo que ela é devida à “transparência reflexiva” do conhecimento – i.e., *se S sabe P, então S sabe que sabe P*, o que seria uma forte defesa do *metaconhecimento*. Assim, seguindo a sugestão acima de Danto – que ele acertadamente *reprovou* –, a tentação poderia ser materializada pela seguinte inferência:

(13) “Eu sei que P, mas eu não sei que eu sei que P” ((12)), asserido ou crido por S, parece (ou é) absurdo,

portanto,

⁴⁶ Almeida (2009), de fato, não trata da forma (11) “P, mas eu não sei que P”, que talvez não seja tão discutida quanto as formas anteriores (cf. GREEN; WILLIAMS (op. cit.) para ver como a discussão se concentra nas formas (9) e (10)). Ver logo abaixo, entretanto, a discussão sobre esta forma específica.

⁴⁷ Ver nota anterior. Almeida (2009) chama a atenção para o fato de que a “absurdidade” das proposições mooreanas *não é óbvia* para todos, precisando ser *demonstrada*!

(14) Se S sabe que P, então S sabe que sabe que P,

implicando que (12) é *contraditória*, o que explicaria sua absurdidade.⁴⁸

Mas se tal raciocínio fosse válido ou ‘bom’, também poderíamos ter, *analogamente*, o seguinte argumento:

(15) “P, mas eu não sei que P” ((11)), asserido ou crido por S, parece (ou é) absurdo,

portanto,

(16) Se P, então S sabe que P,

o que é flagrantemente *falso* (pelo menos, para muitos valores de “P”). De fato, (11) nada tem de *contraditório*: é perfeitamente possível que *P* seja o caso e que, não obstante, S não saiba *P*. Isto mostra que os argumentos acima são inválidos ou ‘ruins’⁴⁹ – com efeito, não se pode inferir, *simplesmente*, da (aparente) absurdidade de uma sentença ou proposição a conclusão de que seu *conteúdo é contraditório* (ou uma tese que implique isto). E é isto que é feito com (12) no argumento acima. A grande lição do paradoxo de Moore é que (12) pode parecer ou mesmo *ser* “absurda” – quando asserida ou crida, pelo sujeito da proposição - sem que seja *contraditória*, ou seja, mesmo que *S saber P seja consistente com S não saber que sabe P*.⁵⁰

Há, portanto, uma *falácia* no argumento acima envolvendo a forma (12), a qual poderíamos chamar de “falácia mooreana” (mas não que o próprio Moore tenha sido vítima dela ou que a ela tenha induzido!). Ela consiste em tirar *conclusões indevidas*, para o *metaconhecimento*, da absurdidade de uma sentença mooreana (ou de uma ‘forte

⁴⁸ Para mostrar que (14) é uma ‘boa explicação’ do ‘fenômeno’ – a absurdidade de (12) -, alguém poderia inverter o argumento, obtendo:

(14) Se S sabe que P, então S sabe que sabe que P,
o que implica que (12) é contraditória,
portanto,

(13) “Eu sei que P, mas eu não sei que eu sei que P” ((12)), asserido ou crido por S, parece (e é) absurdo.

⁴⁹ Acrescentamos os termos “bom” e “ruim” ao lado de “válido” e “inválido”, respectivamente, para o caso de o leitor entender que os argumentos acima são *induzções* e, portanto, não passíveis de serem *válidos*. É importante, entretanto, ver a *forma* deles.

⁵⁰ Veremos no próximo capítulo que mesmo Hintikka (1962), que foi o principal defensor contemporâneo da chamada “tese KK” - “Se S sabe que P, então S sabe que sabe que P” -, reconhecia que “ $K_s p$ ” e “ $\sim K_s K_s p$ ” não formavam, a rigor, um conjunto *inconsistente*, podendo S saber que P e, não obstante, não saber que sabe que P. Sua tese KK, de fato, era *qualificada*, limitando-se aos casos em que o sujeito S era ‘logicamente onisciente’. Veremos, ainda mais, que até mesmo nestes casos sua defesa da tese fracassa.

candidata' a sentença mooreana).⁵¹ Não se pode, com efeito, inferir da suposta *absurdidade* de (12) “Eu sei que P, mas eu não sei que sei que P” a conclusão “Se S sabe que P, então S sabe que sabe que P” – como se a única razão de (12) parecer absurda fosse sua *contradição interna*!

Há outros modos, não obstante, de se cair numa falácia mooreana. Um deles, sutil e perigoso, envolve as noções de *racionalidade* e *justificação* com a forma (11):

(17) É *irracional*, para um sujeito S, crer (11) “P, mas eu não sei que P”,

portanto,

(18) Se S está *justificado* em crer que P, então S está *justificado* em crer “Eu sei que P”.

Duas diferentes respostas podem ser dadas para mostrar que estamos diante de uma falácia mooreana. Enquanto que a segunda resposta mostra mais estritamente que uma conclusão *indevida* em prol do metaconhecimento é inferida a partir de uma proposição mooreana (ou de uma *suposta* proposição mooreana), a primeira delas questiona a própria *premissa* do argumento:

A) A *verdade* da premissa – i.e., de (17) – não está estabelecida, como poderia sugerir seu uso no argumento acima. De fato, como já assinalado anteriormente, não está demonstrado que a *crença* em (11) seja *irracional*,⁵² mesmo que sua *asserção* possa transgredir alguma regra conversacional - como defendem Moore (1962, p. 277), Unger (1975, p. 256-60) e Williamson (2000, cap. 11) -, fazendo-a soar ‘absurda’. É importante observar, neste sentido, que embora uma *crença absurda* implique necessariamente uma *asserção absurda*, o inverso *não* é reconhecido como verdadeiro. Isto é o que Green e Williams (op. cit., p. 13), entre outros, chamam de “Princípio de Shoemaker”:

⁵¹ Por “*forte candidata* a sentença mooreana” queremos dizer uma sentença com as seguintes características: (i) está na primeira pessoa do presente do indicativo; (ii) *parece* absurda; (iii) não está demonstrado que ela seja *contraditória*. Se for demonstrado que ela é (*logicamente*) *contraditória*, ela definitivamente *não* é uma sentença mooreana.

⁵² A menos, é claro, que se *assuma* uma noção de *crença* que Stalnaker (2006, p. 179) chama de “crença forte”, segundo a qual *quando S crê que P, então S crê que sabe que P* (ou “ $Bp \rightarrow BKp$ ”), que, para Stalnaker, é a mesma coisa que dizer que a crença vem acompanhada de *certeza psicológica*. (Mas observe que Stalnaker *não* defende que esta é a única noção plausível de crença!). Assumindo esta noção de “crença forte”, fica fácil *demonstrar* que S acaba tendo crenças *contraditórias* quando ele crê: “P, mas eu não sei que P”, pois ao mesmo tempo S creria que *sabe P* e creria que *não sabe P*, incorrendo no que Sorensen (1988, p. 26) chama de “inconsistência direta”: ($Bq \ \& \ B\sim q$). Esta noção de “crença forte”, no entanto, não é consensual. Veja Cap. 1 para uma discussão sobre a noção de crença.

“Princípio de Shoemaker: O que pode ser (coerentemente) crido restringe o que pode ser (coerentemente) asserido, mas não o inverso”⁵³,

que J. Williams (2003, p. 1), em outro lugar, prefere formular assim:

“Se eu não posso não-absurdamente [*non-absurdly*] crer que P, então eu não posso não-absurdamente asserir que P, mas não o inverso”.

Adler e Armour-Garb (2007, p. 154-7), por exemplo, embora aceitem a tese de Unger-Williamson de que a *asserção* da forma (11) é paradoxal e “contraditória”, reconhecem que a *crença* em (11) é paradoxal *somente se* a “crença” em questão for um caso de “crença *integral*” (*full belief*) (em contraste com os outros graus “parciais” de crença), que é a única que é “transparente” em relação ao conteúdo crido.⁵⁴ Para eles, a “crença integral” implica, quando considerada por S, o *crer que sabe*, e, neste caso, não fica difícil notar que a “crença integral” em (11) geraria contradição entre crenças. (Ela é, portanto, bastante semelhante à “crença forte” de Stalnaker).⁵⁵ Mas crença “parcial” não gera o “crer que sabe” e, portanto, também não gera o paradoxo da crença em (11).

Já Hetherington (2007), por sua vez, entende que “às vezes pode[mos] sensatamente [*sensibly*] asserir ou julgar que ‘P, mas eu não sei que P’” (itálicos nossos), se o segundo membro da conjunção, “eu não sei que P”, não puder ser substituído por “eu não creio que P”, mas, ao invés, estiver “cumprindo função [*doing duty*] de algo como ‘Eu não tenho *evidência* boa o suficiente para que minha crença que P constitua conhecimento’” (itálico do autor). E ele completa: “Também não é [absurdo] ‘Eu creio que P, mas não baseado em evidência boa o suficiente para tornar minha crença conhecimento’” (ibid.), que daria um significado possível para a forma (11).

Enfim, como Green e Williams reconhecem (op. cit., p. 39), a forma (11), na verdade, não é reconhecida consensualmente como uma legítima *sentença mooreana*, criadora de absurdidade (ou irracionalidade) quando asserida ou crida.

⁵³ Este princípio é tirado de Shoemaker (1995, p. 227, nota 1), que em inglês diz: “*What can be coherently believed constrains what can be coherently asserted, but not conversely*”.

⁵⁴ Ser “transparente” ou ter “transparência”, para os autores, significa que a atitude proposicional em questão é *factível*, da perspectiva da primeira pessoa. Assim, embora *crer em P* não acarrete *P*, da perspectiva da primeira pessoa, se S crê *integralmente* (*fully*) em *P*, para ele sua crença em *P* acarreta *P*, sendo “factível” (cf. ADLER; ARMOUR-GRAB, op. cit., p. 149, 153-4).

⁵⁵ Ver antepenúltima nota.

B) Se a premissa (17) *for verdadeira*, entretanto, e, por conseguinte, for *irracional* para um sujeito S *crer* (11) “P, mas eu não sei que P” (digamos, porque se assume uma noção de “crença forte”, segundo a qual quando S crê que P, ele crê que *sabe* que P)⁵⁶, deve ser notado que *não* se segue, necessariamente, de (17) que

(18) Se S está *justificado* em crer que P, então S está *justificado* em crer “Eu sei que P”.

Afinal, se a crença, por S, numa conjunção (não contraditória) qualquer $P \& \sim Q$ é *irracional*, por algum motivo, e se S está justificado em crer que P, talvez o *justificado* para S, *dependendo de sua situação epistêmica*, seja *suspender o juízo* sobre Q (e, portanto, também sobre $P \& Q$), e não, simplesmente, *crer em Q* (e em $P \& Q$). Assim, especificamente no caso de (11), se o sujeito S tem evidência adequada e, portanto, está justificado em crer que P, mas, *por hipótese, não tem evidência adequada ou suficiente* para a crença de segunda ordem “Eu sei que P”, então o *justificado* no seu caso é crer que P e *suspender o juízo* sobre “Eu sei que P” (e, portanto, também suspender o juízo sobre a conjunção “P & Eu sei que P”),⁵⁷ ainda que S tenha o ‘hábito’ (injustificado, neste caso) de cada vez que crê em P, também crer em “Eu sei que P”, que é o que a noção de “crença forte” assume. O único modo de contestar a situação acima é defender que a referida *hipótese* nunca se dá, ou seja, *nunca* acontece que S tenha evidência adequada e suficiente para P mas *não* tenha evidência adequada e suficiente para “Eu sei que P”. Mas isto é uma tese substancial nada óbvia, que precisa ser provada. Alguém como Chisholm (1989), por exemplo, a assume, como veremos no próximo capítulo.

O último parágrafo nos aponta para uma outra forma possível de falácia mooreana que, de fato, é uma *falácia mooreana inversa*. Se a falácia mooreana consiste em tirar conclusões indevidas *do* Paradoxo de Moore *para* o metaconhecimento, a *falácia mooreana inversa* consiste em tirar conclusões indevidas *do* metaconhecimento (ou melhor, da *falta dele*) *para* uma (aparente) absurdidade mooreana, talvez com o fim de argumentar por *redução a absurdo*. Assim, alguém poderia argumentar deste modo:

Se é o caso que

(19) S sabe que P, mas não sabe que sabe que P,

⁵⁶ Ou de “crença integral”, segundo a qual se S *considera* sua crença (integral) em P, então S *crê que sabe* P.

⁵⁷ N.B.: Isto não é a mesma coisa que dizer que S pode *crer racionalmente* em “P, mas eu suspendo o juízo sobre se eu sei que P”. Talvez esta crença seja irracional, assumindo a noção de “crença forte”.

então S está *justificado* em crer

(12) “Eu sei que P, mas eu não sei que eu sei que P”.

Ora, este argumento erra pelo fato de que *não* se segue de (19) que S esteja *justificado* em crer em *qualquer* dos membros da conjunção de (12), muito menos na conjunção! Em especial, não se segue de “S sabe que P” que S esteja *justificado* em crer em “Eu sei que P” – a menos que alguma *tese especial* esteja em vista (como a “KK”, por exemplo), como veremos no próximo capítulo. O que se segue de “S sabe que P” é que S está *justificado* em crer em *P!* O proponente deste argumento parece de fato confuso com as relações entre 1ª e 3ª pessoas e os distintos níveis de *conhecimento e justificação* epistêmica. Uma olhada nas relações abaixo poderá ajudar a esclarecer a confusão:

- (I) Se *S sabe P*, então S está *justificado* em crer: “P” (conhecimento e justificação de primeira ordem);
- (II) Se *S sabe que sabe P*, então S está *justificado* em crer: “Eu sei que P” (conhecimento e justificação de segunda ordem);
- (III) Se *S sabe que sabe que sabe P*, então S está *justificado* em crer: “Eu sei que sei que P” (conhecimento e justificação de terceira ordem).

Por conta disto, um argumento mais inteligente talvez fosse:

Se é o caso que

(19) S sabe que P, mas não sabe que sabe que P,

então S está *justificado* em crer

(11) “P, mas eu não sei que P”.⁵⁸

Embora mais inteligente, este argumento ainda incorre numa “falácia mooreana inversa”. Conquanto seja verdadeiro que de “S sabe que P” se segue que S está *justificado* em crer que P, *não* se segue *necessariamente* do segundo membro de (19), isto é, de “S não sabe que sabe que P”, que S está *justificado* em crer em “Eu não sei que P”. Se *S sabe que P*, mas *não sabe que sabe que P*, o que se segue, de fato, é uma das alternativas abaixo (no que diz respeito à *justificação* de S para crer em “Eu sei que P”/“Eu não sei que P”):

⁵⁸ Feldman (1981, p. 279) discute, em um breve parágrafo, um argumento parecido em conexão com (11). Ele também o rechaça. Foi desta discussão de Feldman que tivemos a idéia da *falácia mooreana inversa*.

- (a) S *está justificado* em crer “Eu sei que P”, mas sua justificação está *derrotada* (ou seja, S está *metagetterizado*); ou
- (b) S *não* está justificado em crer “Eu sei que P”, mas também *não* está justificado em crer “Eu não sei que P” (S *não* tem evidências suficientes para qualquer dos lados), devendo *suspender o juízo* sobre tais proposições; ou
- (c) S *não* está justificado (*no sentido exigido para conhecimento*) em crer “Eu sei que P”. Mas “é consistente com esta falta de justificação que sua crença de que ele tem conhecimento [i.e., ‘Eu sei que P’] é mais razoável que não, e, portanto, que ele ‘deve crer’ que ele tem conhecimento [i.e., ‘Eu sei que P’]” (Feldman, 1981, p. 279);⁵⁹ ou
- (d) S *não* está justificado em crer “Eu sei que P”, e *está justificado* em crer “Eu não sei que P” (S tem evidências suficientes – mas enganadoras! – de que *não* sabe P, embora ele *saiba* P).⁶⁰

Somente tendo esta *última* situação como premissa, ficaria válida a inferência de (19) S *sabe* P, mas *não sabe* que *sabe* P para a conclusão de que S *está justificado* em crer em (11) “P, mas eu não sei que P”. As situações (a), (b) e (c), entretanto, são perfeitamente possíveis. Nenhuma delas, em conjunção com (19), implicaria a (suposta) absurdidade mooreana que o argumento acima diz implicar. Estamos diante de mais uma falácia. E isto é suficiente.

Ora, se o metaconhecimento é possível e ocorre de fato é algo que deve ser analisado e defendido sem incorrer nos deslizes da linguagem, em especial a linguagem da primeira pessoa. Não podemos atribuir metaconhecimento às pessoas pelo fato de termos *confundido* os níveis de conhecimento ou termos caído numa *falácia* mooreana. Metaconhecimento por confusão de linguagem não é metaconhecimento!

⁵⁹ Ver última nota. A idéia de Feldman, aqui, é que a *razoabilidade* para crer acontece em graus, sendo que a *justificação* é o grau de razoabilidade exigido para fins de *conhecimento*. Chisholm (1989) advoga tal idéia, embora seu vocabulário mude.

⁶⁰ Embora seja difícil, à primeira vista, pensar que tal situação possa ocorrer, é só pensar no sujeito (ou no cético) que incorretamente, mas *justificadamente*, pensa que a *certeza* epistêmica é necessária para o conhecimento (talvez ele tenha sido ensinado a pensar assim!). Ele pode ter conhecimento de P, mas pensa justificadamente que não tem, pois nota que sua evidência não preenche tal requisito ultraexigente. Feldman (1981, p. 275,6) apresenta outros casos possíveis onde S *sabe* P mas *crê* (justificadamente?) que *não* sabe (sem perder, contudo, o conhecimento de primeira ordem). Se o leitor ainda acha que tal situação não pode ocorrer, tanto melhor para o ponto que queremos mostrar, a saber, que o argumento acima é uma falácia!

CAPÍTULO 3 – METACONHECIMENTO EXTRAFÁCIL?

Há quem defenda que o metaconhecimento é *muito fácil*. O metaconhecimento seria *muito fácil* porque seria, digamos assim, ‘automático’. Bastaria que houvesse conhecimento de *primeira* ordem (e talvez mais alguma pequena condição facilmente satisfeita) para que o de *segunda* ordem também acontecesse. Nenhum (ou quase nenhum) esforço epistêmico *adicional* por parte do sujeito S que *sabe P* seria necessário para que S *também soubesse que sabe P*. A defesa do “metaconhecimento extrafácil”, como vamos chamá-lo,⁶¹ seria, assim, a posição mais *conveniente* e *atrativa* para quem sustenta a tese de que “não se precisa ser um epistemólogo para saber que se sabe” (CHISHOLM, 1982, p. 51). Por outro lado, se o “metaconhecimento extrafácil” não existe, então isto significa que algum (significativo) esforço epistêmico *adicional* por parte de S é exigido para ele saber que sabe – particularmente, a utilização de algum *argumento* mais ou menos complexo -, o que implica que a distância entre S e um ‘epistemólogo’ já é *diminuída*, em alguma medida.⁶² É crucial averiguar, portanto, se o metaconhecimento extrafácil se sustenta.

A mais simples e crua forma de metaconhecimento extrafácil é materializada na famosa tese KK – saber *implica* saber que sabe -, advogada paradigmaticamente por Hintikka (1962), ainda que este invoque uma tradição milenar que alegadamente o apoia, como veremos abaixo. Entretanto, ainda que a defesa de KK por Hintikka tenha se pretendido irrefutável (e original) por, pela primeira vez, supostamente *demonstrar logicamente* o que outros já haviam defendido, o fato é que não demorou para que fosse convincentemente contestada (cf. CHISHOLM, 1963; DANTO, 1967; PAILTHORP, 1967). Às contestações se seguiram *versões qualificadas* de KK por diferentes autores, com defesas menos formais, mas nem por isso menos otimistas, exigindo a mais, da

⁶¹ O nome “metaconhecimento *fácil*” (sem o “extra”) não faria justiça a este metaconhecimento “automático”, pois este é *muito mais fácil* do que o “conhecimento fácil” apontado por Cohen (2002, 2005), e que será discutido no próximo capítulo.

⁶² Ver próximo capítulo: “Metaconhecimento Argumentativo, Circularidade e Derrotadores”. Não confundir esta distância (maior ou menor) entre S e *um* ‘epistemólogo’ para fins de saber que sabe, por um lado, com o que foi defendido no capítulo anterior a respeito da importância de não haver uma *identificação* entre o sujeito S e o epistemólogo que analisa o metaconhecimento de S. No primeiro caso, o que está em questão é se, para saber que sabe, S deve ou não ter um *background epistemológico* semelhante a de um epistemólogo (ou seja, quão *leigo* S pode ser para saber que sabe). No segundo caso, o que está sendo defendido é uma *abordagem objetiva de trabalho*, onde o epistemólogo que analisa o suposto metaconhecimento de S se *distancia* do próprio S a fim de não atrapalhar sua análise.

parte do sujeito S que sabe *P*, ou a mera “consideração” da proposição “Eu sei que *P*” (cf. CHISHOLM, 1977; ver tb. PRICHARD, 1950), ou a mera (meta)crença “Eu sei que *P*” (cf. GINET, 1970; CHISHOLM, 1982, 1989). Em comum, todas estas versões dependem de uma defesa de que a *metajustificação* do sujeito S para crer “Eu sei que *P*” não se baseia em qualquer *crença adicional*, muito menos em qualquer *argumento mais complexo*, da parte de S. Sua metajustificação se daria *diretamente da experiência* – sensorial (a mesma que justifica *P*) ou interna (introspecção) -, ou, no máximo, da *mesma crença* que justifica crer que *P*. Por isso, o metaconhecimento “extrafácil” ou “automático” poderia ser também referido – embora isto não seja verdade para *todas* as versões - como o metaconhecimento *direto ou não-inferencial*.

Antes de proceder à análise destes modos ‘fáceis’ de se adquirir metaconhecimento, entretanto, é bom observar que as ‘grandes discussões’ contemporâneas em torno de KK e de suas versões qualificadas estão concentradas basicamente nas décadas de 1960, 70 e 80, embora antes desse período (cf. PRICHARD, 1950) e depois (cf. WILLIAMSON, 2000) discussões eventuais ocorram.⁶³ Se o clímax da defesa de KK se dá com Hintikka (1962), o auge da *revisão* da tese se dá no ano de 1970, quando vários autores, entre eles o próprio Hintikka, discutem sobre o “saber que sabe” em um mesmo fascículo de um importante periódico (CASTAÑEDA, 1970; GINET, 1970; HILPINEN, 1970; HINTIKKA, 1970; LEHRER, 1970). Já o anticlímax – não da discussão (!), mas de KK e suas qualificações - deve ser localizado no importante artigo de Feldman (1981), que de modo simples, mas sóbrio, revela os problemas das diferentes versões de KK. Apesar de sua excelente análise, contudo, o autor não parece ter feito jus à real *força* por trás das várias versões de KK, a saber, as *teses JJ e JK*, das quais trataremos no fim deste capítulo. É ali que em última análise devemos encontrar o sucesso ou o fracasso do metaconhecimento extrafácil. Não por acaso, Chisholm (1982, 1989) *continuou* defendendo sua versão qualificada de KK depois do artigo de Feldman, embora faça explícita referência a ele (1989, p. 100, n. 21). É, portanto, neste fértil período do estudo do metaconhecimento – o período ‘clássico’ de KK e do “metaconhecimento extrafácil” - que vamos nos concentrar neste capítulo, com umas poucas exceções.

⁶³ Sem contar, é claro, com o tratamento (obrigatório) de KK nos verbetes e compêndios de Lógica Epistêmica (cf. FAGIN ET AL, 1995; HINTIKKA, 1998; HILPINEN, 2002; RESCHER, 2005). De qualquer maneira, tal tratamento pouco ou nada acrescenta de *substancial* à discussão de se KK (ou uma de suas qualificações) é *verdadeira* ou não, ficando basicamente restrito às *implicações (formais) caso* KK seja *assumida* ou não. Esta é a ‘lição’ de Pailthorp (1967).

3.1. A “pura” Tese KK: Hintikka e a lição de Pailthorp

A tese KK enuncia em sua forma “pura” (i.e., sem qualificações) que “saber” implica “saber que sabe”, ou seja:

$$(KK) K_{sp} \rightarrow K_s K_{sp},$$

ou, menos formalmente, “Se S sabe que P então S sabe que S sabe que P”.⁶⁴ Como “S sabe que S sabe que P”, inversamente, implica “S sabe que P” – pois, por definição, só se sabe o verdadeiro -, segue-se que, com a tese KK, “ K_{sp} ” e “ $K_s K_{sp}$ ” se tornam *equivalentes*. (O que não quer dizer que tenham, necessariamente, o mesmo *significado* (cf. HINTIKKA, 1962, p. 113ss)).

O autor que colocou a tese KK em destaque na Epistemologia contemporânea foi, sem dúvida, Hintikka (1962), em sua famosa obra pioneira de lógica epistêmica. O próprio Hintikka, entretanto, menciona uma lista de defensores históricos da tese, com as respectivas fontes bibliográficas, que incluiriam Platão, Aristóteles, Agostinho, Averróis, Tomás de Aquino, Espinosa e Schopenhauer, entre outros (ibid., p. 107,8). Deste último, por exemplo, ele cita a seguinte passagem interessante sobre a *equivalência* (e, inclusive, *igualdade de significado*) entre saber e saber que sabe:

[O] teu saber que tu sabes difere apenas em palavras de teu saber. [...] ‘Eu sei que eu sei’ significa nada mais que ‘Eu sei’ [...]. Se teu saber e teu saber que tu sabes são duas coisas diferentes, tenta apenas separá-los, e primeiro saber sem saber que tu sabes, e então saber que tu sabes, sem este conhecimento ser ao mesmo tempo saber (SCHOPENHAUER apud HINTIKKA, op. cit., p. 108).

Não obstante esta e outras defesas da tese KK (neste caso, implicada pela defesa da equivalência entre saber e saber que sabe), Hintikka se gaba de ter colocado bases *exclusivamente lógicas* para a prova da tese KK, dispensando qualquer apelo *psicológico* à “introspecção”, como o faz, por exemplo, Prichard (ibid., p. 105 e 109-11). Sua prova, com efeito, pretende ser uma *demonstração lógica* de “inconsistência” de qualquer conjunto de enunciados que contenha a *negação* de (KK), ou seja, onde “ K_{sp} ” e “ $\sim K_s K_{sp}$ ” estejam ambos presentes (ibid., p. 104,5).

⁶⁴ Como bem notou Hilpinen (1970, p. 109), (KK) é a “contraparte epistêmica” do axioma distintivo do sistema S4 da lógica modal alética: $Np \rightarrow NNp$ (onde “N” lê-se “necessariamente”).

Entretanto, como Hintikka reconhece que os sujeitos epistêmicos reais são limitados logicamente – eles não são ‘logicamente oniscientes’ -, deixando de seguir e até perceber muitas consequências lógicas dos enunciados que eles sabem (ibid., p. 30,31), o autor *reinterpretará* a “inconsistência” como sendo de fato “indefensibilidade” (*indefensibility*), isto é, como *vulnerabilidade* “a certos tipos de crítica”; mais precisamente, à crítica que consiste justamente em mostrar que a pessoa não seguiu “suficientemente longe as consequências [lógicas] do que ela já sabia” (ibid., p. 31). A “consistência” será interpretada, ao contrário, como “defensibilidade”, ou “*imunidade*” a tal crítica. Assim, se “ $K_s p$ ” é o caso, e p implica logicamente q , para o autor seria “inconsistente” ter “ $\sim K_s q$ ”, não no sentido de que “ $\sim K_s q$ ” não possa *realmente* ocorrer, mas no sentido de que S neste caso está *vulnerável à crítica* de que ele não percebeu que q se segue logicamente de um enunciado que ele já sabia.⁶⁵ Por conta disto, Hintikka terá de afirmar, mais rigorosamente, que “ $K_s p$ ” e “ $K_s K_s p$ ” são “*virtualmente* equivalentes” (ibid., p. 104; itálico nosso), admitindo com isto que, embora a equivalência seja “válida”, ela poderia ser falseada por uma pessoa que “falhou” em seguir as implicações lógicas de seu próprio conhecimento (ibid., p. 32 e 112). (Por definição, uma implicação ou equivalência é “virtual” quando sua *negação* é *indefensível* (ibid., p. 32 e 57)). Chisholm, comentando em geral sobre a lógica epistêmica de Hintikka e sobre a “indefensibilidade” e “implicação virtual” em particular, observará que as fórmulas de Hintikka devem de fato ser entendidas como se S fosse um “habitante de um mundo de lógicos perfeitos”, e que *naquele mundo* todas as “sentenças indefensíveis” são realmente *falsas* (1963, p. 781). Em *nosso* mundo, entretanto, uma sentença (ou enunciado)⁶⁶ indefensível pode ser *verdadeira*, e uma implicação virtual, *falsa* – o que significaria que alguém “falhou logicamente” e está vulnerável à crítica correspondente.

Mas de que modo mostra Hintikka que “ $K_s K_s p$ ” se segue, ainda que “virtualmente”, de “ $K_s p$ ”? Para realizar tal demonstração, Hintikka fará uso, de modo

⁶⁵ Obviamente, Hintikka aqui nem vislumbra o problema que Dretske (1970) colocará mais tarde em relação à não validade do que hoje se chama “fecho epistêmico”, mesmo nos casos em que S sabe que p implica logicamente q (cf. ALMEIDA, 2007a). A crítica de Dretske ao fecho epistêmico, de fato, é um problema para a lógica epistêmica, pois o axioma mais básico de qualquer lógica modal, o axioma K , que na lógica epistêmica se torna “ $K_s(p \rightarrow q) \rightarrow (K_s p \rightarrow K_s q)$ ”, parece ser seriamente questionado (cf. HENDRICKS; SYMONS, 2006; e KUHN, 1998). Vamos ignorar, entretanto, este problema em toda discussão abaixo.

⁶⁶ Onde Hintikka fala de “enunciados” (*statements*), Chisholm fala, às vezes, de “sentenças” (*sentences*). Manteremos os respectivos termos de cada autor, embora em nosso ensaio nós prefiramos falar de “proposições”.

pioneiro na Epistemologia, da “teoria semântica dos modelos” (op. cit., p. 40ss), muito semelhante à análise semântica aplicada por Kripke (1959, 1963) à lógica modal em geral. Partindo de um conjunto de “regras” ou “condições” de “consistência” (i.e., “defensibilidade”) a que todo “conjunto modelo” (um “estado possível de coisas”) deve satisfazer, Hintikka demonstrará que *não existe* um conjunto modelo onde “ $K_s p$ ” e “ $\sim K_s K_s p$ ” sejam ambos verdadeiros (1962, p. 40-47 e 105). A prova, por redução a absurdo, é bastante curta, sendo apresentada abaixo. (Seguiremos a numeração dada pelo autor. O operador “ P_s ” que ocorre em (67) se lê: “É possível, por tudo que S sabe, que...”; e “ μ ” se refere a um “conjunto modelo”. Já as condições (C.) referidas à direita serão explicitadas mais abaixo). Eis a prova (ibid., p. 105):

- (65) “ $K_s p$ ” e μ por hipótese;
 (66) “ $\sim K_s K_s p$ ” e μ por hipótese;
 (67) “ $P_s \sim K_s p$ ” e μ a partir de (66), por (C. \sim K);
 (68) “ $\sim K_s p$ ” e μ^* a partir de (67), por (C.P*) (μ^* é uma alternativa a μ com respeito a S);
 (69) “ $K_s p$ ” e μ^* a partir de (65), por (C.KK*).
 Ora, (68) e (69) violam a condição (C. \sim), ou seja, elas são mutuamente contraditórias.

As regras ou “condições” (C.) utilizadas acima são assim definidas pelo autor (ibid., p. 40 e 43):

- (C. \sim K) Se “ $\sim K_s p$ ” e μ , então “ $P_s \sim p$ ” e μ .
 (C.P*) Se “ $P_s p$ ” e μ e se μ pertence a um sistema modelo Ω , então há em Ω pelo menos uma alternativa μ^* a μ (com respeito a S) tal que p e μ^* . [Um sistema modelo é um “conjunto de conjuntos modelo”].
 (C.KK*) Se “ $K_s p$ ” e μ e se μ^* é uma alternativa a μ (com respeito a S) em algum sistema modelo, então “ $K_s p$ ” e μ^* .
 (C. \sim) Se p e μ , então não [é o caso que] “ $\sim p$ ” e μ .

Analisando a prova em si, não há como negar que, *em se aceitando* as regras ou condições iniciais, a conclusão se segue sem dificuldades. Entretanto, as condições iniciais podem ser questionadas, como de fato o foram logo em seguida à publicação de Hintikka, por Chisholm (1963) e Pailthorp (1967), entre outros. Convém, porém, assinalar, primeiramente, uma impressão geral que compartilhamos com Chisholm, para depois discutir as condições questionadas. Chisholm realmente permaneceu “não convencido” de que a negação de (KK) seja “indefensível”. Ele explica sua impressão:

Há um claro sentido em que os outros teoremas sobre o que é ‘indefensível’ pertencem a um tipo de negligência lógica; uma sentença verdadeira indefensível implica que alguém negligenciou em levar a cabo as implicações lógicas de algo que ele sabia ou cria. Mas um homem que sabe sem saber que ele sabe não pareceria ser culpado deste tipo de negligência, a menos que nós pudéssemos dizer

que saber implica *logicamente* saber que sabe; e Hintikka não diz isto (1963, p. 784; itálico do autor).

Nós concordamos com a estranheza de Chisholm, mas diríamos que o caso parece ser ainda *pior* – Hintikka teria de dizer não somente que “saber” *implica logicamente* “saber que sabe”, mas, mais exatamente, que a própria proposição p *implica logicamente* “S sabe que p ” (“ $K_s p$ ”), se ele quisesse manter que a negação de (KK) $K_s p \rightarrow K_s K_s p$ é indefensível! Vejamos um caso análogo, já usado anteriormente como exemplo (cf. HINTIKKA, 1962, p. 31), para entender o porquê. Dizer que a conjunção

(a) $K_s p \ \& \ \sim K_s q$

é *indefensível* é dizer que, se (a) for verdadeira, S falhou em seguir as consequências lógicas do que ele já sabia, ou seja, S falhou em perceber que p implicava logicamente q . Ora, analogamente, dizer que a conjunção

(b) $K_s p \ \& \ \sim K_s K_s p$

é *indefensível* é dizer que, se (b) for verdadeira, S falhou em seguir as consequências lógicas do que ele já sabia, ou seja, S falhou em perceber que p implicava logicamente “ $K_s p$ ”. Mas isto seria muito estranho! Como é que p , uma proposição empírica qualquer, implicaria logicamente “ $K_s p$ ”, i.e. “S sabe que p ”? Há certamente algo errado, portanto, em se dizer que (b) é indefensível! Ora, (b) é justamente a negação de (KK)!

Chisholm (1963, p. 779) corretamente localiza a fonte do problema numa das “condições” de Hintikka – a “(C.KK*)” –, condição essa *vital* para sua prova de (KK), conforme mostrado acima. (C.KK*) realmente afirma que se S sabe p (“ $K_s p$ ”), então, em todos os estados epistemicamente possíveis (com respeito a S), é o caso que S sabe p , ou seja,

“(C.KK*) Se ‘ $K_s p$ ’ e μ e se μ^* é uma alternativa a μ (com respeito a S) em algum sistema modelo, então ‘ $K_s p$ ’ e μ^* ” (HINTIKKA, op. cit., p. 43).

Mas esta condição só pode ser imposta se os estados alternativos (μ^*), com respeito a S, forem estados “compatíveis” *não apenas* com os enunciados que S sabe (no caso, p), mas *também* com os enunciados que afirmam que S sabe tal e tal (no caso, “S sabe p ”, ou “ $K_s p$ ”). Afinal, se, de outro modo, os estados alternativos fossem compatíveis *apenas* com o que S sabe – o que é *sabido* por S (no caso, p), em contraste

com o *saber* de S (no caso, “ $K_s p$ ”) -, Hintikka teria de impor *tão somente* a condição mais fraca (C.K*):

“(C.K*) Se ‘ $K_s p$ ’ $\epsilon \mu$ e se μ^* é uma alternativa a μ (com respeito a S) em algum sistema modelo, então $p \epsilon \mu^*$ ” (ibid., p. 44).

Diante disto, ao impor (C.KK*), Hintikka de fato mostra duas coisas. Primeiro – conforme aponta Chisholm (op. cit., p. 779) –, ele nos mostra que o operador “ P_s ” (“É possível, por tudo que S sabe, que...”), relacionado com os estados epistemicamente possíveis ou alternativos (ver condição (C.P*) acima), aparentemente possui *dois sentidos* ao longo de sua obra, sendo usado “ambiguamente” pelo autor. Se, para as outras condições, “ $P_s p$ ” parecia significar (tão somente) algo como

“(A) p é logicamente compatível com o conjunto de todas aquelas sentenças t tal que S sabe que t é verdadeira” (CHISHOLM, op. cit., p. 779; ver HINTIKKA, op. cit., p. 5),

agora, com (C.KK*), “ $P_s p$ ” *deve* significar

“(B) p é logicamente compatível, não apenas com o conjunto de todas aquelas sentenças t tal que S sabe que t é verdadeira, mas *também* com a sentença [*sentence*] que S *sabe* que os membros deste conjunto de sentenças são verdadeiros” (CHISHOLM, op. cit., p. 779.; itálicos do autor).

(A mudança de interpretação de (A) para (B), entretanto, trará problemas para outra condição importante, como se verá mais abaixo).

Em segundo lugar – e mais importante -, Hintikka mostra, ao impor a condição (C.KK*), que ele parece *pressupor* a própria tese KK que ele pretendia provar! Afinal, ao introduzir a condição (C.KK*), ao invés de somente a (C.K*), conforme visto, Hintikka já *elimina desde o princípio* todos os estados alternativos, com respeito a S, que são *incompatíveis* com o *saber* de S, *mesmo que* tais estados sejam *compatíveis* com o que é *sabido* por S. Assim, assumindo que “S sabe p ” é o caso, todos os estados alternativos *compatíveis* com p , mas *incompatíveis* com “S sabe p ” são excluídos – por exemplo, os estados em que se tem $\{p, \sim K_s p\}$. Entretanto, tais estados são justamente aqueles implicados pela *negação* da tese KK!⁶⁷ Por que eliminá-los sumariamente por

⁶⁷ Para ver isto, basta modificar a última linha da prova de (KK) de Hintikka, usando a condição (C.K*) ao invés de (C.KK*):

(65) “ $K_s p$ ” $\epsilon \mu$	por hipótese;
(66) “ $\sim K_s K_s p$ ” $\epsilon \mu$	por hipótese;
(67) “ $P_s \sim K_s p$ ” $\epsilon \mu$	a partir de (66), por (C.~K);

uma condição inicial? Não pode ser pela estipulação de S ser *logicamente onisciente*, ou seja, saber todas as *consequências lógicas* do que ele sabe (i.e., do que é *sabido* por ele). Afinal de contas, como vimos acima, não se segue logicamente do enunciado p (o enunciado *sabido* por S) que “ S sabe p ” (“ $K_s p$ ”) é o caso! A eliminação *sumária* dos estados alternativos que contêm $\{p, \sim K_s p\}$ só se justificaria se houvesse algum *outro* princípio em operação, como aponta Chisholm:

Nós precisamos de um princípio adicional nos dizendo, com respeito a todos os enunciados t que S porventura saiba, que S sabe todas as consequências lógicas do enunciado *que* ele sabe t . E isto é o próprio princípio que está em questão quando nós perguntamos se ‘saber implica virtualmente saber que sabe’ (op. cit., p. 786; *itálico* do autor).

Daí dizer que Hintikka parece *pressupor* a própria tese KK para em seguida tentar “demonstrá-la”, caindo numa petição de princípio.

É interessante notar que o próprio Hintikka, escrevendo mais recentemente (HINTIKKA; HALONEN, 1998), caracterizará *univocamente* os estados epistemicamente alternativos como estados compatíveis com o que é *sabido* pelo sujeito (em contraste com o *saber* do sujeito), seguindo assim o entendimento comum da área (cf. HILPINEN, 2002, p. 498). Já Hilpinen, por sua vez, deixa bem claro que estabelecer a regra que transfere “ $K_s p$ ” de um dado “mundo” (ou estado) para seus mundos epistemicamente alternativos – como o faz a condição (C.KK*) - “significa” estabelecer a “transitividade” da relação de alternatividade e, com isto, a *validade* da tese KK (ibid.).⁶⁸ Isto só deixa mais patente a circularidade da “prova” lógica de KK, por Hintikka.

(68) “ $\sim K_s p$ ” e μ^* a partir de (67), por (C.P*) (μ^* é uma alternativa a μ com respeito a S);
 (69*) p e μ^* a partir de (65), por (C.K*).

Podemos ver que μ^* seria um estado alternativo, derivado da *negação* de (KK), que é *compatível* com o que S sabe em μ (i.e., p), embora seja *incompatível* com o *saber* de S em μ (i.e., “ $K_s p$ ”). Ao impor (C.KK*) ao invés de somente (C.K*), Hintikka sumariamente elimina tal estado:

(69) “ $K_s p$ ” e μ^* a partir de (65), por (C.KK*),
 pois (68) e (69) violam a condição (C.~), ou seja, elas são mutuamente contraditórias.

⁶⁸ A relação de alternatividade ou “acessibilidade” entre mundos (ou estados) é uma *relação binária*, passível de certas *propriedades*, conforme o *sistema lógico* com que se trabalha: há uma correspondência entre tais *propriedades* e os distintos *axiomas lógicos* característicos de cada sistema. Assim, enquanto a propriedade de *transitividade* valida a proposição ou sentença “ $K_s p \rightarrow K_s K_s p$ ” (i.e., a tese KK, conhecida também como “axioma 4”), a propriedade de *reflexividade* valida o chamado “axioma T”: “ $K_s p \rightarrow p$ ”. Outras propriedades, como a *simetria* e *equivalência*, validam outros axiomas. Há controvérsia sobre quais propriedades (e respectivos axiomas) devem ser aceitas para a noção de conhecimento (cf. HENDRICKS; SYMONS, op. cit.). Para uma visão mais profunda e completa, ver Fagin et al (1995).

Pailthorp (op. cit., p. 493-5), que é ainda mais explícito na acusação de que Hintikka de fato comete uma “petição de princípio” (“*a begging of the question*”), tem, entretanto, um modo distinto de mostrá-lo. Ele até admite que se adote a condição (C.KK*) e que, conseqüentemente, os estados alternativos sejam compreendidos como estados compatíveis tanto com o que é *sabido* por S quanto com o *saber* de S; mas neste caso, o operador “P_s” deve ser lido sempre de acordo com a interpretação (B) de Chisholm, vista acima. Entretanto, ao se ler “P_s” de acordo com (B) – nos aponta Pailthorp –, outras condições apresentam problemas, em particular a importante condição (C.~K), também usada na prova de Hintikka da tese (KK). Ela é importante porque relaciona os dois operadores modais epistêmicos – i.e., “K_s” e “P_s” – de modo *análogo* ao modo como os dois operadores modais da lógica alética – i.e., “É necessário que” e “É possível que” – são relacionados no sistema modal padrão de Lewis, como nos lembra Pailthorp (ibid., p. 489,90). Ela diz o seguinte:

“(C.~K) Se ‘~K_sp’ e μ , então ‘P_s~p’ e μ .” (HINTIKKA, op. cit., p. 43).

Mais informalmente, a condição diz que se S não sabe *p*, então é possível, por tudo que S sabe, que ~*p*. Ora, retoma Pailthorp (op. cit., p. 493-5), qual a justificacão para se adotar tal condiçã, uma vez que o operador “P_s” é lido agora de acordo com a interpretação (B)? Na interpretação (A), o que justificaria a condiçã acima seria a estipulaçã da *onisciência lógica* de S, de modo que se S *não* sabe a proposiçã *p* isto seria razã suficiente para a verdade de que ~*p* é *logicamente compatível* com todas as proposições *sabidas* por S (do contrário, S *saberia p*, pois ele é logicamente onisciente, sabendo as implicações lógicas de tudo o que é sabido por ele!). Mas na interpretação (B), o que justificaria a condiçã (C.~K)? O que justificaria dizer que se S não sabe *p* então ~*p* é logicamente compatível *não somente* com todas as proposições *sabidas* por S, mas *também* com todas as proposições que afirmam o *saber* de S? Não pode mais ser simplesmente a “onisciência lógica” de S. Ao cabo, a única justificacão possível – assinala Pailthorp (ibid.) –, é a suposiçã de que, além de logicamente onisciente, S sempre *sabe que sabe* (e sabe as *consequências lógicas* das proposições que afirmam seu *saber*, como assinalou Chisholm acima). Daí afirmar que se S não sabe *p*, então ~*p* é compatível tanto com o que é *sabido* por S quanto com o *saber* de S. Assim, para (C.~K) permanecer válida sob a interpretação (B) do operador “P_s”, deve-se assumir

não somente [...] que o mundo é um mundo de oniscientes lógicos, mas também [...] *que o mundo é um mundo de sujeitos epistêmicos* [*knowers*] *que sempre sabem que eles sabem o que eles sabem* [*who*

always know that they know what they know]. O uso de (C.~K) [na prova de KK] equivale, portanto, a uma petição de princípio. (ibid., p. 493; itálicos do autor).

A lição final que Pailthorp tirará da discussão acima, inclusive das observações anteriores de Chisholm, é bastante lúcida - a verdade ou falsidade da tese KK “é uma questão epistemológica substantiva, e não é [...] para ser resolvida olhando somente para a ‘lógica’ dos conceitos em questão” (ibid., p. 500). Em outras palavras, a “lógica” *não decide* a questão sobre KK; ela (a lógica) deve se valer de uma discussão epistemológica *anterior* ou simplesmente *assumir* a tese. Nós acolhemos tal lição.

Embora o artigo de Pailthorp, assim como os de outros críticos, não tenha sido bem recebido por Hintikka, sendo inclusive taxado (injustamente) de “irrelevante” por este – Hintikka chega a negar que seu polêmico argumento lógico pretendesse ser uma “prova” de KK! (1970, p. 142 e 161, nota 6) -, o fato é que Hintikka acabou “revisando” sua posição em relação à tese. Ele reconheceu que KK valeria *apenas* para um sentido “bastante forte” de “conhecimento”, sentido esse que exigiria “um grau muito alto de certeza”, com evidências tão “conclusivas” que “nenhuma informação adicional far[ia] qualquer diferença para a aceitação de alguém” (ibid., p. 145). Apesar de notar a semelhança óbvia com a noção correspondente defendida por Malcolm (1963), Hintikka finalmente admitirá que tal noção de conhecimento, exigida para a tese KK, é “*bastante forte, de fato... irrealisticamente forte*”, e em certos aspectos até “danosa” (1970, p. 149, 152 e 158; itálico do autor; cf. tb HILPINEN, 1970). Independentemente de Hintikka estar certo ou não neste seu juízo, o fato é que agora se torna bastante claro que já não estamos meramente no terreno da “lógica” para decidir *se e quando* KK é válida, como bem previra Pailthorp. Num verbete mais recente sobre lógica epistêmica, Hintikka reconhecerá, mais lucidamente: “[A] questão de se ‘saber implica que se sabe que sabe’ necessita um exame separado que cai somente parcialmente dentro do escopo da lógica epistêmica” (HINTIKKA; HALONEN, 1998, p. 355). A lição de Pailthorp deve ser aceita.

Outras defesas da “pura” (i.e., sem qualificações) tese KK, como a de Hilpinen (1970), serão indiretamente avaliadas na seção abaixo, quando discutiremos as teses qualificadas de KK, especialmente as *razões* que levaram a elas. É bom ainda observar que, como a “pura” tese KK *implica* as teses qualificadas de KK, na medida em que

uma destas é refutada, aquela também o é.⁶⁹ Além do mais, todas estas teses (a pura KK e suas qualificações) serão também avaliadas quando discutirmos as teses JJ e JK, na medida em que dependem *crucialmente* destas, como se verá.

3.2. As Teses Qualificadas de KK:

Quando focamos a tese KK como uma questão “substancial” em Epistemologia e não meramente “lógica”, como corretamente queria Pailthorp, vários aspectos importantes podem ser trazidos à consideração, alguns dos quais de fato acabaram gerando teses “qualificadas” de KK, como veremos a seguir.

Danto (1967), por exemplo, criticou a (pura) tese KK, defendida por Hintikka e outros, atentando para o fato de que alguém pode falhar em *saber que sabe*, ainda que tenha conhecimento de *primeira* ordem, simplesmente porque *não possui ou não compreende ainda a noção de conhecimento*. Com efeito, do mesmo modo que para saber que P o sujeito S necessita *compreender* a proposição P – argumenta Danto –, assim também para saber que ele, S, sabe que P, o sujeito S precisa compreender a proposição expressa por “S sabe que P”. Ora, é possível que S saiba “muita coisa” e, no entanto, não saiba que sabe “porque [S] não compreende o que é conhecimento – ou o que ‘sabe que ---’ significa” (ibid., p. 50).⁷⁰ Ginet (1970, p. 165,6), que concorda com Danto, observa que o argumento acima pode ser baseado na premissa segundo a qual para *crer que* P, é necessário *compreender P*, ou seja,

$$\Box(B_{sp} \rightarrow U_{sp}),^{71}$$

⁶⁹ A defesa formal de KK por Hintikka, porém, merecia uma discussão à parte e uma avaliação de seu *próprio mérito*, dada a força que uma “demonstração lógica” sempre tem. Não poderíamos, portanto, ‘passar direto’ para a avaliação das teses qualificadas de KK sem discutir a prova formal de Hintikka.

⁷⁰ Não precisamos nos deter aqui na exigência *adicional* de Danto (op. cit.) de que tal “compreensão” (do que é conhecimento) deva ser uma *correta* compreensão *filosófica* do conceito. Ginet, que concorda com a exigência da compreensão de Danto, critica esta exigência adicional dizendo que “[s]e a posse de um conceito esperasse pela posse de uma elucidação filosófica adequada do mesmo, nunca haveria quaisquer conceitos necessitando elucidação” (1970, p. 184 nota 1).

⁷¹ Ginet (op. cit., p. 165) faz uma distinção sutil, no entanto, que deve ser levada em consideração. Para Ginet, se S *não compreende* a proposição P, S *não pode crer que* P; entretanto, S *pode* crer, mesmo assim, que *a proposição P* – nomeada de algum modo por S – *é verdadeira!* O exemplo que Ginet dá é o do topógrafo que afirma uma proposição, P, bastante complexa que S não compreende. S não pode crer *que* P. Não obstante, como S sabe que o topógrafo é alguém confiável, S pode crer que a proposição que o topógrafo afirmou, i.e., P, é verdadeira. Num caso, P é expressa na crença; no outro, P é simplesmente nomeada, não exigindo qualquer compreensão. Não fica claro, entretanto, neste último caso, até onde S estaria nomeando apenas a *sentença* proferida, ao invés de a *proposição*. Por outro lado, há quem coloque em dúvida a própria tese de que *crer que* P implique *compreender P*. É o caso de Sorensen (1988). Um

onde “B_sp” significa “S crê (*believes*) que P”, e “U_sp” significa “S compreende (*understands*) P”, como também na premissa

$$\sim \Box(K_{s,p} \rightarrow U_{s,p}),$$

além da condição, é claro, que a crença é necessária para o conhecimento. Convencido por Danto, Chisholm (1977, p. 113-6), por exemplo, defenderá a seguinte tese *qualificada* de KK:

(KK1) Se S *considera* a proposição que S sabe que P, e se S *sabe* que P, então S sabe que S sabe que P,

ou, formalmente:

$$(KK1') C_s K_{s,p} \& K_{s,p} \rightarrow K_s K_{s,p}.$$

Podemos concordar com Chisholm que se alguém “considera” uma certa proposição (quanto a se ela é verdadeira ou falsa), então esse alguém a *compreende*, “possuindo os conceitos” que a compõem, para usar a terminologia de Chisholm (*ibid*). Não precisamos problematizar este ponto, concedendo que assim seja. A questão importante é: na hipótese de S saber que P, basta realmente S *considerar* (o que inclui *compreender*) a proposição “S sabe que P” (que para S é expressa por “Eu sei que P”), para S *saber que ele sabe* que P? Por quê? Há algo de “especial” com a *proposição* “S sabe que P” (“Eu sei que P”, considerada por S) que a tornaria, digamos, *autoevidente*, quando verdadeira? Não parece que haja. A *proposição em si* em questão não parece *ser* e nem se *tornar* “autoevidente”, no sentido (literal) de que ela dispensaria *outra* evidência de sua verdade que não *ela mesma* (i.e., a *própria* proposição). E Chisholm não parece defender tampouco tal idéia. Chisholm parece antes sustentar que *alguma outra coisa* torna a proposição “S sabe que P” (“Eu sei que P”, para S) *evidente* para S, quando a proposição é *verdadeira* e quando S a *considera*. Para ser exato, é importante assinalar que “S sabe que P” se torna *evidente* para S, segundo Chisholm, *não somente* quando *verdadeira* – e, portanto, o “quando” da frase anterior deve ser compreendido como uma condição *suficiente*, e não *necessária* –, pois Chisholm também admite o seguinte princípio, que inclusive sustentaria (KK1):

$$E_{s,p} \& C_s K_{s,p} \rightarrow E_s K_{s,p},$$

dos contraexemplos que ele dá é o da proposição “O espaço é curvo”, em que muitos *creem*, mas poucos *compreendem* de fato (*ibid.*, p. 29).

ou seja, se é evidente para S que P, e se S considera a proposição de que S sabe que P, então é evidente para S que ele sabe que P (ibid., p. 114).⁷² Deste modo, a evidência de “S sabe que P” (“Eu sei que P”, para S) parece estar relacionada com a *própria evidência de P*, segundo Chisholm, e independentemente da verdade de K_{sp} ou mesmo de P, como todo falibilista concordaria. Teremos chance mais adiante de esclarecer este ponto, quando discutirmos as teses JJ e JK.

Antes, porém, convém observar a seguinte *objeção* a (KK1), apresentada por Feldman (1981, p. 275,6) e antecipada por Ginet (1970, p. 166). Mesmo que a proposição “S sabe que P” seja verdadeira, que S a compreenda e a considere, isto não impede que S possa *falhar em crer* nesta proposição, e até vir a crer em sua *negação*, por alguma razão. E a *crença*, como vimos, é *necessária* para o conhecimento, quer este seja de primeira ou de segunda ordem. As razões desta “falha”, no caso estudado, *não* incluem, é claro, desatenção ou negligência por parte de S, já que, por hipótese, ele “considera” a proposição. Entretanto, elas podem incluir, nas palavras de Feldman, uma “visão errada [da parte de S] sobre quanta evidência é exigida para o conhecimento, ou uma estimativa errada da quantidade de [*amount of*] evidência que ele tem em apoio a P, ou [...] uma falta de confiança na sua própria habilidade de fazer juízos”, o que poderia levar S a *não crer que sabe* que P, e até mesmo a *crer que não sabe* que P, apesar de S *saber* que P! (op. cit., p. 275,6). Feldman, portanto, está defendendo o seguinte princípio, que falsearia (KK1):

$$\sim \Box (K_{sp} \ \& \ C_s K_{sp} \rightarrow B_s K_{sp}).$$

E isto não parece mudar substancialmente com o argumento de Chisholm, desconsiderado por Feldman, de que (KK1) *pressupõe* que “ K_{sp} ” seja *evidente* para S (ou seja, que S esteja *justificado* em crer que ele sabe que P) em decorrência do princípio “ $E_{sp} \ \& \ C_s K_{sp} \rightarrow E_s K_{sp}$ ” exposto dois parágrafos acima⁷³ – que, para efeitos da presente argumentação, vamos aqui assumir como verdadeiro, embora o questionemos mais tarde, na seção sobre JJ e JK. Afinal, o caso se torna semelhante a outras proposições *evidentes* para S – S sempre pode *falhar em crê-las* (apesar de todas as

⁷² “Ser evidente” deve ser entendido aqui como um outro modo de falar de “justificação” epistêmica. É um modo preferido de Chisholm, como vimos no Cap. 1 deste ensaio.

⁷³ Feldman (op. cit.) de fato objeta à tese de Chisholm – nomeada de “(K2)” em seu artigo, “K4” em Chisholm (op. cit.) e “(KK1)” aqui – sem levar em conta que (KK1), como formulada por Chisholm, *pressupõe* que “ K_{sp} ” é *evidente* para S, ou seja, que S está *justificado* em crer que ele sabe que P, em conformidade com o princípio “ $E_{sp} \ \& \ C_s K_{sp} \rightarrow E_s K_{sp}$ ”, exposto anteriormente por Chisholm. Feldman, portanto, não é totalmente fiel ao argumento de Chisholm, embora suas objeções ainda possam *em parte* valer.

evidências e apesar de atentamente as considerar!), se não por outros motivos, por pura falta de autoconfiança ou “timidez” intelectual! Se fôssemos expor em uma fórmula, o que aconteceria neste caso seria uma instância do princípio mais geral:

$$\sim \square (E_{sp} \& C_{sp} \rightarrow B_{sp}),$$

ou seja, *não é necessário* que se *P* é evidente para *S* (i.e., *S* está justificado em crer que *P*) e *S* considera *P*, então *S* *crê* que *P*. Se *S* é “não-racional” por conta disto, que o seja. De qualquer forma, chegamos ao mesmo veredicto de Feldman: (KK1) é “forte demais” para ser verdadeira (ibid.).

A tese (KK1) de Chisholm é muito semelhante a uma tese mais antiga de autoria de Prichard (1950). Prichard famosamente defendia uma versão qualificada de KK – juntamente com uma versão *não*-qualificada da mesma - segundo a qual nós poderíamos *saber que sabemos*, se nós “*refletíssemos*” sobre o próprio “estado em que estamos” (ibid., p. 86 e 88). Seria possível para nós até mesmo saber se o que temos é *apenas crença*, ao invés de *conhecimento*. Vale a pena citar a famosa passagem:

“Nós devemos reconhecer que sempre que nós sabemos algo, nós diretamente sabemos ou, pelo menos, podemos, *por reflexão*, diretamente saber que nós o estamos sabendo; e que, sempre que nós cremos algo, nós semelhantemente diretamente sabemos ou podemos diretamente saber que nós o estamos crendo e não o sabendo” (ibid., p. 86; itálicos nossos).⁷⁴

Que Prichard usa “reflexão” não no sentido de *raciocínio*, mas no de *introspecção* é patente pelas ocorrências repetidas do advérbio “diretamente” (ver tb. ibid., p. 88; e Hintikka, 1962, p. 109). Os estados de *conhecimento* e de (somente) *crença* seriam, portanto, *diretamente acessíveis* para o sujeito epistêmico, bastando tão somente a *introspecção* sobre os próprios estados mentais para identificá-los. Isto, por sua vez, tornaria a proposição “Eu sei que *P*” (considerada por *S*) *evidente* ou *justificada* para *S*, e o mesmo pareceria acontecer com a proposição “Eu creio mas não sei que *P*” (considerada por *S*).⁷⁵ A semelhança com a tese de Chisholm (1977), portanto, é clara –

⁷⁴ Talvez seja útil colocar o original inglês: “We must recognize that whenever we know something, we either do, or at least can, by reflecting, directly know that we are knowing it, and that whenever we believe something, we similarly either do or can directly know that we are believing it and not knowing it.”. A expressão “*by reflecting*” é certamente implícita na parte referente à crença.

⁷⁵ Este caso, na primeira pessoa, não cai, *necessariamente*, sob o Paradoxo de Moore, já que não é (nem intuitiva, nem demonstrativamente) irracional crer, por exemplo, “Eu *creio*, mas não *sei* que há vida em outros planetas” (ver capítulo anterior sobre o Paradoxo de Moore, em geral, e sobre a forma semelhante “*P*, mas eu não sei que *P*”, em particular). Seria irracional crer “Há vida em outros planetas, mas eu não

enquanto Prichard diz que é suficiente para S “refletir”, Chisholm fala que é suficiente para S “considerar”, para que o conhecimento de segunda ordem aconteça. Engel Jr. (2000, p. 105, nota 9), por conta disto, classifica as teses desses dois autores sob o mesmo nome: “Tese KK reflexiva”. Isto, no entanto, não deveria obscurecer as diferenças entre elas, particularmente no que concerne *àquilo* que torna a proposição “S sabe que P” *evidente* para S, como discutiremos na próxima seção.

Ora, não vamos avaliar aqui o “cerne” da tese de Prichard, ou seja, que o estado de conhecimento seja acessível por *introspecção* de S e que, por isso, seja *evidente* para S que ele sabe que P. A próxima seção também tratará disto. Basta, por enquanto, observar que a *mesma* objeção à tese de Chisholm - a saber, que S pode *falhar em crer* que ele sabe que P, mesmo que seja *evidente* que ele sabe que P, à luz de sua “reflexão” - pode ser feita aqui. Portanto, a tese de Prichard é, igualmente, “forte demais”, para repetir a expressão de Feldman.

Ginet (op. cit.), que já havia antecipado, como dissemos, a objeção concernente à falha da crença, sustenta por isso uma tese qualificada de KK que evita este problema ao acrescentar explicitamente a crença no antecedente do condicional. É a tese, aliás, que o próprio Chisholm vai finalmente defender, denominando-a de “princípio da objetividade” (1989, p. 15 e 100), e que Engel Jr. (op. cit., p. 105, nota 9) chamará de “tese KK doxástica”. A tese diz:

(KK2) Se S sabe que P, e S *crê* que S sabe que P, então S sabe que S sabe que P, que, formalmente, fica assim:

(KK2') $K_{sp} \ \& \ B_s K_{sp} \rightarrow K_s K_{sp}$.

Ora, o que há por trás de uma tal tese? O que faz com que se pense que se S sabe que P, então basta ele *crer* que ele sabe que P para que ele *saiba que sabe*? Afinal, como já estabelecemos no primeiro capítulo deste ensaio, para que alguém saiba uma proposição qualquer, não basta que a proposição seja *verdadeira* e *crida*. É necessário que ela também seja *evidente* ou *justificada* (para esse alguém), e tal justificação não pode ser “*defeituosa*” ou “*derrotada*”. Por que no caso de “Eu sei que P” (por S)

creio nisto”. Por outro lado, se o que Prichard quer dizer é que o sujeito S pode saber, por introspecção, que sua crença não é conhecimento porque ela é *falsa*, então o resultado, na primeira pessoa, é claramente irracional: “Eu *creio* que há vida em outros planetas, mas eu não *sei* isto, porque isto é *falso*”. Para o paradoxo desaparecer, o verbo “*crer*” precisaria estar no passado: “Eu *cria*...”. Mas, então, a introspecção de Prichard teria de ser relativa a um estado mental de crença *passado* e não presente!

bastariam a *verdade* e a *crença* nesta proposição para que ela fosse *sabida* por S, produzindo conhecimento de segunda ordem? Será que não se está tomando, equivocadamente, a simples *verdade* da *crença* “Eu sei que P”, por S, como *conhecimento de segunda ordem*? Não haveria uma confusão, por parte de quem defende (KK2), entre o *crer corretamente* de S, quando S crê “Eu sei que P”, com o *saber* de S a respeito desta mesma proposição epistêmica, ou seja, com o *saber que sabe*?

Pode ser que tal confusão efetivamente aconteça, especialmente na vida cotidiana, onde pareceria talvez muito “sutil”, para não dizer até “pedante”, a diferença entre “crer corretamente que sabe” e “saber que sabe”. A diferença conceitual, porém, *existe*, e ela não é pequena, podendo alguém (pelo menos, conceitualmente) *crer corretamente*, mas *sem justificação* (ou com justificação *defeituosa*), que sabe uma proposição. Feldman aponta precisamente esta possibilidade para sua crítica à tese (KK2) (1981, p. 276-80). Afinal, se alguém crê *injustificadamente*, ainda que *corretamente*, que sabe uma proposição, então esse alguém *não sabe* que sabe!

Não obstante tais observações importantes, é justo reconhecer que quem defende uma tese como (KK2) não está necessariamente ignorando ou negando a diferença conceitual entre “crer corretamente que sabe” e “saber que sabe”. Mais especificamente, quem defende tal tese, e até mesmo a tese (KK1), não está necessariamente ignorando ou negando a *necessidade* da *justificação* e da *não-derrotabilidade* para o conhecimento de segunda ordem. Pode estar, sim, *pressupondo* que tais condições *já são satisfeitas* por S, para efeitos de metaconhecimento, *sempre* que S *sabe* que P e *crê* que sabe que P (tese (KK2)), ou *sempre* que S *sabe* que P e *considera* ou *reflete* se sabe que P (tese (KK1)). Tais condições seriam satisfeitas, por assim dizer, como que “automaticamente”, sem nenhum esforço epistêmico “adicional” da parte de S. E este, de fato, é o caso de Chisholm (1977) e Prichard (op. cit.), quando defendem (KK1), e de Chisholm (1989) e Ginet (op. cit.), quando defendem (KK2). Se bem que tais autores não tenham explicitado, como se deveria esperar, *como* a condição da *não-derrotabilidade* da justificação (de segunda ordem) é satisfeita “automaticamente” por S – a ponto de parecerem ignorar o problema da Gettierização aplicado à *segunda* ordem epistêmica⁷⁶ –, eles foram, sim, explícitos, em maior ou menor grau, no modo como a

⁷⁶ Evidentemente, Prichard (1950) está isento (em parte) deste juízo, já que, quando escreveu, o problema exposto mais tarde por Gettier (1963) não havia sido (claramente) percebido ainda. Engel Jr., escrevendo

condição da *justificação* de segunda ordem é assim satisfeita. Para todos eles, de fato, é *evidente* para o próprio *S* que *ele sabe* que *P*, quando *S* sabe que *P* e considera se sabe ((KK1)), ou quando *S* sabe que *P* e crê que sabe ((KK2)). E para explicar isto, todos esses autores endossam uma ou outra forma das teses JJ e/ou JK. É para elas, pois, que precisamos nos voltar agora.

3.3. As Teses JJ E JK:

A tese JJ é análoga à tese KK, e em sua forma “pura” afirma o seguinte:

(JJ) Se *S* está justificado em crer que *P*, então *S* está justificado em crer que *S* está justificado em crer que *P* [$J_{sp} \rightarrow J_s J_{sp}$],

ou, na terminologia alternativa:

(JJ') Se *P* é evidente para *S*, então é evidente (para *S*) que *P* é evidente para *S* [$E_{sp} \rightarrow E_s E_{sp}$].

A tese (JJ) é *implicada* por, mas *não* implica, a tese que vamos chamar de “JK”:⁷⁷

(JK) Se *S* está justificado em crer que *P*, então *S* está justificado em crer que *S* sabe *P* [$J_{sp} \rightarrow J_s K_{sp}$],

que, no vocabulário alternativo,⁷⁸ ficaria assim, usando as palavras de Pollock:

(JK') “Sempre que *P* é evidente para uma pessoa, então é evidente também para ela que ela sabe *P*” [$E_{sp} \rightarrow E_s K_{sp}$] (*apud* CHISHOLM, 1989, p. 99, nota 18).

Como já observamos no final da seção anterior, tanto (KK2) quanto (KK1) - as duas principais teses qualificadas de KK - dependem de JJ e/ou JK (ou de alguma *qualificação* delas, como se verá); caso contrário, aquelas não explicariam *como* a

quase quarenta anos após o artigo de Gettier, observou que o problema da gettierização aplicado à justificação de *segunda* ordem “não tem recebido quase nenhuma atenção na literatura”, sendo Feldman (1981) o “único epistemólogo a ter discutido a meta-gettierização com algum detalhe” (2000, p. 112).

⁷⁷ Poder-se-ia contestar que (JJ) seja *implicada* por (JK), dizendo-se que tal implicação só valeria se *S* soubesse que a noção de *justificação* está incluída ou é implicada pela noção de *conhecimento*. Caso contrário, *S* poderia estar justificado em crer que *sabe P* sem estar justificado em crer que *ele está justificado* em crer que *P*. A referida implicação, portanto, deve ser compreendida com a devida *qualificação*.

⁷⁸ Lembrando sempre que “evidente”, aqui, se refere à evidência *total* de *S*, que lhe dá justificação *ultima facie*.

justificação de *segunda* ordem é satisfeita (“automaticamente”) por S, quando S sabe que P e *crê* que sabe que P – (KK2) –, ou quando S sabe que P e *considera* se sabe que P – (KK1). A tese (KK1), de fato, como já concluímos com Feldman, é “forte demais”, e a mencionamos aqui apenas para destacar a importância de JJ e JK. Além disto, devemos assinalar que, mesmo quem defende a “pura” tese KK (em bases não meramente “lógicas” como pretendia Hintikka), como é o caso de Hilpinen (1970), acaba também apelando para alguma forma das teses JJ e/ou JK (ibid., p. 112,3). Deste modo, ao avaliarmos estas duas últimas teses e suas qualificações, estaremos também avaliando, a um só tempo, o “coração” das teses (KK), (KK1) e (KK2).

Tanto a tese JJ quanto a JK admitem *qualificações*. Chisholm (1977), por exemplo, por causa de crítica de Danto (op. cit.), vista acima, sobre a necessidade de S *compreender* os conceitos envolvidos na proposição, aceita somente as seguintes teses qualificadas de JJ e JK, respectivamente:

(JJ1) Se P é evidente (para S), e se S *considera* se P é evidente, então é evidente (para S) que P é evidente $[E_s p \ \& \ C_s E_s p \rightarrow E_s E_s p]$; ⁷⁹ e,

(JK1) Se P é evidente para S, e se S *considera* a proposição que S sabe P, então é evidente para S que ele sabe P $[E_s p \ \& \ C_s K_s p \rightarrow E_s K_s p]$ (ibid., p. 114).

Esta última tese já havia sido apresentada anteriormente como um “princípio” aceito por Chisholm e usado no suporte de (KK1). O próprio Chisholm, entretanto, mais tarde, defende uma tese mais fraca:

(JK2) Se S está justificado em crer que P, e S *crê* que S sabe P, então S está justificado em crer que S sabe P $[J_s p \ \& \ B_s K_s p \rightarrow J_s K_s p]$ (1982, p. 55).

Já Hilpinen, defensor da “pura” tese KK, embora aceite a tese JJ sem qualificações (1970, p. 113), endossa somente uma tese qualificada de JK, ainda que mais simples que as de Chisholm:

⁷⁹ Na edição de 1977 de seu *Theory of Knowledge*, deve ter havido um lapso no texto (ou pensamento) de Chisholm, pois ao invés de dizer, como se esperaria após sua argumentação, “...and if one considers *whether the proposition is evident*”, o texto diz apenas “...and if one considers *the proposition*”, ficando a frase inteira assim: “If a proposition is evident and if one considers the proposition, then it is evident that the proposition is evident” (1977, p. 114). O texto assim não faz jus ao que Chisholm havia acabado de falar sobre a necessidade de S *compreender* o conceito de *evidência*. Na edição de 1989, o texto é mais coerente, apesar da troca de verbo: “Shall we say instead that, if a proposition is evident, and that if one asks oneself *whether it is evident*, then it is evident that the proposition is evident? This is less objectionable, for one cannot ask oneself such a question unless one does have the concept of a proposition being evident.” (1989, p. 100; itálicos nossos).

(JK3) Se P é evidente para S e se S crê que P , então é evidente para S que ele sabe P [$E_{s,p} \& B_{s,p} \rightarrow E_s K_{s,p}$] (ibid., p. 112).

Ora, várias questões podem ser levantadas quando buscamos avaliar as teses JJ e JK (qualificadas ou não), tanto em *si mesmas*, quanto no *papel* que desempenham no *suporte* de alguma forma de KK, em especial (KK2), a mais promissora delas até agora. Podemos resumir tais questões a duas:

1ª) Supondo que JJ e JK (qualificadas ou não) sejam verdadeiras, são elas *suficientes* para a verdade de alguma forma da tese KK, em especial (KK2)?

2ª) São JJ e JK (qualificadas ou não) *verdadeiras*?

Vamos, pois, respondê-las, começando pela primeira. Nossa resposta *negativa* à *segunda* questão tornaria desnecessária uma resposta à primeira. Responderemos, ainda assim, as *duas* questões, com o fim de mostrar aspectos importantes envolvendo a possibilidade ou não do conhecimento de segunda ordem.

3.3.1. São JK e JJ suficientes para KK?

Para podermos avaliar a *suficiência* de JJ e/ou JK⁸⁰ para a verdade de KK, em especial de (KK2), precisamos expor claramente as condições do conhecimento de segunda ordem. Conforme exposto no final do capítulo primeiro, *S sabe que S sabe P* se e somente se:

(i') *S sabe P*;

(ii') *S crê que S sabe P*;

(iii') *S está justificado em crer que S sabe P*; e

(iv') A justificação de *S* para crer que *S sabe P* não é derrotada ou defeituosa.

Pode-se notar claramente a partir das condições acima que (KK2) implica que quando (i') e (ii') são satisfeitas, (iii') e (iv') *também* o são. (Já (KK) implica que quando (i') apenas é satisfeita, todas as demais condições também o são). Como quem defende (KK2) precisa explicar *como* (iii') e (iv') são *também* satisfeitas, teses como JJ e JK são frequentemente invocadas. JJ e JK não são “necessárias” no sentido de que sejam condições *sine qua non* para a verdade de (KK2), pois defensores de (KK2)

⁸⁰ Daqui para frente, sempre que “JJ” e “JK” aparecerem *sem* parênteses, estaremos nos referindo a *qualquer forma* destas teses, isto é, *com ou sem qualificações*. O mesmo valerá para “KK”.

poderiam, *em princípio*, tentar explicar a satisfação de (iii') e (iv') recorrendo a outras teses que não incluíssem aquelas duas, embora seja difícil divisar quais. Supostamente, porém, JJ e JK são as *melhores* candidatas a tal explicação, como de fato se tem verificado entre os defensores de (KK2) – e de outras formas de KK –, em especial Chisholm (1977, 1982, 1989).

Que JK, se verdadeira, explicaria a satisfação de (iii') é óbvio. Com efeito, o *antecedente* de JK, em quaisquer das formas acima apresentadas, é *sempre* satisfeito quando (i') e (ii') também o são, satisfazendo, portanto, o *consequente* de JK, que nada mais é que o próprio conteúdo de (iii'). Não é óbvio, entretanto, *como* JK explicaria a satisfação de (iv'). Afinal, como Feldman (1981, p. 280-2) e Engel Jr. (2000, p. 112-5) mostram claramente, S poderia satisfazer as condições (i'), (ii') e (iii') e ainda assim não ter conhecimento de segunda ordem por não satisfazer (iv'), ou seja, porque sua justificação (de segunda ordem) para crer que sabe é, de algum modo, *defeituosa*. O exemplo que Feldman usa, e Engel Jr. aprimora, para ilustrar este caso possível é o do aluno S que, baseado na teoria de seu ilustre professor de Epistemologia, vem a crer *verdadeira e justificadamente* que tem conhecimento de *P*. Acontece, porém, que o professor tem uma *falsa* teoria do conhecimento. O aluno, deste modo, apesar de *justificado* em crer que sabe, tem uma justificação (de segunda ordem) *defeituosa*, sendo vítima de uma “metagettierização” – nas palavras de Engel Jr. (op. cit.) –, e, portanto, *não sabe* que sabe *P*. Apesar de o exemplo original de Feldman usar a figura de um professor “senil”, Engel Jr. observa, acertadamente, que o exemplo funciona perfeitamente bem com *qualquer* professor de Epistemologia que tenha uma teoria epistemológica *falsa*. Interessantemente, Engel Jr. aponta ainda que, *antes* de 1963, ano do artigo de Gettier, *todos* os epistemólogos tradicionais estavam *realmente* naquela condição, já que, à luz dos contraexemplos trazidos por Gettier, suas teorias eram de fato *falsas* (ibid., p. 113,4). Qualquer pessoa, portanto, que baseasse sua crença verdadeira de que sabia (ou sabe) *P* na teoria de algum daqueles epistemólogos pré-Gettier, estaria na mesma situação do aluno acima – teria uma justificação de segunda ordem *defeituosa ou derrotada, não sabendo*, portanto, que sabia (ou sabe) *P*. O caso não mudaria muito com os epistemólogos atuais – prossegue Engel Jr. (ibid., p.114) –, já que o grande número, hoje, de epistemologias “mutuamente excludentes” nos leva a

crer que *muitos* epistemólogos, se não a “maioria” deles, devem estar esposando teorias falsas⁸¹ e possibilitando casos como o do exemplo acima.

Alguém como Chisholm, entretanto, poderia replicar que o exemplo acima não toca no cerne da tese JK (e JJ). Com efeito, quando alguém defende alguma das formas de JK, afirmando que se S está justificado em crer que P (e talvez mais alguma qualificação), então S está justificado em crer que sabe P ($J_{sp} \rightarrow J_s K_{sp}$), ele não está pensando numa justificação *qualquer* de segunda ordem, sem conexão com a justificação de *primeira* ordem, como no caso da justificação produzida por meio do professor de Epistemologia. Embora discutamos isto melhor quando abordarmos a questão da *verdade* de JK (e de JJ), é importante assinalar que Chisholm é enfático ao sugerir que o que produz justificação de *segunda* ordem *é a mesma evidência que produz justificação de primeira ordem*. Ou seja, a *mesma* evidência que justifica crer que P é a que justifica crer que se *sabe* que P (e a que justifica crer que se está *justificado* em crer que P, em consonância com JJ) (cf. CHISHOLM, 1989, p. 15; e Idem, 1982, p. 55).⁸² O exemplo de Feldman e Engel Jr., portanto, desconsidera este importante ponto – contra-atacaria Chisholm.

Resta saber, entretanto, *como* tal ‘subtese’ da *identidade* das evidências de primeira e segunda ordem, que subjazeria às teses JK e JJ, resolveria o problema da satisfação de (iv’). Com efeito, ainda que aceitássemos que a justificação de segunda ordem é produzida pela mesma evidência que produz a justificação de primeira ordem, o que garantiria que a justificação de *segunda* ordem não é *defeituosa*, satisfazendo (iv’)? Ora, a isto Chisholm poderia responder de pronto: o próprio fato de que a justificação de *primeira* ordem, produzida pela *mesma* evidência, *não é defeituosa!* (Afinal, por hipótese, S *sabe* P). Assim, se as duas justificações têm em comum a mesma evidência, e esta produziu uma justificação *não-derrotada* no *primeiro* nível epistêmico, não haveria motivo para se pensar que ela pudesse produzir justificação *derrotada* no *segundo*, completaria Chisholm.

⁸¹ Engel Jr. de fato infere, do grande número de epistemologias rivais, que a “maioria” dos epistemólogos atuais tem uma “falsa epistemologia”; mais ainda, há uma “altíssima probabilidade de que *todos nós* sustentemos epistemologias falsas” (op. cit., p. 114; *itálicos* nossos). Não precisamos, entretanto, aceitar estes veredictos, especialmente este último, sob pena de nos autorrefutar e todo o presente ensaio. Não precisamos também aceitar, *neste momento da argumentação*, a conclusão de Engel Jr. de que “nenhum epistemólogo antes de 1963 possuiu alguma vez conhecimento internalista de segunda ordem” (ibid.), ainda mais que o autor ficou devendo ao seu leitor o importante argumento de que não haveria *outras formas* de se obter justificação de segunda ordem além daquela baseada em uma teoria epistemológica.

⁸² Ver as citações de Chisholm na próxima seção.

Chisholm parece ter aqui um ponto a seu favor, ainda que o argumento acima careça de maior aprofundamento. Afinal, alguém poderia objetar que se pode pensar perfeitamente em casos em que a *mesma evidência* para o *mesmo sujeito* produz uma justificação *não-defeituosa*, em uma situação, e uma justificação *defeituosa*, em outra.⁸³ Chisholm teria de rebater dizendo que o caso do parágrafo acima é *peculiar* porque, ao invés de apresentar duas justificações de *primeira* ordem em duas *situações distintas*, como o faz a presente objeção, ele envolve justificações de *distintos níveis em uma e mesma situação do sujeito*. E temos que concordar que isto representa uma diferença significativa. Ainda assim, fica-se devendo uma explicação melhor de por que tal fato *assegura* que, se a justificação de primeira ordem (produzida pela evidência *E*) não é derrotada, então a justificação de segunda ordem (produzida pela mesma evidência *E*) *também* não o é. De qualquer modo, concedamos o ponto a Chisholm – pelo menos até que se encontre um contraexemplo a seu ponto. (Ver, entretanto, uma importante restrição no próximo parágrafo).

Dito isto, a questão da *suficiência* de JK para (KK2) parece estar respondida, e de modo favorável a Chisholm: JK dá conta da verdade de (KK2) - se o argumento chisholmiano da satisfação de (iv') não nos engana, é claro.⁸⁴ Mas algumas observações importantes devem ser feitas aqui. Primeiro, deve-se lembrar que a *verdade* de JK ainda precisa ser avaliada, tendo sido apenas *assumida* até o momento, incluindo-se aí a própria 'subtese' da identidade das evidências de primeira e segunda ordem. Segundo, todo o argumento de Chisholm baseado na identidade das evidências de primeira e segunda ordens funciona bem para uma noção de justificação *proposicional*, mas é duvidoso que seja igualmente efetivo para a justificação *doxástica*.⁸⁵ Afinal, nada impede que S venha a crer que sabe *P* baseado em *outra* evidência (de segunda ordem) *distinta* da evidência para *P* (de primeira ordem). Neste caso, sua justificação de segunda ordem poderia ser *defeituosa* ainda que sua justificação de primeira ordem não o fosse – como no caso do aluno de Epistemologia visto acima. Talvez Chisholm tenha a seu favor que é mais 'natural' para uma pessoa crer que sabe *P baseada* na *mesma*

⁸³ Pense, por exemplo, no caso de Henry e as fachadas de celeiro, discutido no primeiro capítulo. Numa das situações possíveis, as fachadas de celeiro estão nas cercanias do carro de Henry; na outra situação, não. Assim, com a *mesma evidência* (sensorial), Henry teria uma justificação *defeituosa* na primeira situação - quando ele olha para um celeiro verdadeiro - e uma justificação *não-defeituosa* na segunda situação - quando ele olha para o mesmo celeiro.

⁸⁴ Chisholm, de fato, em nenhum momento explicita este argumento da satisfação de (iv'). O argumento é uma conjectura nossa do que Chisholm *poderia* ter respondido.

⁸⁵ Sobre tal distinção, ver, no capítulo primeiro, o final da subseção "Internalismo".

evidência que ela tem para *P* do que em uma evidência *distinta*. De qualquer modo, temos aqui uma restrição importante ao argumento de Chisholm.

E quanto a JJ? É ela *suficiente* (qualificada ou não) para a verdade de (KK2)? Como JJ é mais *fraca* que JK, o que se depreende do *consequente* de ambas – “ $J_s J_{sp}$ ” num caso, e “ $J_s K_{sp}$ ” no outro, respectivamente, para o mesmo antecedente “ J_{sp} ” -, e como de fato JJ tem sido usada para de alguma forma⁸⁶ apoiar JK (ver CHISHOLM, 1977, p. 114; Idem, 1982, p. 55; e HILPINEN, 1970, p. 112,3), a questão da suficiência de JJ para a verdade de (KK2) é *indireta*, reduzindo-se na realidade à questão de se JJ (com mais alguma tese) acarretaria a verdade de JK. Isto, por sua vez, remete-nos à questão da própria verdade de JK, que era nossa segunda questão (juntamente com a verdade de JJ mesma). Por isso, trataremos, a partir de agora, desta importante e crucial questão.

3.3.2. São JK e JJ verdadeiras?

O autor que talvez mais explicitamente defendeu as teses JJ e JK foi Chisholm (1977, 1982 e 1989). Para tanto, este autor apresenta uma estratégia básica que é repetida, em suas linhas gerais, em mais de um lugar. Ela pode ser vista de modo mais completo justamente em um capítulo intitulado “Saber que sabe” (1982, p. 50-8), mas é útil ter em foco também as outras passagens (1977, p. 113-6; e 1989, p. 15, 99 e 100). A estratégia básica de Chisholm é a seguinte. Primeiramente, ele *assume* – supostamente em caráter “provisório”⁸⁷ - que *há metaconhecimento*,⁸⁸ assim como *metajustificação* (não só do tipo “ $J_s K_{sp}$ ”, que é implicada necessariamente por “ $K_s K_{sp}$ ”, mas também

⁸⁶ Dizemos “de alguma forma” porque o passo de JJ para JK nem sempre é explícito, especialmente em Chisholm, embora JK pareça pressupor JJ nos textos referidos deste autor. Já em Hilpinen (1970, p. 112,3) o passo é bem claro. Infelizmente, porém, Hilpinen não considera, neste ponto do seu artigo, a quarta condição anti-Gettier, o que tornaria o passo de JJ para JK bem mais complexo e difícil.

⁸⁷ Ver a breve menção no início da citação abaixo, no corpo do texto. Discutiremos esse (suposto) caráter “provisório” mais adiante.

⁸⁸ Chisholm usa, neste capítulo, uma nomenclatura peculiar que pode nos confundir. Ele não chama o *saber que sabe* de “conhecimento de *segunda* ordem”, como normalmente se faz, definindo as expressões “conhecimento de primeira ordem”, “segunda ordem” e “terceira ordem” de acordo se S (além de crer que P e P for verdadeira), respectivamente, *tem* uma evidência justificadora E para P (“conhecimento de primeira ordem que P”); *crê verdadeiramente* que E o justifica em crer que P (“conhecimento de segunda ordem que P”); ou *sabe* que E o justifica em crer que P (“conhecimento de terceira ordem que P”) (1982, p. 51). Assim, para Chisholm, é possível *saber P* em três “níveis” ou “ordens” distintas, e *saber que sabe P* em nove sentidos distintos (ibid., p. 51)! (Chisholm mantém, entretanto, o uso padrão quando fala da *justificação* de “primeira” ou “segunda” ordem (ibid., p. 51 e 54)). Não seguiremos, porém, tal procedimento, usando aquelas expressões do modo que se tornou padrão. Quanto às distinções de Chisholm, o próprio autor as abandona em (1989), quando discute o saber que sabe.

“J_sJ_sp”⁸⁹). Chisholm assume, de fato, que podemos inclusive fornecer *instâncias* deste metaconhecimento e metajustificação, independentemente da aplicação de qualquer “critério” epistemológico, como se pode ver na citação abaixo. Aliás, Chisholm revela, nesta citação, como tal procedimento – o de *assumir* o metaconhecimento e suas instâncias - é semelhante ao que ele emprega em relação ao conhecimento de *primeira* ordem. Foi com tal procedimento, com efeito, que ele havia encontrado uma saída para o chamado “problema do critério”, no qual se enfrenta o dilema de responder a duas perguntas que (aparentemente) pressupõem uma a resposta da outra: (1) “O que nós sabemos?”; e (2) “Quais são os critérios do saber?”.⁹⁰ Eis a citação:

Eu assumi que era razoável começar nossa investigação com uma resposta – ou, pelo menos, uma resposta provisória – à primeira destas questões [i.e., ‘O que nós sabemos?’, em contraste com a questão ‘Quais são os critérios do saber?’]. Pareceria também razoável aplicar um procedimento similar para uma investigação de o que é que nós *sabemos que nós sabemos*, e do que é que nós estamos justificados em crer sobre o que nós estamos justificados em crer. Por exemplo, eu tinha dito, com Moore, que nós estamos justificados em crer que a Terra existe há centenas de anos passados. Eu acrescentaria, agora, que nós estamos *justificados em crer que nós estamos justificados em crer* que a Terra existe há centenas de anos passados – e de fato que nós *sabemos que nós sabemos* que a Terra existe há centenas de anos passados (1982, p. 50; itálicos do autor).

Com isto, completa Chisholm, “eu assumo que não se precisa ser um epistemólogo para saber que se sabe” (ibid., p. 51). Ou seja, embora defenda que “onde quer que haja conhecimento, algum princípio epistemológico geral é instanciado”, Chisholm “não assum[e] que para saber que se sabe, se deva saber a verdade de um tal princípio” (ibid., p. 53; ver tb. Idem, 1989, p. 15).

Ora, uma vez *assumidos* (provisoriamente) o metaconhecimento e a metajustificação – instanciados em pessoas ‘comuns’, leigas em Epistemologia -, a

⁸⁹ É questionável se “K_sK_sp” também implica necessariamente “J_sJ_sp”, pela mesma razão com que se pode questionar se a tese (JK) implica necessariamente a tese (JJ) - a menos que se façam certas suposições sobre o sujeito S. Ver sobre isto a nota no início da seção 3.3. Chisholm afirma, no entanto, mais adiante, que a implicação necessária *se dá*, sem fazer qualquer qualificação sobre o sujeito (1982, p. 54). No presente ponto, porém, ele simplesmente *assume* esta metajustificação, lado a lado com o metaconhecimento, como é mostrado na citação a seguir, no corpo do texto.

⁹⁰ Estas duas questões nos oferecem um (aparente) “dilema” porque parece que para responder à primeira questão – “O que nós sabemos?” - é necessária uma resposta à segunda – “Quais são os critérios do saber?”. Entretanto, para responder *adequadamente* a esta segunda questão, parece que é necessário ter a resposta da primeira! Para Chisholm, porém, é possível uma resposta à *primeira* questão *independentemente* de uma resposta à segunda (ver CHISHOLM, 1989, p. 6 e 7). Entretanto, em (1982, p. 75), Chisholm reconhece que há uma “petição de princípio” (*begging the question*) inevitável nesta solução, diante do cético. Abordaremos novamente este problema no próximo capítulo.

questão passa, então, a ser “*Como* alguém sabe que sabe?”, ou “Qual é a natureza desta justificação de ordem mais elevada?” (ibid., p. 51). Para responder a isto, Chisholm introduzirá um vocabulário específico que, julga ele, tornará mais precisa a discussão (ibid., p. 52,3). Chamará de “estados normativos” os diversos graus de valoração epistêmica associados a um sujeito e a uma proposição - p.ex., “ser evidente (ou justificado) para S que existem ovelhas”, ou “estar além da dúvida razoável para S que existem ovelhas”, ou “ser provável para S que existem ovelhas”, etc. Chamará de “objetivo” do estado normativo a *proposição* associada com a valoração epistêmica; nos exemplos acima, a proposição que existem ovelhas. E chamará de “substrato” do estado normativo “o estado *não-normativo* (digamos, a ocorrência de certas experiências perceptuais [*perceptual takings*]) no qual o estado normativo sobrevém [*supervenies*]”⁹¹ (ibid., p. 52; itálico nosso). Chisholm esclarece: “O substrato, em outras palavras, é um estado não-normativo que é necessariamente tal que, se ele ocorre [*obtains*], então o estado normativo ocorre” (ibid., p. 52). Assim, se uma proposição é evidente para S₁, mas não para S₂, então “haverá algo *em virtude do qual*” aquela proposição é evidente para S₁; mas não haverá nada em virtude do qual a proposição é evidente para S₂. “Esse algo, [no caso de S₁], será o substrato do estado normativo” (ibid.; itálicos do autor).

Deste modo, quando se busca responder à questão “*Como* alguém sabe que sabe?” ou, mais especificamente, “Qual a natureza da justificação de segunda ordem?” – que para Chisholm, como vimos, inclui não apenas “J_sK_sp”, mas também “J_sJ_sp” –, o que se procura, observa Chisholm, é o “*substrato* do estado normativo de ordem mais elevada” (ibid., p. 54; itálico nosso). Ora, os estados normativos “de ordem mais elevada” são estados normativos que têm como seu *objetivo* outros estados normativos - por exemplo: “É evidente para S que *é evidente para S que existem ovelhas*”. Poderíamos assumir, sem problematizar, que o estado normativo de *primeira* ordem “É evidente para S que existem ovelhas” - que é o *objetivo* do estado normativo de segunda ordem mencionado acima - tem como seu *substrato* a *experiência perceptual* de ovelhas, de S. Mas qual seria o *substrato* do estado normativo de *segunda* ordem “É

⁹¹ A respeito da noção de *sobreveniência* (ou *superveniência*), que Chisholm aqui pressupõe, esclarece Blackburn (1998): “[Sobreveniência] se refere ao modo em que um tipo de propriedade somente pode estar presente [em uma coisa] em virtude da presença de algum outro tipo [de propriedade]: uma coisa somente pode possuir uma propriedade do primeiro tipo, sobreveniente, porque tem propriedades do tipo subjacente, mas uma vez que o tipo subjacente é fixado, então as propriedades do primeiro tipo são fixadas também.”. As propriedades do tipo subjacente seriam, portanto, condição *necessária* e *suficiente* para as propriedades do tipo sobreveniente. Para uma visão introdutória desta noção, com os problemas que ela levanta, ver Blackburn (op. cit.). Um artigo clássico sobre o tema é o de Kim (1984).

evidente para S que é evidente para S que existem ovelhas”? Em outras palavras, qual seria o estado *não-normativo em virtude do qual* o estado normativo de segunda ordem se dá?

Chisholm reconhece a dificuldade e até a “falha” em se descobrir algum substrato “*adicional*” para os estados normativos de ordem mais elevada (ibid.; itálico do autor). Afinal, embora não o explicita aqui, Chisholm deve ter levado em conta sua pressuposição inicial de que o metaconhecimento e a metajustificação se dão entre pessoas que não são (necessariamente) “epistemólogas” e que, portanto, supostamente não têm à sua disposição crenças referentes à satisfação das “condições do conhecimento” ou dos “princípios epistêmicos”. Chisholm também não pode simplesmente apelar para o *testemunho de terceiros* como sendo o substrato dos estados normativos de ordem superior, pois isto apenas deslocaria a questão para adiante – “Como S₂ sabe que S₁ sabe que existem ovelhas?” ou “Qual a natureza da justificação que S₂ tem para crer que S₁ está justificado em crer que existem ovelhas?” (presumindo, é claro, que S₂ também não seja um “epistemólogo”). Além do mais, isto faria o metaconhecimento e a metajustificação dependerem essencialmente dos *outros*, algo que Chisholm quer evitar.⁹²

A solução que Chisholm dará - inicialmente como uma simples “sugestão”, mas em seguida elevando, sem uma argumentação específica, ao *status* de “instância de um princípio mais geral”⁹³ - é a de que o substrato do estado normativo de segunda ordem é *o mesmo substrato* do estado normativo de *primeira* ordem, tornando desnecessário, assim, encontrar um substrato “adicional” (ibid., p. 55). Na explicação clara do autor:

⁹² Nosso ensaio, igualmente, não contempla este recurso.

⁹³ Infelizmente, Chisholm, não raro, limita-se a simplesmente *afirmar* seus “princípios epistêmicos”, sem maiores explicações – ver, p.ex., o princípio “A2” na mesma página (1982, p. 55). No presente caso, ele invoca um “princípio mais geral” (um tanto complexo, como mostra a citação abaixo!) para dizer que sua “solução” é uma “instância” dele. Mas nem a conexão entre a solução e o princípio geral é esclarecida, e nem este princípio geral é defendido por qualquer argumento, *supostamente* por ser ‘autoevidente’. No entanto, no apêndice (do capítulo), intitulado “A justificação dos Princípios Epistemológicos” (ibid., p. 57,8), Chisholm nos diz que, embora tais princípios sejam *necessários* – e *não analíticos* (ibid., p. 52) –, ele reconhece que *não são autoevidentes!* O autor fica, por fim, nos devendo a justificação de tais princípios. Sua tentativa em justificar tais princípios em (1989, p. 72,3) se limita a afirmar que seus princípios são “tão justificados” ou evidentes quanto as pressuposições que o epistemólogo tem sobre sua própria capacidade epistêmica. (Ver, porém, a nota no início da seção “O argumento do histórico, *bootstrapping* e circularidade epistêmica”, no próximo capítulo). Uma discussão mais esclarecedora, porém, sobre o tema da justificação dos princípios epistêmicos é encontrada, por exemplo, em Fumerton (1995, cap. 7) e Van Cleve (2000 [1979]). Quanto ao “princípio mais geral” invocado por Chisholm, é o seguinte (em inglês): “*For any subject x and any time t, performing a certain act p is more reasonable for x at t than performing a certain act q, if and only if the following condition obtains: believing that performing p is then more reasonable for him than performing q is more reasonable for x at t than withholding the belief that his then performing p is more reasonable than performing q*” (1982, p. 55).

“Em outras palavras, aqueles estados não-normativos [...] que me justificam em crer que ovelhas existem *também* me justificam em crer que eu estou justificado em crer que ovelhas existem” (ibid.; itálico do autor). Ora, dado o pressuposto *internalista* de Chisholm (e nosso), tal afirmação não é outra coisa senão o que chamamos, anteriormente, de “subtese da *identidade* das evidências de primeira e segunda ordens” (que doravante referiremos como “tese”). Ei-la:

Tese da identidade das evidências de 1ª e 2ª ordens: A evidência que produz um estado normativo-epistêmico de primeira ordem *também* produz o estado normativo de *segunda* ordem que tem o primeiro estado como seu “objetivo”. Em particular, a evidência que produz *justificação* de *primeira* ordem é *a mesma* que *também* produz justificação de *segunda* ordem.⁹⁴

Que Chisholm esteja pensando em “ $J_s J_s p$ ” quando trata da justificação de *segunda* ordem (ou “de ordem mais elevada”), no contexto da recém-referida tese, é patente, pelo exemplo que dá. Não é claro, porém, que também esteja pensando em “ $J_s K_s p$ ”. Numa obra posterior, entretanto, ele tira qualquer dúvida de se a tese acima *também* se aplica a “ $J_s K_s p$ ”. Ao defender seu “princípio da objetividade”, que nada mais é que a tese (KK2), vista anteriormente, ele diz:

[Q]uando nós sabemos que P, pode ser o caso não somente que haja uma experiência que faça conhecido [*makes it known*] para nós que P, mas também que haja uma experiência que possa fazer conhecido para nós que nós *sabemos* que P. Mas o que seria a segunda experiência? Nosso princípio da objetividade nos diz, com efeito, que a segunda experiência é a mesma que a primeira. O que mais, afinal de contas, *há* para fazer conhecido para nós que nós sabemos que P? (1989, p. 15; itálicos do autor).

Assim, segundo Chisholm, a experiência que “faz conhecido para nós que P” – i.e., a *evidência* para P – *também* faz conhecido para nós que nós *sabemos* P – ou seja, também é *evidência* para Kp . Deste modo, a tese da identidade das evidências também se aplica: a evidência de primeira ordem é *a mesma* evidência de *segunda* ordem. Em outras palavras, a evidência que ‘produz’ o estado normativo de primeira ordem “ $K_s p$ ” (e “ $J_s p$ ”) é a mesma que também produz o estado normativo de segunda ordem “ $J_s K_s p$ ”.

⁹⁴ Claro, isto não nega que se possa ter *outras* evidências de *segunda* ordem *distintas* da evidência de primeira ordem, como as que o “epistemólogo” supostamente tem. Elas seriam, entretanto, *suplementares* e *desnecessárias*, além de *incomuns*, replicaria certamente Chisholm. Além do mais, tal caso abriria novamente a *possibilidade* de se ter uma metajustificação *defeituosa* ou *derrotada*, algo que Chisholm gostaria de evitar.

Ora, com a tese da identidade das evidências de primeira e segunda ordens Chisholm inferirá, como que imediatamente, a tese JJ: “O estado epistêmico [ou normativo] de ordem mais elevada, então, será verdadeiro se e somente se seu objetivo é verdadeiro – onde seu objetivo é um estado epistêmico de ordem mais baixa” (1982, p. 55). Ou ainda: “Dado este princípio, nós podemos dizer que, embora a verdade geralmente não implique justificção, a verdade de um estado normativo justifica o crente [*the believer*] em atribuir aquele estado para si mesmo” (ibid.). Mais especificamente: dado que a *mesma evidência* que justifica S em crer que P *também* justifica S em crer que J_{sp} (tese da identidade de evidências), então – infere Chisholm – quando é o caso que J_{sp} , *também será o caso* que $J_s J_{sp}$ (tese JJ). Que Chisholm *qualifique* posteriormente a tese JJ nos moldes de (JJ1), acima – para se ajustar à exigência de S possuir o conceito de *evidência* ou *justificção* -, é irrelevante aqui (cf. Idem, 1977, p. 114; e 1989, p. 100). O importante é notar como a tese JJ depende de, e é explicada por, a tese da identidade de evidências de primeira e segunda ordens. Um raciocínio análogo é possível em relação à tese JK ou, como prefere Chisholm, à sua versão qualificada “(JK2) $J_{sp} \& B_s K_{sp} \rightarrow J_s K_{sp}$ ”, ainda que o autor não explicita tal raciocínio (1982, p. 55).⁹⁵

Bem, quão aceitável é a tese da identidade das evidências? Qual é a sustentação de Chisholm para ela? Vimos que a sustentação argumentativa de Chisholm é composta de um *pressuposto* – supostamente “provisório” -, a saber, que *há metaconhecimento*, e de um *argumento negativo*, a saber, que, como *não é* encontrada *outra* evidência de segunda ordem disponível para o sujeito S (‘leigo’ e ‘desajudado’), *resta* sua evidência de *primeira* ordem. Isto faz Chisholm assumir a tese da identidade das evidências. Entretanto, é tal sustentação argumentativa plausível? E, mais importante ainda, é a *tese* plausível?

Comecemos pela sustentação argumentativa de Chisholm. Se a existência do metaconhecimento fosse um *fato estabelecido e inquestionável*, então o argumento *negativo* de que, dada a *ausência* de outra metaevidência disponível para S (‘leigo’ e ‘desajudado’), a evidência de segunda ordem *deve* ser a mesma evidência de primeira ordem (pois é a única que resta), tal argumento, dizíamos, pareceria ser relativamente eficaz para estabelecer a verdade da tese da identidade. Mas este não é o caso (ainda

⁹⁵ Com a tese da identidade das evidências de primeira e segunda ordens aplicada diretamente a JK, fica de fato desnecessário encontrar qualquer relação de *dependência* de JK em relação a JJ. Afinal, a mesma tese (da identidade das evidências) que explicaria a verdade de JJ também explicaria a verdade de JK.

que, como desconfiamos, Chisholm na verdade assuma o metaconhecimento como *inquestionável*, contra o cético de segunda ordem). O metaconhecimento *não* é um fato estabelecido e *inquestionável* – pelo menos, não para o cético de segunda ordem -, e Chisholm de fato o havia *assumido* em caráter supostamente *provisório*, como mostra a longa citação do início da subseção 3.3.2. Deste modo, a “falha” em se encontrar metaevidências disponíveis para S tem um efeito *ambíguo*: pode tanto servir para estabelecer a tese da identidade das evidências de primeira e segunda ordens, como, por outro lado, servir para *negar a existência* do metaconhecimento! Depende da direção do argumento que se deseja seguir! Dito em outros termos, tudo o que Chisholm de fato conseguiu nos dar foi o seguinte condicional: *Se existe o metaconhecimento para um sujeito S (leigo e desajudado), então a evidência de segunda ordem deve ser, por falta de outras candidatas, a mesma evidência de primeira ordem*. Isto, entretanto, não prova *nem* a tese da identidade das evidências (o conseqüente), *nem* o metaconhecimento (o antecedente). Além do mais, tem-se agora o seguinte problema de circularidade. Para defender a existência do metaconhecimento entre as pessoas ‘comuns’, Chisholm recorreu à tese (KK2) sobre o metaconhecimento extrafácil. Para defender (KK2), por sua vez, Chisholm teve de apelar para as teses JK e JJ, que, por sua vez, necessitaram da tese da identidade das evidências. Agora, porém, Chisholm precisa assumir a existência do metaconhecimento entre as pessoas ‘comuns’ para provar a tese da identidade das evidências! Parece inegável a petição de princípio.

E quanto à *tese* em si – independentemente da problemática argumentação de Chisholm -, é ela plausível? É plausível pensar que a mesma experiência que justifica S em crer que existem ovelhas também justifica S em crer na proposição “Eu estou *justificado* em crer que existem ovelhas” e “Eu *sei* que existem ovelhas”? Alston, de fato, já de muito tempo achava a tese *implausível* (1980, p. 139). Assumindo, por exemplo, que uma “experiência de cansaço” pode justificar a crença na proposição “Eu me sinto cansado”, que diz respeito a um estado interno do sujeito, *como* se daria que esta mesma experiência de cansaço justificaria a crença numa “proposição epistêmica” como “*É evidente* que eu me sinto cansado”? “Posso estar justificado em supor que uma certa proposição tem um certo *status* epistêmico para mim, somente por me sentir cansado?” – questiona Alston (*ibid.*). De fato, proposições como “Eu estou justificado em crer que P” e “Eu sei que P” são *proposições epistêmico-normativas* com condições de verdade complexas e peculiares – basta notar tudo o que é envolvido nas definições

de “S está justificado em crer que P” e “S sabe que P”. É difícil vislumbrar como uma experiência interna ou sensorial sobre o mundo interno ou externo de S poderia fornecer evidência de que tais condições epistêmico-normativas foram satisfeitas. Além do mais, entre as condições de verdade de “S está justificado em crer que P”, por exemplo, está a condição de que a evidência *E*, de S, é adequada para a crença em *P*, ou seja, que *E* é um indicador ou critério adequado da verdade de *P*. Dizer, portanto, que a evidência de segunda ordem é a mesma evidência de primeira ordem é dizer que *E* não somente é um indicador adequado da verdade de *P*, mas também um indicador adequado de que ela própria, *E*, é um indicador adequado da verdade de *P*. Em outras palavras, *E* seria um critério adequado de que *E* é um critério adequado! Ora, enquanto não se tiver um bom argumento para se defender tal façanha, é justo, no mínimo, suspeitar dela. Tais considerações se aplicariam inclusive no caso de *E* não ser uma *experiência*, mas, ao invés, outra *crença*. As mesmas objeções, com efeito, poderiam ser levantadas contra a referida tese.

O que fazer, entretanto, se rejeitarmos a tese da identidade das evidências? Há outro modo de defender as teses JK e JJ, e, por conseguinte, alguma versão de KK e de metaconhecimento extrafácil? Prichard (1950), como vimos na seção 3.2., ao discutirmos a tese (KK1), defendia uma versão de metaconhecimento extrafácil baseada, não na tese da *identidade* das evidências, mas, de um modo sutilmente distinto, na tese da *introspecção* ou *reflexão*. Para ele, com efeito, S poderia *saber que sabe* baseado na “reflexão” do “estado em que estamos” – seja de conhecimento, seja de (somente) crença, como vimos. Deste modo, as evidências de primeira e segunda ordens *não* seriam *idênticas*: enquanto a evidência de *primeira* ordem para crer em *P* poderia ser uma experiência *sensorial*, por exemplo, a evidência de *segunda* ordem para crer em “Eu sei que P” seria a experiência da *introspecção*. Assim, algumas críticas dirigidas à tese da identidade das evidências talvez não se apliquem à presente tese. Mas quão plausível é esta nova tese? Como S pode saber que tem conhecimento apenas perscrutando seu próprio interior? Certamente, S pode saber que *crê* em alguma proposição fazendo uma *introspecção* de seus próprios estados mentais. O

conhecimento, entretanto, não é um *mero* estado mental.⁹⁶ Vale a pena citar as palavras de Feldman a este respeito:

[O] conhecimento não é um puro ‘estado mental’. A condição de uma pessoa saber depende tanto de como sua mente é – o que ela crê e por quê – e como o mundo é. [...] Note que, o que quer que nós digamos sobre o conhecimento, pode haver casos de ‘crer verdadeiramente’ e de ‘crer falsamente’ que são introspectivamente indistinguíveis. Crenças verdadeiras não tem uma luz mais brilhante que as crenças falsas. Não há nenhum ‘V’ piscante diante do olho de sua mente quando você tem uma crença verdadeira. Não há nenhuma característica interna que acompanha todas e somente todas as crenças verdadeiras [*all and only true beliefs*] (2003, p. 125-6).

Sendo assim, o apelo à introspecção também não pode fornecer a base que se precisa para se defender uma tese como JK ou JJ. Com isto, as versões de metaconhecimento extrafácil ficam todas comprometidas.

Parece que o metaconhecimento extrafácil não é assim tão fácil.

⁹⁶ Embora autores como Williamson (2000) defendam que o conhecimento é, sim, um “mero” estado mental, eles têm de admitir que os vários estados mentais, seja de conhecimento, seja de crença falsa, são *indiscrimináveis* introspectivamente (ibid., p. 26).

Capítulo 4 – METACONHECIMENTO ARGUMENTATIVO, CIRCULARIDADE E DERROTADORES

O capítulo anterior nos deixou num estado de perplexidade, ou de *aporia*: o “metaconhecimento *extrafácil*”, afinal de contas, não parece *fácil!* Seria muito bom se o metaconhecimento se desse “automaticamente”, sem necessidade, por parte de S, de grandes esforços *adicionais* em favor de suas metacrenças. Não só seria muito bom, mas conveniente, diante da ‘intuição’ que temos de que as pessoas ‘comuns’, isto é, as que não são epistemólogas, não apenas parecem *saber* muitas coisas, mas também parecem *saber que sabem*, como já apontou Chisholm (1982, p. 51). Mas se o metaconhecimento “*extrafácil*” não é assim tão fácil (!), de que modo as pessoas ‘comuns’ podem efetivamente saber que sabem?

Talvez algum significativo esforço epistêmico *adicional* – além do que é requerido para o conhecimento de primeira ordem - seja afinal necessário, de modo que os sujeitos *acumulem evidência e construam argumentos* para suas metacrenças. Desta forma, suas metacrenças poderiam ser *inferencialmente justificadas* - de um modo relativamente mais complexo que o proposto pelo “metaconhecimento *extrafácil*” -, constituindo-se em boas candidatas a metaconhecimento. A questão, então, passa a ser a identificação dos *bons argumentos* que deem suporte adequado (e, com isto, justificação) para um sujeito S crer que *sabe P*, ou seja, para S crer “Eu sei que P”.

4.1. O Argumento da Avaliação Epistemológica (AAE) “Facilitado”

Um argumento *sofisticado* que pode ser um modo *suficiente* de obtenção de metajustificação e, eventualmente, metaconhecimento - ainda que Chisholm rapidamente (e corretamente) apontasse que ele exige a *sofisticação de um epistemólogo* -, é o argumento que parte da crença (justificada) na *satisfação das condições do conhecimento*. Vamos chamá-lo, por isso, de “o Argumento da Avaliação Epistemológica” (AAE). De modo resumido, ele é assim:

- (1) “*Todas as condições necessárias para o conhecimento (de primeira ordem) de P foram satisfeitas no meu caso*”,

(portanto)

(C) “Eu sei P”.

De modo mais completo, (AAE) seria assim:

(1a) “Eu sei P se e somente se: P é verdadeira & eu creio em P & eu estou justificado em crer em P & minha justificação para P não é derrotada”,

(1b) “P é verdadeira & eu creio em P & eu estou justificado em crer em P & minha justificação para P não é derrotada”,

(portanto)

(C) “Eu sei P”.

Devemos reconhecer que (AAE) é um argumento eficaz. Com efeito, se S está *justificado* em crer nas premissas (1) ou (1a) e (1b), vindo a crer na conclusão por meio do argumento (e não tendo qualquer contraevidência), então é difícil negar que ele também esteja *justificado* em crer em (C). De modo mais importante, se S *sabe* as premissas, vindo a crer na conclusão por meio do argumento (e não tendo qualquer contraevidência), então é difícil negar que ele também *sabe* (C), ou seja, “Eu sei que P”. E se S *sabe* a proposição “Eu sei que P”, ele *tem metaconhecimento* (o conhecimento de *segunda* ordem), como esclarecido em capítulos anteriores. A intuição por trás de (AAE) é que alguém pode *saber que sabe* uma proposição qualquer se esse alguém *souber que satisfaz todas as condições* (necessárias) do conhecimento desta proposição. Esta seria uma condição *suficiente* (ainda que supostamente *não necessária*) do metaconhecimento e da metajustificação (cf. FELDMAN, 1981; ENGEL JR., 2000). O que há de errado com tal estratégia?

O problema óbvio com (AAE) é que é um argumento frustrantemente *complexo* para um sujeito ‘comum’, e as intuições são de que sujeitos ‘comuns’ *parecem ter* metaconhecimento. De fato, o sujeito S teria de ter o conhecimento de um epistemólogo para formular (AAE), o que justamente se quer evitar. “Mas – poderia replicar sagazmente um defensor do metaconhecimento – e se concebêssemos um (AAE) *facilitado*, de modo que um sujeito ‘comum’ fosse capaz de formulá-lo? Talvez um (AAE) *facilitado* fosse acessível e plausível o suficiente para o imaginarmos na mente de um ‘sujeito comum’, *pelo menos* o ‘sujeito comum’ com o grau de refinamento de

pensamento necessário para formular argumentos *mais complexos* que os propostos pelo ‘metaconhecimento extrafácil’, como deve ser o caso agora.”.

Podemos, em princípio, conceder isto. Nós mesmos apontamos, anteriormente, que uma vez que o “metaconhecimento extrafácil” é descartado, a distância entre o “sujeito comum” – que supostamente tem metaconhecimento - e um “epistemólogo” deve ser *diminuída*, em alguma medida. Também reconhecemos que as exigências de alguns dos epistemólogos internalistas pressupostos neste ensaio (cf. BONJOUR, 2002; FUMERTON, 1995) para a justificação de crenças *de primeira ordem* já tornam o “sujeito comum” alguém sofisticado o bastante para ter crenças sobre suas próprias “experiências sensíveis”, por exemplo. Assim, nós não podemos, em princípio, colocar obstáculos a que este “sujeito comum” formule um (AAE) *facilitado*. Concedamos o que se nos propõe.

Mas como *facilitar* (AAE) de modo a acomodá-lo a este “sujeito comum” *relativamente* sofisticado? Primeiramente, esvaziando de (AAE), tanto quanto possível, o seu *linguajar eminentemente filosófico*, embora mantendo a essência das condições. S não precisa, realmente, usar em suas crenças os conceitos complexos da Epistemologia, ainda que algumas noções epistemológicas ‘mais simples’ acabem tendo de ocorrer. Por exemplo, ao invés de exigir que S creia “Eu estou (epistemicamente) justificado em crer que P”, podemos nos contentar com algo como “Eu tenho (estou usando) um critério (ou evidência, ou indicador, razão, etc.) adequado da verdade de P”,⁹⁷ que, para nossos efeitos, pode ser entendida como uma proposição equivalente à primeira - assumindo, é claro, que S não tem qualquer contraevidência (*override*) que anule sua evidência.⁹⁸ E

⁹⁷ Por que falar de “critério adequado de verdade” num contexto de *justificação*? A resposta deveria ser já óbvia, dado o pressuposto deste ensaio que a justificação epistêmica deve ser *conducente à verdade*. (Um critério é “adequado” se ele *conduz à verdade*, ainda que falivelmente). Por isto, a crença “facilitada” não poderia ser em termos *deontológicos*, como “Eu cumpri meus deveres epistêmicos ou intelectuais”, por exemplo. Ver Alston (2005) para esta diferença importante.

⁹⁸ Flores assume, “para facilidade de exposição”, que *saber que uma evidência (ou critério) é adequada é “equivalente” a saber que sabe* (2005, p. 110, nota 1). Infelizmente, isto pode passar a falsa impressão de que as duas expressões signifiquem ‘quase’ a mesma coisa, ou que a primeira ‘quase’ satisfaça a segunda (ainda que o próprio Flores, eventualmente, não pense assim). *Saber que sua evidência E é adequada para P*, entretanto, é equivalente, *no máximo*, a *saber que está justificado em crer em P*. (A rigor, S também teria de saber que *E* está *justificada*, se *E* fosse outra *crença*. Vamos assumir que isto é satisfeito). E a distância entre *saber que está justificado (prima facie ou ultima facie)* e *saber que sabe* não deve ser desprezada. Já Fumerton (1995, 2004) e BonJour (2002), no outro extremo, diriam que saber (ou, mais exatamente, estar justificado em crer) que a evidência *E* é adequada para *P* é parte da própria justificação de *primeira ordem*, e, por isso, não pode ser sinônimo de saber (ou estar justificado em crer) que está justificado (embora nem todos os *internalistas* concordem com isto, como veremos). Isto talvez tornasse mais complexo o trabalho de encontrar uma crença equivalente *facilitada* para “Eu estou epistemicamente justificado em crer que P”. Vamos ignorar esta complexidade para não complicar o “(AAE) facilitado”!

o mesmo talvez poderia ser feito com a quarta condição, que não precisaria ser crida exatamente nestes termos ‘herméticos’: “Minha justificação para *P* não é derrotada”, embora possa ser mais trabalhoso encontrar uma formulação facilitada equivalente. Vamos, porém, *facilitar ainda mais* (AAE), neste momento, aceitando uma possível sugestão do proponente do “(AAE) facilitado” de que os casos tipo-Gettier podem ser *desconsiderados*, não valendo de fato a nossa atenção. Com isto, estaremos *dispensando* S de crer - pelo menos por enquanto - que a quarta condição foi satisfeita, ou até mesmo que exista uma quarta condição para ser satisfeita. Vamos ficar, portanto, apenas com as três (tradicionais) condições do conhecimento, como foi por dois milênios. *Concedamos*, assim, que o argumento abaixo seja um *bom argumento* para a metacrença “Eu sei que *P*” de S, pelo menos até que sejamos forçados a reconsiderá-lo:

(AAE) Facilitado (defectivo):

(2) “*P* é verdadeira & eu creio em *P* & eu tenho (estou usando) um critério (ou evidência) adequado da verdade de *P*”,

(portanto)

(C) “Eu sei *P*”.⁹⁹

O argumento acima está bastante facilitado em comparação com o (AAE) original. Pode-se pensar, entretanto, que este argumento ainda é *complexo demais*, e que um argumento *ainda mais simples* deva ser proposto (talvez dispensando algum(ns) membro(s) da conjunção). Vamos discutir alguns possíveis argumentos “mais simples” numa seção adiante.

Por ora, é importante notar as virtudes deste “(AAE) Facilitado”, ainda que “defectivo”, por não ter a quarta condição. Se S estiver *justificado* em crer na premissa (2), vindo a crer em (C) por este argumento (e não tendo qualquer contraevidência), podemos admitir, *com as concessões feitas acima*, que S estará *justificado* em crer em (C). Ainda, se S *souber* a premissa (2), vindo a crer em (C) por este argumento (e não tendo qualquer contraevidência), podemos admitir, *com as concessões feitas acima*, que

⁹⁹ Vamos também dispensar a exigência que S tenha, de fato, mais uma premissa, a saber: (2a) “Eu sei *P* se e somente se: *P* é verdadeira & eu creio em *P* & eu tenho um critério adequado da verdade de *P*”. Poderíamos também pensá-la como uma premissa (justificada) *implícita* no argumento. Como (2a) é, no entanto, falsa – por causa dos casos tipo-Gettier que estamos ignorando neste momento –, é melhor deixá-la de fora do argumento.

ele poderá *saber* que (C), tendo, então, metaconhecimento. A questão importante, então, é *como S sabe* (2), ou, mesmo, *como S pode estar justificado* em crer em (2), ou seja:

- (2) “*P* é verdadeira & eu creio em *P* & eu tenho um critério (ou evidência) adequado da verdade de *P*”.

4.1.1. O Problema do Critério e a solução ‘particularista’ ‘padrão’

Admitindo que S tenha um acesso não-problemático a seus próprios estados mentais, então não será difícil imaginar que por *introspecção* S *saiba* o segundo membro da conjunção em (2), ou seja, “eu creio em *P*”. Os outros dois membros da conjunção, por sua vez, podem se apresentar diante de S em forma de duas perguntas, as quais exigem respostas *afirmativas* devidamente *justificadas*:

- (a) “*P* é verdadeira?”

- (b) “Eu tenho um critério (ou evidência) adequado da verdade de *P*?”

As perguntas (a) e (b), no entanto, podem se configurar, juntas, num caso conhecido como “o Problema do Critério”, ou *diallelus* (i.e., “roda”, em grego). Chisholm (1973; 1982, p. 61-75; 1989, p. 6-7) trata extensivamente deste problema, mas outros autores também o abordam de modo importante, às vezes em conexão com o chamado “círculo cartesiano”, que pode ser visto como um caso particular do problema do critério (cf. VAN CLEVE, 2000 [1979]; CLING, 1997; SOSA, 1997; COHEN, 2002; FLORES, 2005). Na verdade, o problema do critério já remonta, em sua forma escrita, a Sexto Empírico (op. cit., p. 128-9; *II*, 4). Um modo de o formularmos é o seguinte:

(PC) Para saber a resposta da pergunta (A) “Proposições do tipo-*P* são verdadeiras?” parece ser necessário, primeiro, saber a resposta da pergunta (B) “Tenho (qual é) um critério adequado da verdade das proposições do tipo-*P*?”. Mas para saber a resposta da pergunta (B) “Tenho (qual é) um critério adequado da verdade das proposições do tipo-*P*?” parece ser necessário, de algum modo, saber primeiro a resposta da pergunta (A) “Proposições do tipo-*P* são verdadeiras?”.¹⁰⁰

¹⁰⁰ É importante lembrar que S não conta com o recurso do testemunho; ele é o sujeito “desajudado” (ver Introdução sobre isto). Um outro modo de ver isto é pensar que S seja “nós, seres humanos”.

Em outras palavras, como é possível saber que proposições sobre o mundo exterior (tipo-*P*) são *verdadeiras* se não se sabe, primeiro, qual é o *critério adequado* da verdade das proposições sobre o mundo exterior? Por outro lado, como é possível saber qual é o *critério adequado* da verdade das proposições sobre o mundo exterior sem, de algum modo, ter acesso à *verdade* daquelas proposições? Afinal, para se aferir se um critério produz “bons resultados” parece necessário já ter tido acesso, de algum modo, àqueles “bons resultados”! Mas *como*, sem o critério? Haverá *outro* critério anterior? Neste caso, entretanto, o problema se repetiria! – nos advertiria Sexto Empírico (op. cit.).

Assim formulado, o Problema do Critério se revela um problema para o próprio conhecimento de *primeira ordem*. No entanto, o conhecimento de *primeira ordem* é ‘salvo’ com uma resposta ‘padrão’. (E devemos lembrar que nós pressupomos o conhecimento de primeira ordem neste ensaio). O modo ‘padrão’ de escapar do Problema do Critério é o de Chisholm (op. cit.) - que ele chama de “particularismo” -, também defendido, em sua essência, por Van Cleve (op. cit.), entre outros.¹⁰¹ Consiste em afirmar que para saber (ou estar justificado em crer) a resposta de (A) “Proposições do tipo-*P* são verdadeiras?” *não é necessário*, anteriormente, saber (ou estar justificado em crer) a resposta de (B) “Tenho (qual é) um critério adequado da verdade das proposições do tipo-*P*?”. Diz Chisholm:

Voltando às nossas questões A e B, nós podemos resumir as três possíveis visões como segue: há o ceticismo (você não pode responder qualquer uma das questões sem pressupor uma resposta para a outra, e, portanto, as questões não podem ser respondidas de modo algum); há o ‘metodismo’ (você começa com uma resposta para B); e há o ‘particularismo’ (você começa com uma resposta para A). Eu sugiro que a terceira possibilidade é a mais razoável. Eu diria – e muitos filósofos respeitáveis discordariam de mim – que, para descobrir se você sabe tal coisa como que isto é uma mão, você não tem de aplicar [*apply*] qualquer teste ou critério. (1982, p. 69).¹⁰²

¹⁰¹ Sosa (1997), como todo *externalista* em justificação, também não poderia deixar de esposar a solução que se segue. Alston, que é um *externalista* com ‘inclinações evidencialistas’ (cf. 1988), dá uma resposta nos mesmos moldes (1980, 1986, 2005).

¹⁰² Chisholm, de fato, formula suas perguntas A e B de modo diferente do nosso, ainda que sejam análogas: (A) “O que nós sabemos?”, (B) “Qual são os critérios do conhecimento?” (1982, p. 65). Cling (1997, p. 117-8) aponta que a apresentação do Problema do Critério, por Chisholm, é de fato “ambígua”, pois ele frequentemente escorrega de *nível*, ora discutindo o critério de *verdade de P*, ora discutindo o critério de *conhecimento de P*, sem marcar a devida diferença. Os problemas e soluções, entretanto, são análogos.

Em outras palavras, se chamarmos uma proposição da forma “*E* é um critério (ou evidência, ou razão, etc.) adequado da verdade de *P*” - ou, alternativamente, “*E* torna provável *P*” ou, ainda, “*E* justifica crer em *P*” - de um “princípio epistêmico”,¹⁰³ a solução que está sendo proposta é a de que *não* é necessário (primeiramente) *saber o princípio epistêmico* para saber *P*. Mais especificamente, *não* é necessário (primeiramente) estar *justificado em crer no princípio epistêmico* para estar justificado em crer em *P*. Se a crença em *P* é baseada em *E*, e *E* é um critério (ou evidência) adequado da verdade de *P*, então a crença *está justificada (prima facie e, assumindo que não há contraevidência no sistema de S, também ultima facie)*. Deste modo, basta que a crença de S “caia sob” o princípio, e não que o princípio seja “aplicado” por S – para usar as expressões de Van Cleve (op. cit., p. 247). Exigir que se *saiba o princípio epistêmico* para saber *P*, diria Alston num conhecido artigo, é incorrer numa “confusão de níveis” – uma exigência de “ordem mais elevada” é tomada incorretamente como sendo de ordem mais baixa -, e é isso o que acontece com o problema do critério, segundo ele (1980, p. 147-8). Klein, que por causa de seu “infinetismo” tem abraçado o pirronismo (cf. 1999, 2003), neste ponto, entretanto, está comprometido com a resposta ‘padrão’ acima.¹⁰⁴

Ora, se se aceita esta resposta ‘padrão’, o conhecimento de *primeira ordem* parece ‘salvo’ do Problema do Critério. Como não queremos desafiar o conhecimento de primeira ordem neste ensaio, podemos concordar (pelo menos, temporariamente) com esta resposta, ainda que sob os protestos de Bonjour (2002) e Fumerton (1995, 2004), para quem tal solução não faz jus *integralmente* ao Internalismo, i.e., à perspectiva de *primeira pessoa* na justificação. De qualquer modo, se esta é a saída, como ficam as coisas agora?

¹⁰³ Cling (1997) faz questão de ressaltar que não devemos confundir um *critério de verdade* com um *princípio epistêmico*. Um princípio ou regra epistêmica, lembra Cling, é da forma “*E* torna a crença em *P* justificada”, e, por isso, ele não concordaria em chamar “*E* é critério de verdade de *P*” ou “*E* torna provável *P*” de “princípio epistêmico”. Entretanto, como observa Fumerton, esses podem ser modos “alternativos” de falar da mesma coisa (2004, p. 151-2, 157), e, de fato, Fumerton considera “*E* torna provável *P*” um “princípio epistêmico” (v. tb. Idem, 1995, cap. 7). Afinal, por que *E* torna a crença em *P* justificada? Não é porque *E* torna provável (epistemicamente) a verdade de *P*? ou, ainda, porque *E* é um critério adequado de verdade de *P*? A menos que se esteja trabalhando com uma noção de justificação *não conducente à verdade*, não há por que separar estas várias formas em categorias distintas.

¹⁰⁴ Diz Klein: “A visão ‘magra’ [*thin*] (a que eu penso é correta) sustenta que *S* tem uma justificação para *p* baseada em *r* acarreta [*entails*] que (a) *S* crê em *r* e (b) *r* é uma razão para *p*. Ela não requer que, em adição, ou (1) *S* crê que *r* é uma razão para *p* ou (2) *S* está justificado em crer que *r* é uma razão para *p*” (1999, p. 322, nota 41).

4.1.2. O argumento do histórico, “bootstrapping” e a circularidade epistêmica

Recapitulemos o que queremos. Queremos entender como S pode estar *justificado* em crer

- (2) “*P* é verdadeira & eu creio em *P* & eu tenho um critério (ou evidência) adequado da verdade de *P*”,

para poder usar (2) como premissa para (C) “Eu sei *P*”. Assumimos que por introspecção S pode saber (e, portanto, estar justificado em crer) “eu creio em *P*” sem problemas. Deparamo-nos, em seguida, com o Problema do Critério quando inquirimos sobre a justificação dos outros dois membros da conjunção em (2). A solução (temporária) foi aceitar que a justificação para crer “*P* é verdadeira” ocorre sem a necessidade da justificação de “eu tenho um critério (ou evidência) adequado da verdade de *P*”, o que salvaria o conhecimento de primeira ordem do dilema cético. De qualquer modo, estávamos comprometidos com *alguma* solução ao dilema, dado que pressupomos, desde o início deste ensaio, que S *pode* e de fato *tem* conhecimento de *primeira* ordem através de sua evidência *E*. Mas e quanto a “eu tenho um critério (ou evidência) adequado da verdade de *P*”? Como ocorre sua justificação?

É aqui que entra uma estratégia interessante, ainda que controversa, como veremos. Chisholm já havia sugerido a estratégia quando tratou da solução do Problema do Critério. Dizia ele:

Nós temos então um tipo de resposta ao problema sobre o *diallelus*. Nós começamos com casos particulares de conhecimento e então *deles nós generalizamos e formulamos critérios* de excelência [*goodness*] – critérios nos dizendo o que é para uma crença ser epistemologicamente respeitável. (1982, p. 70; itálicos nossos).

Esta sugestão poderia ser interpretada assim:¹⁰⁵ se *P*₁, *P*₂, *P*₃, etc. forem proposições do “tipo *P*”, ou seja, proposições contingentes sobre o mundo físico, por

¹⁰⁵ Não queremos dizer com isto que o que se segue é o que o próprio Chisholm defende. De fato, segundo Van Cleve (op. cit., p. 253-4, 60, nota 73), duas posições distintas podem ser encontradas em Chisholm sobre como princípios epistêmicos podem ser *justificados*, tornando o pensamento chisholmiano um tanto *ambíguo*. Uma delas, encontrada em Chisholm (1957, cap. 7), afirma que os princípios epistêmicos são *imediatamente justificados*, sendo verdades *necessárias sintéticas a priori*. Discutiremos esta posição mais adiante quando abordarmos a posição de Fumerton (1995, 2004). A outra posição é encontrada em Chisholm (1966), onde é chamada de “cognitivism crítico”. Segundo Van Cleve (op. cit., p. 252-4), esta posição sustenta que a justificação dos *princípios epistêmicos* vem *depois* (por *inferência* à melhor explicação) da justificação das *proposições epistêmicas* (no nosso caso, “Eu

exemplo, e *E* for, genericamente, a experiência sensorial, o sujeito *S* poderia formar o seguinte argumento de “generalização”:

(3.1) “ P_1 é verdadeira & minha crença em P_1 é baseada em *E*”,

(3.2) “ P_2 é verdadeira & minha crença em P_2 é baseada em *E*”,

(3.3) “ P_3 é verdadeira & minha crença em P_3 é baseada em *E*”,

Etc.

(Portanto)

(4) “*E* é um critério (ou evidência, ou indicador) *adequado*¹⁰⁶ da verdade de proposições do tipo *P*, ou seja, proposições sobre o mundo físico”.

Com (4), *S* poderia sem problemas inferir o terceiro membro da conjunção em (2) sempre que notasse a presença de *E*, ou seja:

(5) “Eu tenho um critério (ou evidência, ou indicador) adequado da verdade de *P*”.

Deste modo, se *S* está *justificado* em crer nas premissas (3.) – e, até agora, não há motivos para impedir que possa estar -, parece que também está *justificado* em crer em (4) e, por conseguinte, em (5), que era o que se buscava.

Um argumento como o do tipo acima, isto é, o que vai das premissas (3.) para a conclusão (4), é chamado por Alston (1993, p. 12-15; 2005, p. 201-2) de “*track-record argument*”, ou seja, o “argumento do histórico”, sendo assim denominado frequentemente (cf. BERGMANN, 2006b, p. 201; COHEN, 2002, p. 317). É ele *realmente* um bom argumento? É aí que começa a disputa.

estou justificado em crer que *P*”), onde a justificação desta última é *imediate*. O que podemos dizer sobre isto? Em primeiro lugar, se a justificação de um *princípio epistêmico* vem *após* a justificação de uma *proposição epistêmica*, então a justificação do princípio se torna *desnecessária* para nossos propósitos, pois o que queríamos era justamente a justificação da *proposição epistêmica*. Em segundo lugar, já notamos no capítulo anterior que a explicação de Chisholm para a (meta)justificação imediata ou “automática” de *proposições epistêmicas* (i.e., “Eu estou justificado em crer que *P*”) é deficiente, não podendo nós aceitá-la.

¹⁰⁶ Com um argumento desses, “adequado” agrega também a noção – cara aos externalistas! - de “confiável” (*reliable*), ou seja, “que leva à verdade na maioria das vezes” (neste caso, em 100% dos casos!, como observa Alston (2005, p. 204)). Não estamos abandonando o Internalismo por causa disto. Vale notar que o que é confiável é a *evidência* de *S*. Além disto, não precisamos pensar que a confiabilidade da evidência é o que *constitui* sua *adequação* ou *conducência* à verdade; sua confiabilidade pode ser uma de suas *marcas*; de fato, uma grande *marca* da *conducência à verdade*! Assim, uma evidência *confiável* implica uma evidência *adequada*, ainda que o reverso não seja o caso.

O próprio Alston já havia notado em (1986), reiterando depois (1993, p. 12-22; 2005, p. 201-7), que argumentos como o do tipo acima são “epistemicamente circulares”. O que é um argumento “*epistemicamente* circular”? Ele é distinto de um argumento *logicamente* circular, que *inclui*, entre as suas premissas, a própria *conclusão* que se pretendia provar (ou uma sentença logicamente equivalente a ela). Um argumento *epistemicamente* circular não inclui a conclusão entre as premissas, mas *assume* ou *pressupõe* a própria conclusão ao *formar e sustentar* as premissas do argumento. Eis a famosa explicação de Alston (a passagem fala da “confiabilidade da percepção sensorial” [*reliability of sense perception*], ao invés da “adequação da experiência sensorial”, mas podemos aplicar perfeitamente para o nosso caso acima):

Este é um bom lugar para dar uma olhada mais atenta para o tipo de circularidade que está envolvida no argumento do histórico [*track record argument*]. Ela não é o tipo mais direto de circularidade lógica. Nós não estamos usando a proposição que a percepção sensorial é confiável como uma de nossas premissas. No entanto, nós estamos assumindo a confiabilidade da percepção sensorial ao usá-la, ou alguma(s) fonte(s) dependente(s) dela, para gerar nossas premissas. Se alguém desafiasse nossas premissas e continuasse o desafio o suficiente, nós seríamos finalmente levados a apelar para a confiabilidade da percepção sensorial ao defender nosso direito [*right*] àquelas premissas. E se eu fosse perguntar a mim mesmo por que eu deveria aceitar as premissas, se eu levasse a reflexão longe o suficiente, eu teria de fazer a afirmação de que a percepção sensorial é confiável. [...] Já que este tipo de circularidade envolve um compromisso com a conclusão como uma pressuposição de nos supormos *justificados* em sustentar as premissas [*a commitment to the conclusion as a presupposition of our supposing ourselves to be justified in holding the premises*], nós podemos chamá-la ‘circularidade epistêmica’. (1993, p. 15; itálico do autor).

No caso do nosso argumento acima, a circularidade apontada por Alston é óbvia. Ao gerar as premissas (3.), ou, mais especificamente, o primeiro membro da conjunção de cada premissa - “ P_1 é verdadeira”, “ P_2 é verdadeira”, “ P_3 é verdadeira”, etc. -, S está usando a própria evidência *E* (no caso, a experiência sensorial). Mas ao *usar E*, a experiência sensorial, para gerar e sustentar aquelas premissas, S está *pressupondo* que *E* é critério ou evidência *adequada* para a verdade das proposições “tipo *P*”, que é a própria *conclusão* do argumento! Ele está assumindo a conclusão ao gerar e sustentar as premissas!¹⁰⁷

¹⁰⁷ O próprio Chisholm, que propôs a solução particularista ao Problema do Critério e a “generalização” como um meio de conhecer os “critérios”, reconhece: “O que poucos filósofos têm tido a coragem de

Cohen (2002, 2005), seguindo sugestão de Vogel (2000, p. 614), chama o tipo de argumento acima de “*bootstrapping*”,¹⁰⁸ embora Vogel tivesse pensado que apenas a justificção *externalista* instanciasse casos de *bootstrapping*. Cohen – mas antes dele Bergmann (2000) -, mostra, de modo dramático, como os “evidencialistas” que esposam a solução particularista ‘padrão’ vista anteriormente, *também* incorrem em *bootstrapping*. O argumento que temos acima é um bom exemplo, mas vale a pena *parafrasear* o exemplo de Cohen (2002, p. 317-8), que torna a circularidade epistêmica mais chocante. Imagine alguém que, sem saber previamente que a experiência sensorial é um critério adequado para as verdades do mundo físico, raciocine assim:

(6.1) “Tenho uma experiência de mesa vermelha e... há uma mesa vermelha!”

(6.2) “Tenho uma experiência de mesa marrom e... há uma mesa marrom!”

(6.3) “Tenho uma experiência de planta verde e... há uma planta verde!”

Etc.

(Portanto)

(7) “A experiência sensorial (neste caso, visual) é um critério *adequado* da verdade das proposições sobre o mundo físico!”

Como o próprio Cohen nota várias vezes, concordando com Vogel, um argumento assim é *intuitivamente inaceitável* (ibid., p. 311, 17, 18, 19, 21), ainda que Cohen não esteja bem certo das razões que o tornam falacioso (ibid., p. 318-9). O que é certo, reclama Cohen, é que um argumento desses produz conhecimento “muito facilmente; de fato, facilmente demais, de uma perspectiva intuitiva” (ibid., p. 311). Por isso o nome “*easy knowledge*”, dado por Cohen.

A reclamação de Fumerton, por sua vez, vai direto no ponto da circularidade epistêmica. Embora dirigida contra o “externalismo”, e falar de “confiabilidade” (*reliability*) ao invés de “adequação” do critério, sua crítica se ajusta plenamente à versão *evidencialista* do argumento do histórico:

Tudo isto, naturalmente, vai deixar o cético louco. Você não pode *usar* a percepção para justificar a confiabilidade da percepção! Você não pode *usar* a memória para justificar a confiabilidade da memória!

reconhecer é isto: nós podemos lidar com o problema [do critério] somente pressupondo o que está sendo questionado [*begging the question*]. Parece-me que, se nós realmente reconhecemos este fato, como nós deveríamos, então é impróprio [*unseemly*] para nós tentar fingir que não é assim”. (1982, p. 75).

¹⁰⁸ Achamos melhor deixar este nome no original inglês, sem tradução.

Você não pode *usar* a indução para justificar a confiabilidade da indução! Tais tentativas de responder às preocupações do cético envolvem uma descarada [*blatant*], de fato patética, circularidade. Francamente, isto realmente parece certo [*right*] para *mim* e eu espero que pareça certo para *você* [...]. (1995, p. 177; itálicos do autor).

É curioso observar que o próprio Alston, que diagnosticou a circularidade epistêmica em argumentos como o do “histórico” e é um *externalista* em justificação, tem uma posição *dúbia* em relação à *legitimidade* da circularidade epistêmica. A rigor, Alston aceita a solução particularista ‘padrão’ ao problema do critério, sustentando que S pode estar justificado em crer em *P*, com base em *E*, *sem* precisar anteriormente estar justificado em crer que *E* é evidência ou critério adequado da verdade de *P* (1993, p. 16; 2005, p. 202-3). Isto o leva a *aceitar*, a princípio, um argumento epistemicamente circular, como o apresentado acima. Diz ele em obra recente: “Surpreendentemente, como eu argumento em Alston (1986), a circularidade epistêmica não nos impede de usar um argumento para estabelecer sua conclusão” (ALSTON, 2005, p. 202). Mas em seguida, ele reconhece a “insatisfação” que a circularidade epistêmica gera para o *próprio sujeito que investiga*, por exemplo, a “confiabilidade da percepção” (CP) ou – acrescentaríamos nós, para uma versão “evidencialista” – que investiga a *adequação da experiência sensorial* (como critério de verdade sobre o mundo físico). Diz ele, nesta elucidativa passagem:

Mas mesmo assim, um argumento epistemicamente circular para CP¹⁰⁹ não satisfaz as aspirações usuais daqueles que buscam determinar se as crenças perceptuais normais são geralmente formadas de modo confiável. O que eu recém indiquei é que *contanto que [so long as] CP seja verdadeira*, um argumento para ela [i.e, CP] que é epistemicamente circular, em virtude de assumir CP na prática, pode ainda ser usado para mostrar que CP é verdadeira. [...] Mas isto não vai ajudar alguém que está incerto sobre a matéria e quer descobrir *se [whether] CP é verdadeira*. Assegurando esta pessoa que *se [if] CP é verdadeira*, então um argumento epistemicamente circular pode mostrar que ela [CP] é verdadeira, não resolverá a questão. Era precisamente aquela condição sobre a qual a pessoa estava incerta. (ibid., p. 203; itálicos do autor).

A mesma observação poderia ser feita para o nosso sujeito S que investiga, por meio do argumento do histórico, se *E* é um critério adequado da verdade de *P*. Dizer que, *se E é um critério adequado para P*, então S *pode usar E* para construir um

¹⁰⁹ No original, Alston usa “RP”, para abreviar “*reliability of perception*”.

argumento em favor da própria adequação de *E* deixa *S* no seguinte dilema, na perspectiva da primeira pessoa: “Se *E* for um critério adequado da verdade de *P*, então eu posso usar *E* para saber isto, ou seja, que *E* é um critério adequado da verdade de *P*. Mas como posso saber o antecedente deste condicional, se é justamente isto que está em questão?!”.

Bergmann (2004; 2006a; 2006b, p. 179-211) procura resolver o impasse em torno da legitimidade da circularidade epistêmica fazendo uma distinção entre “contextos” (ou “situações”) que tornam a circularidade epistêmica “maligna” e contextos que a tornam “benigna”. Basicamente, sua solução é que nos contextos em que *há ou deveria haver*¹¹⁰ dúvida ou questionamento sobre a confiabilidade de *E* (ou sua adequação como critério - poderíamos acrescentar), *não* se pode usar a circularidade epistêmica para vir a crer que *E* é confiável (ou adequada). Seria bastante insensato, reconhece Bergmann, numa situação em que se questiona a confiabilidade de uma testemunha, por exemplo, vir a crer em sua confiabilidade baseado no testemunho dela mesma de que ela é confiável! (2004, p. 709; 2006b, p. 179-80). Mas há contextos ou situações em que *não* se *questiona*, e nem haveria razões para se “dever questionar”, a confiabilidade ou adequação de *E*. Nestes casos, defende Bergmann, a circularidade epistêmica é “benigna” e legítima. Uma resposta semelhante é dada por Markie (2005), em réplica a Cohen (2002).

Independentemente dos outros argumentos de Bergmann para defender a possibilidade de *alguma forma* de circularidade epistêmica “benigna”¹¹¹, o fato é que o próprio Bergmann reconhece a precariedade de um *argumento* que incorra em circularidade epistêmica, especialmente o argumento do histórico (2006b, p. 201). (Bergmann de fato defende, como mais plausível e “realista”, uma circularidade epistêmica *não-inferencial*, utilizando-se da noção de “senso comum” de Thomas Reid (ibid., p. 206-11)).¹¹² Os *argumentos* – explica Bergmann – são geralmente avaliados

¹¹⁰ O “ou deveria haver” foi acrescentado em (2006a) e (2006b), não constando em (2004).

¹¹¹ A defesa de Bergmann da possibilidade da circularidade epistêmica (benigna) envolve ainda pelo menos dois argumentos, que não necessitamos discutir aqui. Um deles é que qualquer proponente do *fundacionismo* está comprometido com *alguma* forma de circularidade epistêmica. O segundo, relacionado com este, é que todas as alternativas à conjunção *fundacionismo & circularidade epistêmica* acabam sendo implausíveis. Segue-se daí, argumenta Bergmann, que nem toda forma de circularidade epistêmica pode ser maligna (2004; 2006b, p. 184-196).

¹¹² Para isto, Bergmann terá de *redefinir* a caracterização de Alston (1986, 1993, 2005) de circularidade epistêmica, para abarcar casos onde *não* há *argumento*. De fato, ele vai falar de *crenças* epistemicamente circulares, ou “*EC-beliefs*” (cf. 2006b, p. 180-1). A definição de Bergmann em (2006a, p. 198) de *EC-belief* é simples: “Quando alguém depende de uma fonte de crença [*belief source*] para sustentar uma

num possível contexto de *questionamento da conclusão*, onde um argumento epistemicamente circular parece “patético”:

[U]m argumento é tipicamente avaliado em termos de quão efetivo ele seria em convencer alguém que inicialmente questiona ou duvida de sua conclusão. Um argumento do histórico [*track record*] epistemicamente circular falha abismalmente por este padrão. Ele não é de nenhuma utilidade para alguém que começa com sérios questionamentos ou dúvidas sobre sua conclusão. Por esta razão, argumentos epistemicamente circulares (incluindo argumentos do histórico epistemicamente circulares) parecem ser argumentos patéticos. E é difícil imaginar um contexto em que seria uma boa coisa depender de um argumento patético. (ibid., p. 201).

Para bem da verdade, entretanto, Bergmann ainda acha teoricamente possível um contexto em que um *argumento* epistemicamente circular, como o do histórico, não seja “maligno” ou “patético”. Deve-se distinguir, defende Bergmann, aqueles casos “em que um argumento é pensado como um instrumento para persuadir as pessoas que questionam sua conclusão”, por um lado, “daqueles em que alguém simplesmente nota casualmente [*just happens to notice*] o que suas crenças justificadas acarretam e, como resultado, infere uma conclusão sobre aquilo a respeito do qual ela nunca tinha tido qualquer questão ou dúvidas” (ibid., p. 202). E ele completa: “Um argumento poderia ser inútil em casos do primeiro tipo [...], enquanto ao mesmo tempo ser completamente efetivo em produzir crenças justificadas em casos do segundo tipo” (ibid.).

É difícil, entretanto, aceitar esta sugestão de Bergmann quando pensamos nos casos de *bootstrapping* fornecidos por Cohen (2002, 2005). Como mostra nossa *paráfrase* de Cohen, acima – vale a pena dar uma nova olhada nela! -, um argumento assim ainda é intuitivamente “patético”, ainda que – para repetir as palavras de Bergmann – “alguém simplesmente not[e] casualmente o que suas crenças justificadas acarretam e, como resultado, inf[ira] uma conclusão sobre aquilo a respeito do qual ela nunca tinha tido qualquer questão ou dúvidas”. O argumento continua “patético”.

Ao que parece, este não deve ser o modo de obter justificação para “*E* é um critério (ou evidência) adequado de verdade de *P*”. Outro caminho distinto deve ser tentado.

crença de que aquela mesma fonte de crença é confiável [*trustworthy*], então aquela crença é uma crença epistemicamente circular (*EC-belief*)”.

4.1.3. Princípios Epistêmicos sintéticos a priori e Derrotadores

Fumerton (1995, 2004) diria que o problema está lá atrás, e é *duplo*. Primeiro, não se pode pensar que a justificação da crença em um *princípio epistêmico* como “*E* é um critério adequado da verdade de *P*” ou, como ele prefere, “*E* torna provável (epistemicamente) *P*” seja adquirida *posteriormente* à justificação da crença em *P*, com base em *E*. Ou seja: a solução ‘padrão’ para o Problema do Critério está equivocada. Para estar justificado em crer em *P*, com base em *E* (onde *E*, para Fumerton, não é a *experiência* sensorial, mas uma *proposição* (crida) *sobre* a experiência sensorial (1995, p. 185-7)), *S* já deve estar *justificado* em crer que *E* torna provável *P* (ibid., p. 85-89; 2004, p. 151-5). Esta exigência é a cláusula-chave do princípio do “Internalismo Inferencial”.

Em segundo lugar, defende Fumerton, não se pode pensar que um princípio epistêmico como “*E* torna provável *P*” - onde *E* é uma proposição sobre a experiência sensorial e *P* uma proposição sobre o mundo exterior ou físico - seja uma verdade *contingente* que precise de um “argumento do histórico”, para ser crido justificadamente. Isto seria entender o princípio epistêmico em termos de *frequência* (ou propensão), o que, com o princípio do Internalismo Inferencial, levaria fatalmente a um regresso vicioso (1995, p. 190-3; 2004, p. 157-9, 161-2) ou, como diríamos nós, a uma *circularidade* viciosa. Com efeito, as verdades probabilísticas em termos de *frequência*, como observa Fumerton, são “verdades contingentes bastante complexas” que dificilmente seriam conhecidas de modo *direto, não-inferencial*. Elas devem ser conhecidas *inferencialmente* a partir de evidência empírica (1995, p. 193).¹¹³ Mas se este é o caso, teríamos o dilema de precisar conhecer o princípio epistêmico para ter conhecimento empírico e, ao mesmo tempo, precisar do conhecimento empírico para conhecer o princípio epistêmico! O Problema do Critério reapareceria.

Fumerton propõe, de fato, baseado em Keynes (1921), uma relação de probabilidade epistêmica que é semelhante à relação de *acarretamento* (*entailment*) ou *implicação lógica* entre duas proposições (1995, p. 197-203; 2004, p. 159). Ela é uma “relação interna” entre duas proposições, de tal modo que é *necessária, sintética e a priori*. Não precisamos entrar nos pormenores da explicação de Fumerton desta “relação

¹¹³ Por isso, a proposta de Bergmann (2004; 2006a; 2006b, p. 206-11), baseada em Thomas Reid, de que a faculdade do “senso comum” nos dá *justificação imediata* ou *não-inferencial* da *confiabilidade* (*reliability* ou *trustworthiness*) das nossas faculdades ou crenças, se entendida em termos de *frequência* (ou propensão), é bastante surpreendente. Não teremos espaço para tratar desta proposta aqui, entretanto.

interna”. Basta salientar duas coisas importantes. Primeiro, esta relação de probabilidade entre *E* e *P* pode ser conhecida de modo *imediato, não-inferencial, por contato direto (acquaintance)* com o fato da relação (FUMERTON, 1995, p. 198-9). Segundo - e mais importante, para o que se seguirá -, “do fato de que *E* torna provável *P* nada se segue sobre a frequência efetiva [*actual*] com que proposições do tipo-*P* são verdadeiras quando proposições do tipo-*E* são verdadeiras” (ibid., p. 202). Isto, por sua vez, tem a seguinte implicação para a justificação inferencial:

Não somente é verdadeiro (como deve ser) que uma dada crença inferencialmente justificada possa ser falsa (quando a inferência é não-dedutiva), é também verdadeiro que *todas* as crenças inferencialmente justificadas possam ser falsas (quando as inferências são não-dedutivas). (ibid., p.202-3; *italico do autor*).

Este último ponto é caro para Fumerton porque ele quer dar conta do fato de que, no mundo do Gênio Maligno, onde *S* é sistematicamente enganado, *S* ainda assim parece *justificado* em crer em *P* com base em *E*. A “relação interna” entre as duas proposições – que independe da “frequência efetiva” da verdade - explicaria a justificação de *S*, segundo Fumerton (2004, p. 161).

Críticos externalistas, naturalmente, acham bastante insatisfatória esta noção de probabilidade epistêmica, em especial a consequência de que “não há razão alguma para supor que crenças adquiridas por um tal raciocínio probabilístico sejam provavelmente verdadeiras em geral [*are likely to be mostly true*]” (ALSTON, 2005, p. 108). Afinal, lembra Alston (ibid.), o que se almeja epistemologicamente com a noção de *justificação* (e com qualquer noção que pretenda analisá-la) é justamente a *conducência à verdade*, algo que parece negado com esta consequência. De qualquer modo, entretanto, vamos *aceitar* aqui esta noção de Fumerton. Sua ‘fraqueza’, de fato, é vista pelo seu autor e outros internalistas como sua própria *virtude*: ela ‘salva’ a intuição internalista de que, no mundo do Gênio Maligno, *S está justificado* quando crê em proposições do tipo-*P* com base em proposições do tipo-*E*.

É *importante*, no entanto, ressaltar agora o seguinte – e é isto que Fumerton está dizendo: com a presente noção de probabilidade epistêmica, “*E* torna provável (epistemicamente) *P*” ou, como preferimos, “*E* é um critério (ou evidência) adequado da verdade de *P*” não implica necessariamente a *confiabilidade* do critério ou evidência *E*. Ou seja, um critério *adequado* pode ser *não-confiável*, no sentido de que é possível,

para ele, *não levar à verdade na maior parte das vezes* (ou em todas), ou *errar na maior parte das vezes* (ou em todas). Portanto, não nos deixemos confundir pelos termos: um critério “adequado” significa, agora, um critério que “torna provável epistemicamente”, no sentido de Fumerton, nada dizendo sobre sua *confiabilidade objetiva*.

Ora, qual a consequência disto tudo para o sujeito S que precisa estar justificado em crer em:

- (2) “*P* é verdadeira & eu creio em *P* & eu tenho um critério (ou evidência) adequado da verdade de *P*”,

para poder usar (2) como premissa para (C) “Eu sei *P*”?

Em primeiro lugar, talvez haja agora a desconfiança de que não seja mais preciso um tal argumento. Afinal, por que não pensar que haja uma “relação interna” - necessária, sintética e *a priori* - entre *E* e “Eu sei que *P*”, de tal modo que “*E* torna provável ‘Eu sei que *P*’” seja conhecida por *contato direto (acquaintance)*? Ou quem sabe haja uma “relação interna” - necessária, sintética e *a priori* - entre *P* e “Eu sei que *P*”, de tal modo que “*P* torna provável ‘Eu sei que *P*’” seja conhecida por *contato direto (acquaintance)*? Qualquer uma das duas relações dispensaria o argumento acima, que vai de (2) para (C).

Ora, o primeiro caso já foi tratado no capítulo anterior – sob o título de “tese da identidade das evidências de primeira e segunda ordens” - e foi rejeitado. Se já é discutível aceitar uma *relação interna* entre “Tenho uma experiência de uma bola vermelha” e “Há uma bola vermelha” (i.e., entre *E* e *P*), quanto mais aceitar que há uma *relação interna* entre “Tenho uma experiência de uma bola vermelha” e “Eu sei que há uma bola vermelha” (i.e, entre *E* e “Eu sei *P*”). Pareceria bastante *ad hoc* e arbitrário. Remetemos o leitor para a discussão do capítulo anterior. Já o segundo caso, de *P* para “Eu sei que *P*”, será tratado adiante, quando discutirmos os “argumentos mais simples”.

Vejamos, por enquanto, como fica o argumento acima, que vai de (2) para (C). Está S justificado em crer em (2), com a proposta de Fumerton? Parece que agora não há obstáculos para isto. S tem um *contato direto (acquaintance)* com a relação “*E* torna provável *P*”, de tal modo que não é difícil para ele estar justificado em crer em “Eu tenho um critério (ou evidência) adequado da verdade de *P*”, sempre que estiver justificado em crer em *E* (p. ex., “Eu tenho uma experiência de bola vermelha”), que também é por *contato direto (acquaintance)*, segundo Fumerton (1995, p. 73-79 e 199).

Com isto, parece aberto o caminho para que S esteja também justificado em crer em “*P* é verdadeira”, com base em *E* (o que de fato condiz com nosso pressuposto que S tem conhecimento de *primeira ordem* e está, portanto, justificado em crer em *P* com base em *E*). E a justificação de “Eu creio em *P*” não é problemática, como admitimos anteriormente. Sendo assim, parece que S está finalmente *justificado* em crer em (2). Não pode S, pois, agora usar o argumento abaixo para estar justificado em crer que *sabe P*?

(2) “*P* é verdadeira & eu creio em *P* & eu tenho um critério (ou evidência) adequado da verdade de *P*”,

(Portanto)

(C) “Eu sei *P*”.

Sim, se o argumento for um *bom argumento*. Mas é ele um *bom argumento agora*? “Por que não seria?” – poderia indagar o proponente do (AAE) *facilitado-defectivo*. “Não havíamos assumido anteriormente que este *era* um *bom argumento*, mesmo que não incluindo uma cláusula anti-Gettier?”.

Sim, mas parece que agora nós temos uma situação *peculiar* que nos chama a atenção para a *necessidade* de uma condição anti-Gettier no argumento. Como um critério *adequado* não significa (necessariamente) um critério *confiável* (i.e., que leva na maior parte das vezes à verdade), *poderia* ser o caso que S estivesse num mundo onde seu critério *adequado* - no caso, a experiência sensorial – levasse *sistematicamente*, ou na *grande maioria das vezes*, ao *erro*, com exceção de uns poucos casos onde, por puro acidente, *P* é verdadeira.¹¹⁴ Por causa de *possibilidades* como esta, o argumento acima, que tem como premissa a satisfação das condições do conhecimento, não é realmente um *bom argumento* para a conclusão “Eu sei *P*”. É só pensar que, num mundo assim, as condições em (2) poderiam ser *todas* satisfeitas – i.e., *P* é verdadeira, S crê em *P*, S tem um critério adequado da verdade de *P* -, mas S estaria *longe* de *saber P*. Falta mais uma condição em (2). Esta condição ou premissa adicional deve ser uma condição anti-Gettier.

¹¹⁴ Poderíamos pensar, por exemplo, num mundo em que existem de fato objetos físicos, mas eles *não* correspondem aos que são dados na experiência sensorial. De vez em quando, porém, haveria uma *coincidência* entre a experiência e o objeto físico. Claramente, neste caso, S *não* teria *conhecimento*, ainda que: *P* é verdadeira, S crê em *P* e S tem uma evidência adequada da verdade de *P* (segundo os cânones de Fumerton). Outros casos também poderiam ser pensados.

Agora, porém, nosso crítico certamente se levanta para objetar:

OBJETOR: “Mas você *pressupôs*, deste o início deste ensaio, que *S tem conhecimento de primeira ordem* de *P*, e, portanto, *S não* está gettierizado! Isto implica que esse *possível* derrotador – ‘A evidência adequada *E não é confiável*’ - é *falso* (*S não está* neste hipotético mundo!), não sendo de fato um derrotador genuíno! E o mesmo aconteceria com outros *possíveis* derrotadores: eles seriam todos *falsos* ou *enganadores* (*misleading*)!”.

R. Isto está certo. Dado que pressupomos o *conhecimento de primeira ordem*, é *falso* que *S* esteja gettierizado (e, portanto, é *falso* que a evidência adequada *E não é confiável*, assumindo que este seja um possível derrotador). Mas é justamente esta premissa ou condição que falta no argumento para que ele seja um *bom* argumento para “Eu sei *P*”, a saber, “É *falso* que haja um derrotador genuíno” (ou algum equivalente *facilitado*). *S* precisa *crer justificadamente* nesta premissa, se quer usar um argumento que parte da *satisfação das condições do conhecimento*. A *possibilidade* do derrotador (ainda que não ‘atualizado’) no caso hipotético acima serviu para mostrar, de modo dramático, a precariedade do argumento de *S*. De fato, o argumento era “defectivo”.

OBJETOR: “Mas espere um pouco. Você não está dizendo que *S* deve *crer justificadamente* em ‘É *falso* que haja um derrotador genuíno’ para estar *justificado* em crer em *P* e, eventualmente, *saber P*, está? Isto seria errado! A *justificação* para crer em *P* é *independente* desta condição! E para *saber P* – assumindo as outras condições do conhecimento - *basta* a *satisfação* desta condição, independentemente de *S* ter ou não *justificação* para crer nela e independentemente de *S* *crer* nela!”

R. Isto também está certo. *Não* dizemos que *S* necessita *crer justificadamente* em “É falso que haja um derrotador genuíno” para estar justificado em crer em *P* e, eventualmente, *saber P*. *Dizemos* que *S* necessita *crer justificadamente* nesta condição para estar *justificado* em crer “Eu sei *P*” e, eventualmente, *saber que sabe P!* – se ele quiser usar um argumento que parte da *satisfação das condições do conhecimento*.

OBJETOR: “Será que você não estaria exigindo com isto que o argumento de *S* para estar justificado em crer ‘Eu sei *P*’ seja *dedutivo*? Não poderíamos pensar que o argumento de *S*, do modo em que está até então, seja um *bom* argumento *indutivo*, e

inclusive pensar numa ‘relação interna’ – necessária, sintética e *a priori* – entre (o atual) (2) e (C), do mesmo modo que você admitiu existir entre *E* e *P*?”.

R. Não estamos exigindo que *S* use um argumento *dedutivo* para estar justificado em crer em “Eu sei *P*”, como se argumentos *indutivos* não fossem bons em princípio. Estamos dizendo que, para usar um *argumento de avaliação epistemológica* (AAE) – i.e., baseado na satisfação das condições do conhecimento -, *todas* as condições do conhecimento devem estar presentes, inclusive a condição anti-Gettier, que se pensava “dispensável”. Se isto faz dele um argumento *dedutivo*, tanto melhor ou pior para *S*. Quanto à sua sugestão de que exista uma “relação interna” entre (o atual) (2) e (C), de modo que (2) tornasse *provável* epistemicamente (C) – analogamente à relação entre *E* e *P* -, isto parece bastante *ad hoc* e arbitrário. Você diria que esta suposta relação é conhecida de modo *mediato* (por *acquaintance*) do mesmo modo que a relação entre *E* e *P*?

OBJETOR: “Mas eu insisto no ponto inicial: se você *pressupõe* o conhecimento de *primeira* ordem, é *falso* que haja qualquer derrotador genuíno. Portanto, esta condição *não precisa* aparecer nas premissas. O argumento é *bom* sem ela!”.

R. Isto seria a mesma coisa que argumentar assim: ‘Dado que nós *pressupomos* o conhecimento de primeira ordem de *P*, é *falso* que *P* seja falsa; portanto, *não precisa* aparecer no argumento de *S* (para “Eu sei que *P*”) uma premissa dizendo que *P* é verdadeira (= É falso que *P* é falsa).’ Ou ainda: ‘Dado que nós *pressupomos* o conhecimento de primeira ordem, é *falso* que *S* não tem uma evidência adequada para *P*; portanto, *não precisa* aparecer no argumento uma premissa dizendo que *S* tem uma evidência adequada para *P* (=É falso que *S* não tem uma evidência adequada para *P*).’ E ainda: ‘Dado que nós *pressupomos* o conhecimento de primeira ordem, é *falso* que *S* não crê em *P*; portanto, *não precisa* constar no argumento uma premissa dizendo que *S* crê em *P*!’. Isto parece certo?

OBJETOR: “Pois bem. E se *S* tiver que *crer justificadamente* que não há derrotadores genuínos para sua justificação (ou que ele não está gettierizado), há algum problema nisto? Tanto Klein (1981) quanto Feldman (1981) não viram problema algum aí!”.

R. Temos de admitir que você tem uma dupla¹¹⁵ de peso que pensa que não há problema algum nisto. Este fato, entretanto, não impediu que outros, como Adler (1983), Conn (2001), Engel Jr. (2000) e Odegard (1987), por exemplo, vissem problema aí. Vamos, pois, considerar as razões daqueles dois primeiros autores acima, para ver a defesa que fazem no sentido de que S *pode* estar *justificado* em crer que não há derrotadores genuínos para sua justificação de primeira ordem. É o que faremos a partir de agora. Desconsideremos, por ora, o fato de que esta condição está numa formulação ‘técnica’ demais para S, e que uma formulação ‘facilitada’ deveria ser encontrada. Veremos isto a seguir.

Começemos com o próprio Klein. Para ele, “*existe* um modo de mostrar que não há derrotadores iniciadores genuínos” (1981, p. 207; itálico do autor). Qual é este modo, então? É simples. Primeiro, S precisa entender o que um derrotador significa. Então,

se depois de uma investigação dos [derrotadores] mais plausíveis (os específicos, como ‘as condições de iluminação em minha sala estão anormais’, e os gerais, como aqueles que motivam o Argumento do Gênio Maligno), [S] não encontra nenhum, então ele terá um boa razão para crer que não há, de fato, nenhum (ibid., p. 208).

A solução¹¹⁶ de Feldman, por outro lado, apela para o *passado*. S deve ter notado que

no passado, muito poucas de suas crenças justificadas foram derrotadamente [*defectively*] justificadas. Isto é, [S] muito raramente se achou como uma vítima de situações de certo modo parecidas com aquelas dos exemplos de Gettier [...]. Ele tem razão para crer, então, que não é uma tal vítima neste caso [da crença em *P*] (1981, p. 273-4).

Adler (1983), Odegard (1987) e Engel Jr. (2000) acham bastante curiosa a relativa *facilidade* – defendida por Klein e Feldman - com que S pode estar justificado em crer que não há derrotadores genuínos para sua justificação (de primeira ordem). A

¹¹⁵ De fato, Lehrer (2000) também poderia ser somado à dupla. Entretanto, como sua teoria da *justificação derrotada* é problemática – para ele, a *gettierização* se dá por *falsidades no sistema de crenças* de S, e não por *verdades fora do sistema* de crenças (ibid., cap. 7) – sua solução para nossa questão presente (ibid., p. 173) também é problemática. Ver cap. 1 e próxima nota.

¹¹⁶ Feldman também apresenta uma outra razão para defender que S pode estar justificado em crer que não há derrotadores para a justificação de *P*, a saber, que S “está justificado em crer que sua crença [em *P*] não depende de nenhuma proposição falsa. Já que, como Gilbert Harman argumentou, é isto que usualmente faz uma justificação defeituosa, [S] está justificado em crer que sua justificação não é defeituosa” (1981, p. 273). Mas como Engel Jr. (2000, p. 109-10) aponta com “surpresa”, foi o próprio Feldman (1974) que havia mostrado que nem todos os casos de *gettierização* se dão por causa de crenças falsas! Alguém pode estar *gettierizado* só com crenças verdadeiras! (Ver cap. 1). A solução de Lehrer (2000, p. 173), semelhante a esta, também é problemática por isso.

perplexidade é tanto maior quanto se percebe que se trata de uma condição completamente *externa* a S (cf. ADLER, op. cit., p. 303; ENGEL JR., op. cit., p. 108). É digno de nota que um derrotador (*defeater*) é uma verdade *fora* do sistema de crenças de S (e Klein ainda diria: uma verdade em que S *não* está *justificado* em crer – como vimos no cap. 1). Ou seja, é uma ‘contraevidência’ que S *não possui*. Se o derrotador estivesse *dentro* de seu sistema de crenças, S *não* estaria *justificado* em crer em P. Sendo assim, *não* é ‘surpreendente’ que S, no tempo *t* em que está *justificado* em crer que P, não ‘veja’ nenhum derrotador! Não se poderia esperar outro resultado! De fato, S nem pode crer *racionalmente*: “Estou justificado, mas minha justificação é derrotada” (!), embora outros possam crer racionalmente isto a respeito dele.

De qualquer modo, tanto a investigação dos (possíveis) derrotadores “mais plausíveis”, advogada por Klein, quanto a invocação das experiências bem sucedidas do “passado”, defendida por Feldman, parecem razoáveis, à primeira vista. O que mais poderia S fazer a respeito? A questão, entretanto, não é se tais procedimentos são ‘razoáveis’, mas se são *suficientes* para S estar *justificado* (no grau requerido para o conhecimento) em crer que *não existem derrotadores* para sua justificação.

Engel Jr. (op. cit.), por exemplo, faz a seguinte crítica à resposta de Feldman. Baseado em Roth (1990), o autor faz uma distinção importante entre casos “visíveis” e “invisíveis” do tipo-Gettier (ENGEL JR., op. cit., p. 111). Os “casos-Gettier visíveis” são aqueles em que a vítima de gettierização descobre, posteriormente, que sua justificação era defeituosa. Os “casos-Gettier invisíveis”, por outro lado, são aqueles casos em que a vítima “nunca” percebe que foi vítima, ou seja, nunca descobre que sua justificação era defeituosa – eles passam *despercebidos*. E casos “invisíveis” ocorrem seguidamente, defende Engel Jr. (ibid.), como neste exemplo: S *crê justificadamente*, ao meio-dia, que a porta de sua casa está trancada naquele momento, pois S lembra ter trancado a porta de manhã cedo e ter verificado duas vezes se ela estava trancada antes de sair. E de fato, a porta está trancada ao meio-dia. Sem S saber ou desconfiar, entretanto, sua esposa, que sempre sai antes dele, voltou em casa logo após a saída de S. Ela simplesmente foi pegar algo que havia esquecido e saiu, trancando a porta. Quando S volta em casa, a porta está trancada, confirmando sua crença do meio-dia. O incidente banal do retorno da esposa passa despercebido, e S acabou sendo uma vítima de um caso-Gettier sem jamais descobrir isto. E Engel Jr. conclui: S pode até ter evidência de que raramente foi vítima de casos-Gettier *visíveis* no passado; mas isto “não o dá

qualquer razão para pensar que casos-Gettier invisíveis são raros, e sem este último tipo de razão, ele não está justificado em crer que não está sendo invisivelmente Gettierizado com respeito a *P*” (ibid., p. 112).

Odegard (op. cit.), por sua vez, chama a atenção para algo ainda mais sério. A inexistência de derrotadores genuínos para a justificação de *P* (que é a condição da “certeza”, segundo Klein) significa que nenhuma contraevidência genuína existe “no universo” contra *P* ou sua justificação, *em qualquer tempo*. Crer, portanto, que não há derrotadores genuínos para a crença justificada em *P* significa fazer uma “predição”: que não há, nem haverá, no universo, qualquer contraevidência genuína contra a crença justificada em *P* (ibid., p. 97-8). Ou seja, ainda que derrotadores sejam *logicamente possíveis*, eles *nunca* ocorrerão. Um outro modo, ainda, de colocar o ponto de Odegard é o seguinte: crer que não há derrotadores genuínos para a crença justificada em *P* é crer que *qualquer contraevidência que surgir no futuro contra P será falsa ou enganosa*. Aliás, este seria um modo *facilitado* de S crer na condição anti-Gettier.

Podemos questionar, agora, se a evidência que S coleta com os procedimentos que Klein e/ou Feldman prescrevem é *suficiente* para dar a S a *justificação* para tal “predição”. A alegação predita não é pequena, como mostrado acima. Pode S, com a constatação de “raros” casos (“visíveis”) de gettierização no passado, e com o não descobrimento de derrotadores “mais plausíveis” no presente, crer *justificadamente* que *qualquer* contraevidência que surgir no futuro contra *P* (e contra as evidências que a suportam) será *falsa* ou *enganosa*?¹¹⁷ A suposta evidência de S parece pequena perto de tão grande predição.

Talvez se deva abandonar de vez a tentativa de chegar ao metaconhecimento através de um *argumento de avaliação epistemológica* (AAE), ainda que *facilitado*. Quem sabe haja algum modo *mais simples* de se conseguir o conhecimento de segunda ordem, um modo, aliás, condizente com pessoas ‘comuns’, ‘leigas’ em Epistemologia.

¹¹⁷ Uma outra questão interessante é a seguinte. Caso S esteja *justificado* em crer nesta predição, isto não o levaria a uma situação de *dogmatismo* (i.e, rejeição de qualquer contraevidência futura), semelhante à descrita por Kripke e registrada em Harman (1973, p. 148-9)? O nosso caso aqui seria de fato pior, pois enquanto o caso registrado em Harman é de conhecimento (de primeira ordem), aqui é de uma crença justificada de *segunda* ordem sobre a inexistência de derrotadores, algo que não é exigido no conhecimento de primeira ordem.

4.2. Argumentos “mais simples”

O que sobra para alguém que quer ter metaconhecimento por meio de um *argumento*, e de um argumento *simples*?

Um argumento óbvio é aquele que vamos chamar de “o Argumento Ingênuo do Metaconhecimento” (AIM). Ele consiste no seguinte raciocínio indutivo:

(8.1) “No tempo t-3, na circunstância C, eu sei (ou sabia) que P”;

(8.2) “No tempo t-2, na circunstância C, eu sei que P”;

(8.3) “No tempo t-1, na circunstância C, eu sei que P”;

(Portanto)

(9) “No tempo atual t, na circunstância C, eu sei que P”.

O argumento é simples e tentador (pelo menos, para os “ingênuos”). Entretanto, ele é visivelmente problemático. Com efeito, como se dá o conhecimento ou justificação das premissas?¹¹⁸ O conhecimento (ou justificação) das premissas, claramente, *já é metaconhecimento* (ou *metajustificação*), pois aquelas incluem em seu conteúdo, como o faz a conclusão, “eu sei que P”. (E continuaria, obviamente, sendo metaconhecimento, se as premissas fossem formuladas no passado: “eu sabia que P”). *Como* esse metaconhecimento (ou metajustificação) das premissas se dá? Diretamente ou por inferência? Se por inferência, que tipo de inferência ou argumento? Parece que S simplesmente empurrou a questão do metaconhecimento para trás.

Outros argumentos possíveis, porém, vêm à tona. Eles poderiam ser formados por *um* dos membros da conjunção em (2), a premissa do Argumento da Avaliação Epistemológica (AAE), visto anteriormente. Ainda que (AAE) tenha se revelado finalmente um argumento pouco promissor - e que, por consequência, não se deveria esperar que *um* dos membros da conjunção fizesse o que *todos* os membros não conseguiram juntos -, não vamos ignorar esta possibilidade. Ela poderia se revelar surpreendentemente eficaz e simples. Eis um destes argumentos:

(10) “P é verdadeira”

¹¹⁸ É importante lembrar que não basta que as premissas sejam *verdadeiras* para que S possa usar o argumento. S precisa estar *justificado* em crer em cada premissa, como em qualquer caso de inferência. Isto é reconhecido até por externalistas (cf. ALSTON, 2005, p. 96-7). Bem pode ser *verdade* que S sabe P nos tempos anteriores a t, na circunstância referida. A questão crucial, porém, é *como* S sabe que sabe (ou sabia), ou qual a *natureza* da evidência de sua metacrença, independentemente de ser o tempo atual ou passado.

Portanto

(C) “Eu sei *P*”.

Alguém poderia pensar que há alguma coisa que *atrai* neste argumento. Talvez o pensamento seja de que, se *S* está *justificado* em crer em (10) “*P* é verdadeira” – e estamos pressupondo que está, pois pressupomos o conhecimento de primeira ordem –, então é ‘natural’ ou até ‘forçoso’ que ele também esteja *justificado* em crer (C) “Eu sei *P*”. Claro, nossa pergunta, então, é: como assim ‘natural’ ou ‘forçoso’? Esse alguém não estaria pensando, de fato, que é *psicologicamente* ‘natural’ ou ‘forçoso’ *S* crer em (C) “Eu sei *P*” sempre que *crê* (10) “*P* é verdadeira”? Esta, entretanto, é uma questão *distinta* (e para a qual já demos uma resposta no cap. 1). Nossa questão é: está *S* *justificado* em crer em (C) com *base* em (10)? Também devemos cuidar para não nos confundirmos com uma proposta que já foi examinada (e rejeitada) no capítulo anterior, a saber, que a *mesma* evidência *E* que *justifica* crer em (10) *também justificaria* crer em (C). Talvez seja daí o sentimento de atração por este argumento. No entanto, isto não deve ser examinado agora. O que deve ser examinado é se (C) “Eu sei *P*” pode ser crido *justificadamente com base na premissa* (10) “*P* é verdadeira”. E a resposta parece ser “não”. Com efeito, que relação lógica ou de probabilidade existe de *P* para “*S* sabe *P*”? Ao que parece, nenhuma que seja relevante para nossos propósitos epistêmicos.

Um outro argumento deste tipo, que usa um dos membros da conjunção em (2), seria:

(11) “Eu tenho uma evidência adequada da verdade de *P*”,

(Portanto)

(C) “Eu sei *P*”.

Este argumento, também, pode apelar para algumas mentes. Talvez o que apela nele é a ideia de que “tudo” o que *S* precisa para estar *justificado* em crer que *sabe P* é que ele esteja *justificado* em crer que tem uma evidência adequada para *P* (e vamos pressupor agora que ele esteja justificado em crer nesta premissa). O que mais *S* precisaria? Talvez, até, se pense no caso concreto de um *questionamento*. Se *S* é questionado sobre sua crença de que *sabe P*, *S* poderia dar como resposta o seguinte: “Eu tenho *E* e *E* é uma evidência adequada da verdade de *P*, por isso, eu sei *P*”. Não seria bastante natural, plausível e aceitável uma resposta como esta? De novo, entretanto, nós insistimos: que relação lógica ou de probabilidade existe de “*S* tem uma

evidência adequada para *P*” para “S *sabe P*”? Existe de fato alguma, mas é claramente *insuficiente* para justificar S em crer em (C).

Resta saber, ainda, que outros *possíveis argumentos* estariam à disposição de S para ele estar *justificado* em crer em (C). Nós ainda não conseguimos divisar quais.

CONCLUSÃO

As pessoas sabem que sabem? Elas *têm* metaconhecimento de *P*? Ou, é pelo menos *possível* o conhecimento de segunda ordem de *P*?

Rigorosamente falando, nós *não provamos* que *não é possível*, nem que as pessoas *não têm*, efetivamente, o metaconhecimento de *P*. O que fizemos foi algo mais *pirrônico*, mas nem por isto desprezioso ou sem maiores consequências. De fato, os resultados de nossa investigação nos deixam *perplexos*, em estado de *aporia* – e deveriam, também, assim deixar o leitor que nos acompanhou. Investigamos vários modos pretensamente suficientes de obtenção de metaconhecimento – alguns, usualmente oferecidos pelos seus defensores - e os achamos *em falta*: são todos inviáveis, errados ou duvidosos. Eis o que obtivemos:

Mostramos, no Cap. 2, que muito do que pode ser (incorretamente) identificado como conhecimento de segunda ordem, pelo epistemólogo, é de fato produto de pura *confusão*. A linguagem do metaconhecimento é “escorregadia” - porque os diferentes *níveis* de conhecimento se combinam com as diferentes *pessoas* de atribuição (1ª ou 3ª) e com os distintos tipos de *avaliação* da crença (valor de verdade x *status* epistêmico) -, gerando um forte potencial de equívocos. Além do mais, o epistemólogo pode facilmente ser vítima do que chamamos de “falácia mooreana” – o tipo de raciocínio que infere conclusões *indevidas* do paradoxo de Moore para o metaconhecimento -, defendendo o conhecimento de segunda ordem com argumentos *inválidos ou ruins*. Alertamos, como conclusão, que “metaconhecimento por confusão” do epistemólogo não é metaconhecimento.

No Cap. 3, tivemos o cuidado de investigar várias versões oferecidas do que denominamos de “metaconhecimento extrafácil” – a posição segundo a qual o metaconhecimento é *muito fácil*; de fato, é “automático”. Mostramos, com o próprio Chisholm e com Pailthorp, como a defesa formal da pura tese KK, por Hintikka, longe de *demonstrar logicamente* o metaconhecimento extrafácil ou automático, simplesmente comete uma petição de princípio. De fato, a lição de Pailthorp, duramente admitida por Hintikka, foi a de que a “lógica” não decide a questão de KK ou do metaconhecimento extrafácil, devendo-se proceder a um exame “substancial” de sua

verdade. Tal exame substancial, por sua vez, chamou a atenção para o fato de que as várias versões de KK, seja a “pura”, “reflexiva” ou “doxástica”, devem depender essencialmente de teses mais básicas, a saber, JK ou JJ, que por sua vez dependem de uma tese bastante duvidosa – a tese da identidade das evidências de primeira e segunda ordens. Tal tese não pode ser aceita com a argumentação (circular) que Chisholm lhe dá, e, portanto, diante de sua implausibilidade *prima facie*, deve, no mínimo, ser colocada em suspeição. O recurso da *introspecção* de Prichard se revela, igualmente, bastante frágil e precário, como mostra com propriedade Feldman. Concluimos que o “metaconhecimento extrafácil”, afinal de contas, não parece ser tão “fácil” quanto se supunha.

O “metaconhecimento argumentativo”, examinado no Cap. 4, encontrou, da mesma maneira, grandes obstáculos. O “Argumento da Avaliação Epistemológica” (AAE) – que usa a premissa da *satisfação das condições do conhecimento* -, mesmo quando *facilitado*, acaba levando a dois ‘becos sem saída’: ou esbarra na circularidade epistêmica, ou na difícil tarefa de crer justificadamente na ausência de derrotadores genuínos para a justificação de primeira ordem. Apesar do otimismo tanto de Bergmann (no caso da circularidade epistêmica), quanto de Klein e Feldman (no caso da ausência de derrotadores), mostramos como tal otimismo é exagerado e, de fato, infundado. Algumas formas “mais simples” de argumentação, então, também foram examinadas e rejeitadas, seja por ingenuamente pressuporem o metaconhecimento nas premissas, seja por não mostrarem uma relação lógica ou de probabilidade adequada entre premissa e conclusão. Concluimos que outros argumentos deveriam ser buscados, embora não visássemos quais.

Ora, onde tudo isto nos leva, então? Que conclusão geral podemos tirar destes resultados? De um modo imediato, todos estes resultados só podem nos levar à *suspensão de juízo* sobre a *existência* e mesmo *possibilidade* do metaconhecimento de *P*. Em outras palavras, o resultado deve ser a posição de um “ceticismo de segunda ordem” (CSO) *pirrônico*, em relação às proposições do tipo-*P*. Mas, por que *pirrônico*? Por que não concluir de uma vez pela *impossibilidade* ou *inexistência* do conhecimento de segunda ordem para aquelas proposições contingentes? Os argumentos acima, ainda que *negativos*, não são fortes o suficiente? Na verdade, pensamos que são, sim, bastante *fortes e abrangentes*, contemplando uma grande gama de possibilidades. Entretanto (felizmente ou não!), temos de admitir que eles não estabelecem aquela conclusão mais

categórica, do cético *acadêmico*. O que eles estabelecem – e isto não é pouco, e nem deixa ser surpreendente! – é que todos os modos vistos acima de se obter metaconhecimento parecem ser decepcionantemente errados ou problemáticos! E isto é para deixar em estado de estupefação (*aporia*)! O metaconhecimento, porém, ainda tem a seu favor, além do forte apelo *intuitivo* de sua possibilidade e existência, o fato de que nenhuma condição *necessária* foi provada impossível. É *teoricamente* possível, portanto, que se encontre, ainda, um modo correto e viável de se obter o metaconhecimento almejado, e que as fortes intuições que temos de que as pessoas têm metaconhecimento sejam confirmadas e explicadas. Para isto, entretanto, alguma explicação deve ser encontrada, seja para alguma versão de metaconhecimento extrafácil, seja para alguma forma de metaconhecimento argumentativo. Enquanto isto, porém, deve-se admitir que nossa investigação revelou quão elusivo o metaconhecimento parece ser!

Sendo assim, como céticos (de segunda ordem) pirrônicos, só podemos dizer, com Sexto Empírico (op. cit., p. 89), que *continuamos investigando...*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, Jonathan. A note on defeasibility and skepticism. *Philosophia*, v. 12, n. 3-4, p. 299-305, Mar. 1983.

ADLER, Jonathan E.; ARMOUR-GARB, Bradley. Moore's paradox and the transparency of belief. In: GREEN, Mitchell; WILLIAMS, John. (Org.). *Moore's Paradox: new essays on belief, rationality and the first person*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 146-164.

ALMEDER, Robert. *Blind Realism*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1992.

_____. Truth and evidence. *Philosophical Quarterly*, v. 24, p. 365-68, Oct. 1974.

ALMEIDA, Claudio de. Closure, defeasibility and conclusive reasons. *Acta Analytica*, v. 22, p. 301-19, 2007a.

_____. Moorean absurdity: an epistemological analysis. In: GREEN, Mitchell; WILLIAMS, John. (Org.). *Moore's Paradox: new essays on belief, rationality and the first person*. Oxford: Oxford University Press, 2007b. p. 53-75.

_____. Racionalidade epistêmica e o paradoxo de Moore. *Veritas*, v. 54, n. 2, 2009. (no prelo).

_____. What Moore's Paradox is about. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 62, n. 1, p. 33-58, Jan. 2001.

ALSTON, William. An internalist externalism. *Synthese*, v. 74, p. 265-83, 1988.

_____. *A realist conception of truth*. Ithaca: Cornell Univ. Press, 1996.

_____. *Beyond justification: dimensions of epistemic evaluation*. Ithaca: Cornell Univ. Press, 2005.

_____. Epistemic circularity. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 47, n. 1, p. 1-30, Sep. 1986.

_____. Level-confusions in Epistemology. *Midwest Studies in Philosophy*, v. 5, p. 135-50, 1980.

_____. *The reliability of sense perception*. Ithaca: Cornell Univ. Press, 1993.

ARMSTRONG, D. M. *Belief, truth, and knowledge*. London: Cambridge Univ. Press, 1973.

AYER, A. J. *The problem of knowledge*. London: Pelican, 1956.

BARKER, John. What you don't know won't hurt you?. *American Philosophical Quarterly*, v. 13, n. 4, p. 303-8, 1976.

BERGMANN, Michael. Epistemic circularity and common sense: a reply to Reed. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. LXXIII, n. 1, p. 198-207, Jul. 2006a.

_____. Epistemic circularity: malignant and benign. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. LXIX, n. 3, p. 709-27, Nov. 2004.

_____. Externalism and skepticism. *The Philosophical Review*, v. 109, n. 2, p. 159-194, Apr. 2000.

_____. *Justification without awareness: a defense of epistemic externalism*. Oxford: Clarendon, 2006b.

BLACKBURN, Simon. Supervenience. In: CRAIG, Edward. (Ed.). *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. New York: Routledge, 1998. p. 235-8. Vol. 9.

BONJOUR, Laurence. *Epistemology: classic problems and contemporary responses*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2002.

_____. The dialectic of foundationalism and coherentism. In: GRECO, John; SOSA, Ernest. (Ed.). *The Blackwell guide to epistemology*. Malden: Blackwell, 1999. p. 117-142.

_____. *The structure of empirical knowledge*. Cambridge (MA): Harvard Univ. Press, 1985.

BONJOUR, Laurence; SOSA, Ernest. *Epistemic justification: internalism vs. externalism, foundations vs. virtues*. Malden: Blackwell, 2003.

CASTAÑEDA, Hector-Neri. On knowing (or believing) that one knows (or believes). *Synthese*, v. 21, n. 2, p. 187-203, Jun. 1970.

CHISHOLM, Roderick. *Perceiving*. Ithaca: Cornell Univ. Press, 1957.

_____. The ethics of requirement. *American Philosophical Quarterly*, v. 1, n. 2, p. 147-53, 1964.

_____. *The foundations of knowing*. Minneapolis: Univ. of Minnesota, 1982.

_____. The logic of knowing. *The Journal of Philosophy*, v. 60, n. 25, p. 773-95, Dec. 1963.

_____. *Theory of knowledge*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1966.

_____. *Theory of knowledge*. 2.ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1977.

_____. *Theory of knowledge*. 3.ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1989.

- _____. *The problem of the criterion*. Milwaukee: Marquette Univ. Press, 1973.
- CLING, Andrew D. Epistemic levels and the problem of the criterion. *Philosophical Studies*, v. 88, p. 109-40, 1997.
- COHEN, Stewart. Basic knowledge and the problem of easy knowledge. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. LXV, n. 2, p. 309-29, Sep. 2002.
- _____. How to be a fallibilist. *Philosophical Perspectives*, v. 2, p. 91-123, 1988.
- _____. Justification and truth. *Philosophical Studies*, v. 46, p. 279-95, 1984.
- _____. Knowledge, speaker and subject. *The Philosophical Quarterly*, v. 55, n. 219, p. 199-212, Apr. 2005.
- _____. Why basic knowledge is easy knowledge. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. LXX, no. 2, p. 417-430, Mar. 2005.
- CONN, Christopher. Chisholm, internalism, and knowing that one knows. *American Philosophical Quarterly*, v. 38, n. 4, p. 333-347, Oct. 2001.
- DANTO, Arthur C. On knowing that we know. In: STROLL, Avrum (Ed.). *Epistemology: new essays in the theory of knowledge*. New York: Harper&Row, 1967. p. 32-53.
- DAVIDSON, Donald. A coherence theory of truth and knowledge. In: SOSA, Ernest; KIM, Jaegwon. (Ed.). *Epistemology: an anthology*. Malden: Blackwell, 2000. p. 154-163. Originalmente publicado em LePORE, Ernest. (Ed.). *Truth and interpretation: perspectives on the philosophy of Donald Davidson*. New York: Blackwell, 1989. p. 307-19.
- DESCARTES, René. Meditações. Tradução de Enrico Corvisieri. In: *DESCARTES*. São Paulo: Nova Cultural, 2000. p. 233-334. (Col. Os Pensadores).
- DeROSE, Keith. Assertion, knowledge, and context. *The Philosophical Review*, v. 111, n. 2, p. 167-203, Apr. 2002.
- _____. Contextualism and knowledge attributions. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 52, n. 4, p. 913-29, Dec. 1992.
- DRETSKE, Fred I. Epistemic operators. *The Journal of Philosophy*, v. 67, n. 24, p. 1007-1023, Dec. 1970.
- ENGEL JR., Mylan. Internalism, the Gettier problem, and metaepistemological skepticism. *Grazer Philosophische Studien*, v. 60, p. 99-117, 2000.
- FAGIN, R., HALPERN, J., MOSES, Y. e VARDI, M. *Reasoning about knowledge*. Cambridge (MA): MIT Press, 1995.

FELDMAN, Richard. An alleged defect in Gettier counterexamples. *The Australasian Journal of Philosophy*, v. 52, n. 1, p. 68-9, May 1974.

_____. *Epistemology*. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2003.

_____. Fallibilism and knowing that one knows. *The Philosophical Review*, v. 90, n. 2, p. 266-282, Apr. 1981.

FIRTH, Roderick. Are epistemic concepts reducible to ethical concepts? In: GOLDMAN, Alvin; KIM, Jaegwon. (Ed.). *Values and morals*. Dordrecht: Reidel, 1978.

FLORES, Tito. The problem of the criterion, knowing that one knows and infinitism. *Veritas*, Porto Alegre, v. 50, n. 4, p. 109-28, Dez. 2005.

FOGELIN, Robert. *Pyrrhonian reflections on knowledge and justification*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1994.

FOLEY, Richard. *Working without a net: a study of egocentric epistemology*. New York: Oxford Univ. Press, 1993.

FUMERTON, Richard. Epistemic probability. *Philosophical Issues*, v. 14 (Epistemology), p. 149-164, 2004.

_____. *Metaepistemology and skepticism*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1995.

_____. The Internalism/Externalism controversy. In: TOBERLIN, James. (Ed.). *Philosophical Perspectives*, v. 2 (Epistemology). Atascadero: Ridgeview, 1988. p. 443-60.

GETTIER, Edmund. Is justified true belief knowledge?. *Analysis*, v. 23, p. 121-3, 1963.

GINET, Carl. What must be added to knowing to obtain knowing that one knows?. *Synthese*, v. 21, n. 2, p. 163-186, Jun. 1970.

GOLDMAN, Alvin. A causal theory of knowledge. *Journal of Philosophy*, v. 64, p. 357-72, 1967.

_____. Discrimination and perceptual knowledge. *The Journal of Philosophy*, v. 73, n. 20, p. 771-791, Nov. 1976.

_____. *Epistemology and cognition*. Cambridge (MA): Harvard Univ. Press, 1986.

_____. Strong and weak justification. In: TOBERLIN, James. (Ed.). *Philosophical Perspectives 2: Epistemology*. Atascadero: Ridgeview, 1988. p. 51-69.

_____. What is justified belief?. In: SOSA, Ernest; KIM, Jaegwon. (Ed.). *Epistemology: an anthology*. Malden: Blackwell, 2000. p. 340-353. Originalmente publicado em PAPPAS, G. S. (Ed.). *Justification and knowledge*. Dordrecht: D. Reidel, 1979. p. 1-23.

GREEN, Mitchell; WILLIAMS, John. Introduction. In: _____. (Org.). *Moore's Paradox: new essays on belief, rationality and the first person*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 1-47.

HAACK, Susan. *Filosofia das lógicas*. São Paulo: Unesp, 2002.

HARMAN, Gilbert. *Thought*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1973.

HENDRICKS, Vincent; SYMONS, John. Epistemic logic. In: *STANFORD Encyclopedia of Philosophy*. 2006. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/logic-epistemic/>>. Acesso em: 23 mar. 2007.

HETHERINGTON, Stephen. [Review on 'Moore's paradox: new essays on belief, rationality and the first person']. *Notre Dame Philosophical Reviews*. Aug. 16, 2007. Disponível em : <<http://ndpr.nd.edu/review.cfm?id=10763>>. Acesso em: 04 Nov. 2009.

HILPINEN, Risto. Deontic, epistemic, and temporal modal logics. In: JACQUETTE, Dale. (Ed.). *A companion to philosophical logic*. Malden: Blackwell, 2002. p. 491-509.

_____. Knowing that one knows and the classical definition of knowledge. *Synthese*, v. 21, n. 2, p. 109-132, Jun. 1970.

_____. Knowledge and justification. *Ajatus*, v. 33, p. 7-39, 1971.

HINTIKKA, Jaakko. 'Knowing that one knows' reviewed. *Synthese*, v. 21, n. 2, p. 141-162, Jun. 1970.

_____. *Knowledge and belief: an introduction to the logic of the two notions*. Ithaca: Cornell University Press, 1962.

HINTIKKA, Jaakko; HALONEN, Ilpo. Epistemic logic. In: CRAIG, Edward. (Ed.). *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. New York: Routledge, 1998. p. 354-9. Vol. 3.

HUME, David. An enquiry concerning human understanding. In: *THE EMPIRICISTS*. New York: Anchor Books Doubleday, 1974. p. 307-430.

KEYNES, John. *A treatise on probability*. London: Macmillan, 1921.

KIM, J. Concepts of supervenience. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 45, p. 153-76, 1984.

KLEIN, Peter. A proposed definition of propositional knowledge. *Journal of Philosophy*, v. 67, p. 471-82, 1971.

_____. *Certainty: a refutation of scepticism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1981.

_____. Closure matters: academic skepticism and easy knowledge. *Philosophical Issues*, v. 14 (Epistemology), p. 165-184, 2004.

_____. How a pyrrhonian skeptic might respond to academic skepticism. In: LUPER, Steven. *The skeptics: contemporary essays*. Hampshire (UK): Ashgate, 2003.

_____. Human knowledge and the infinite regress of reasons. *Philosophical Perspectives*, v. 13 (Epistemology), p. 297-325, 1999.

_____. Useful false beliefs. In: SMITH, Quentin. (Ed.). *Epistemology: new essays*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2008. p. 25-61.

KRIPKE, Saul A. Semantical analysis of modal logic. *Journal of Symbolic Logic*, v. 24, p. 323-4, 1959. (Abstract).

_____. Semantical analysis of modal logic. *Zeitschrift für Mathematische Logik und Grundlagen der Mathematik*, v. 9, p. 67-96, 1963.

KUHN, Steven T. Modal logic. In: CRAIG, Edward. (Ed.). *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. New York: Routledge, 1998. p. 417-26. Vol. 6.

LEHRER, Keith. Believing that one knows. *Synthese*, v. 21, n. 2, p. 133-40, Jun. 1970.

_____. Knowledge, truth and evidence. *Analysis*, v. 25, p. 168-75, 1965.

_____. *Theory of knowledge*. 2nd. ed. Boulder: Westview Press, 2000.

LEHRER, Keith e PAXSON Jr., Thomas. Knowledge: undefeated justified true belief. *The Journal of Philosophy*, v. 66, n. 8, p. 225-37, Apr. 1969.

LEVI, I. *Gambling with the truth*. Cambridge (MA): MIT Press, 1967.

LEWIS, David. Elusive knowledge. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 74, n. 4, p. 549-67, 1996.

MALCOLM, Norman. Knowledge and belief. In: _____. *Knowledge and certainty*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1963.

MARKIE, Peter J. Easy knowledge. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. LXX, n. 2, p. 406-16, Mar. 2005.

MATES, Benson. Introduction: the skeptic way. In: _____. *The skeptic way: Sextus Empiricus's Outlines of pyrrhonism*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1996. p. 4-85.

MOORE, G. E. A reply to my critics. In: SCHILPP, P. (Org.). *The philosophy of G. E. Moore*. La Salle, Ill.: Open Court, 1942. p. 533-677.

_____. *Commonplace book: 1919-1953*. London: Allen & Unwin, 1962.

_____. Moore's Paradox. In: BALDWIN, Thomas. (Org.). *G.E. Moore: selected writings*. New York: Routledge, 1993.

- _____. Russell's theory of descriptions. In: SCHILPP, P. (Org.). *The philosophy of Bertrand Russell*. La Salle, Ill.: Open Court, 1944. p. 177-225.
- NOZICK, Robert. *Philosophical explanations*. Cambridge (MA): Harvard Univ. Press, 1981.
- ODEGARD, Douglas. The irreflexivity of knowledge. In: SUBER, Peter (Ed.). *Self-reference: reflections on reflexivity*. Dordrecht: Nijhoff, 1987. p. 92-109.
- PAILTHORP, Charles. Hintikka and knowing that one knows. *The Journal of Philosophy*, v. 64, n. 16, p. 487-500, Aug. 1967.
- PLANTINGA, Alvin. *Warrant and proper function*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1993.
- PLATÃO. *Teeteto e Crátilo*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA, 1988.
- POLLOCK, John; CRUZ, Joseph. *Contemporary theories of knowledge*. 2. ed. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1999.
- PRICHARD, H. A. *Knowledge and perception*. Oxford: Clarendon Press, 1950.
- QUINE, W. V. *Philosophy of logic*. 2. ed. Cambridge (MA): Harvard Univ. Press, 1986.
- RESCHER, Nicholas. *Epistemic logic*. Pittsburgh: Univ. of Pittsburgh Press, 2005.
- ROTH, Michael. The wall and the shield: KK reconsidered. *Philosophical Studies*, v. 59, p. 137-57, 1990.
- SELLARS, Wilfrid. Empiricism and the philosophy of mind. In: _____. *Science, perception and reality*. Atascadero: Ridgeview, 1963. p. 127-196.
- SEXTO EMPÍRICO. Outlines of pyrrhonism. In: MATES, Benson. *The skeptic way: Sextus Empiricus's Outlines of pyrrhonism*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1996. p. 88-217.
- SHOEMAKER, Sydney. Moore's paradox and self-knowledge. *Philosophical Studies*, v. 77, p. 211-228, 1995.
- SHOPE, Robert. *The analysis of knowing*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1983.
- SORENSEN, Roy. *Blindspots*. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- SOSA, Ernest. Reflective knowledge in the best circles. *The Journal of Philosophy*, v. XCIV, n. 8, p. 410-30, 1997.
- STALNAKER, Robert. On logics of knowledge and belief. *Philosophical Studies*, v. 128, p. 169-199, 2006.

STEUP, Matthias. *Foundationalism, sense-experiential content, and Sellars's Dilemma*. 2001. Disponível em: <<http://web.stcloudstate.edu/msteup/SellDilem.html>>. Acesso em: 29 Dez. 2006.

STREVENSON, Michael. *Notes on Bayesian confirmation theory*. 2006. 149p. Disponível em: <www.stanford.edu/~joelv/teaching/249/strevenson%20BCT.pdf>. Acesso em: 20 Out. 2008.

STROUD, Barry. *Understanding human knowledge: philosophical essays*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2000.

SWAIN, Marshall. Epistemic defeasibility. In: PAPPAS, G.; SWAIN, M. (Ed.). *Essays on knowledge and justification*. Ithaca: Cornell Univ. Press, 1978. Originalmente publicado em *American Philosophical Quarterly*, v. 11, p. 15-25, 1974.

_____. Knowledge, defeasibility theory of. In: CRAIG, Edward. (Ed.). *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. New York: Routledge, 1998. p. 276-80. Vol. 5.

_____. *Reasons and knowledge*. Ithaca: Cornell Univ. Press, 1981.

TARSKI, Alfred. *La concepción semántica de la verdad y los fundamentos de la semántica*. Tradução de Emilio Colombo. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972. Tradução do original "The semantic conception of truth", *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 4, 1944.

UNGER, Peter. An analysis of factual knowledge. *Journal of Philosophy*, v. 65, p. 157-70, 1968.

_____. *Ignorance: a case for skepticism*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1975.

VAN CLEVE, James. Foundationalism, epistemic principles, and the cartesian circle. In: SOSA, Ernest; KIM, Jaegwon. (Ed.). *Epistemology: an anthology*. Malden: Blackwell, 2000. p. 242-60. Originalmente publicado em *The Philosophical Review*, v. 88, p. 55-91, 1979.

VOGEL, Jonathan. Reliabilism leveled. *Journal of Philosophy*, v. 97, n. 11, p. 602-23, Nov. 2000.

WILLIAMS, John. Moorean absurdity and the intentional 'structure' of assertion. *Analysis*, v. 54, n. 3, p. 160-166, Jul. 1994.

_____. Moorean absurdity, knowledge and iterated belief. *SMU Humanities & Social Sciences Working Paper Series*, n. 8, Dec. 2003.

_____. Moore's paradox – one or two?. *Analysis*, v. 39, p. 141-2, 1979.

WILLIAMS, Michael. *Groundless belief*. 2nd.ed. Princeton: Princeton Univ. Press, 1999.

WILLIAMSON, Timothy. *Knowledge and its limits*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2000.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical investigations*. Oxford: Blackwell, 1953.

_____. *Remarks on the philosophy of psychology*. Editado por G. Anscombe e G. von Wright. Chicago: University of Chicago Press, 1980a. Vol. 1.

_____. *Remarks on the philosophy of psychology*. Editado por G. von Wright e H. Hyman. Chicago: University of Chicago Press, 1980b. Vol. 2.